

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 - Série VII - N.º 635
27 de Fevereiro de 1986
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



CARRIS as razões da luta

Pág. 2/Em Foco

Reunião do Comité Central do PCP

TAREFAS IMEDIATAS APÓS AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS



Resolução do CC nas págs. 1, 2, 3, 4 e 5/Semana

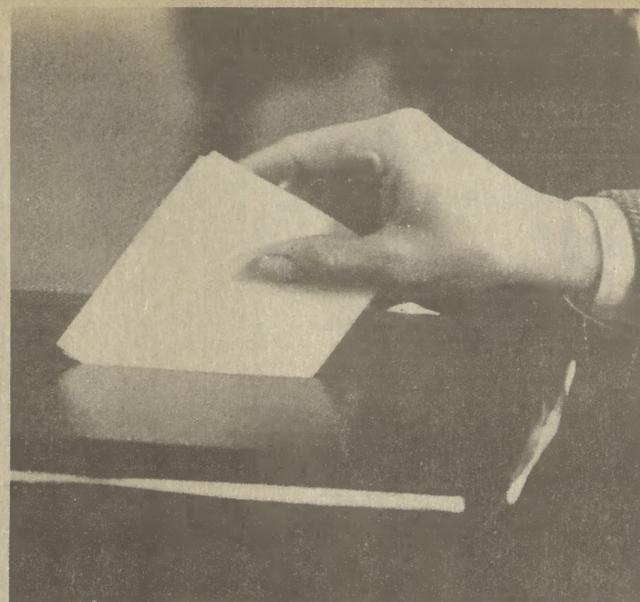
SAUDAÇÃO DO PCP AO XXVII CONGRESSO DO PCUS

Pág. 12/Semana

SALÁRIOS EM ATRASO



«No passado dia 20 de Fevereiro, a Assembleia da República votou, favoravelmente, na generalidade, três projectos de lei (do PCP, PS e PRD) bem como uma proposta de lei do Governo sobre a questão dos salários em atraso. Embora os partidos da direita tivessem tentado, com o seu voto, impedir a passagem do projecto do PCP, não conseguiram, face ao voto consensual dos partidos e deputados do campo democrático. Deu-se, assim, um passo em frente e decisivo num longo processo.» - Págs. 6 e 7/Semana



Ainda a 2.ª volta

• O chumbo e o champagne da derrota da reacção Pág. 4/Em Foco

• As bandeiras e os abraços da vitória da democracia Pág. 5/Em Foco

• Os 80 e tantos por cento do Couço Págs. 6 e 7/Em Foco



Queremos trabalhar em paz!

Encontro de Culturas da Primavera realizou-se em Boju no passado domingo - Pág. 8 e 9/Semana

Editorial

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 635
27 de Fevereiro de 1986
1.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Tarefas imediatas após as eleições

Na passada quinta-feira reuniu-se o Comité Central do PCP.

Parece à primeira vista coisa normal — e até o é. Mas manda a verdade que se diga que acerca do que é normal também há coisas para se dizerem!

O Comité Central do PCP reuniu quatro dias após a 2.ª volta das eleições presidenciais. Tal facto é assinalado no documento que saiu da reunião: «o CC considerou (...) a urgência de, no presente momento, quatro dias após a 2.ª volta das eleições presidenciais, tirar desde já as conclusões dos seus resultados e das suas incidências na situação política e definir a orientação do Partido e as tarefas correspondentes». De acordo com esta afirmação, acontece que a própria resolução que a inclui se chama mesmo «Tarefas imediatas após as eleições presidenciais».

Há três semanas atrás, face a uma situação complexa que levou à convocação do nosso XI Congresso (extraordinário), sublinhava o «Avante!» uma pequena frase contida no documento do CC que o convocou: diziamos, com a naturalidade de quem cita uma evidência presente para todos os comunistas, que de braços cruzados — nunca! Não cruzámos os braços, bem ao contrário, e aí está a derrota da reacção e a vitória da democracia conseguida com a contribuição determinante do PCP.

Posto isto, de braços cruzados — nunca! E aí estão as «Tarefas imediatas após as eleições presidenciais»!

ideias, eficaz mas apenas porque nela tudo se passa como num mecanismo sem vontade, sem coração nem inteligência. Cada militante comunista mais não é, segundo dizem, do que uma roda dentada, cada eleitor um parafuso, cada quadro uma manivela.

Lembremos um poeta que escreveu «não lhes perdoeis, meu Deus, porque eles sabem o que fazem» ... O silêncio e a mentira são exigências para uma direita que defronta uma realidade que a desmente e condena.

O segredo da implantação, coesão e combatividade do PCP e do seu eleitorado reside na correcção das análises e propostas políticas que em cada etapa o Partido formula. O segredo da correcção das análises e propostas que em cada etapa o Partido formula reside na implantação, na coesão e na combatividade do PCP e do seu eleitorado.

Donde, na análise e na acção, no pensamento e na prática, de braços cruzados — nunca!

É a realidade aí está para demonstrar que assim tem de ser, aí está para demonstrar que dispomos de conhecimento da realidade e meios para nela intervir.

O terceiro capítulo da resolução CC desenvolve a conclusão de que o perigo da reacção continua e é necessário continuar o combate.

Alguns parágrafos antes conclui-se que o plano da reacção que tinha como eixo a eleição de Freitas do Amaral para a Presidência da República foi derrotado e de que a direita será «agora forçada a rever, reformular e recomençar novos planos subversivos».

Noutro ponto (o 4.º) sublinha-se que a derrota de Freitas «representa também uma séria derrota do Governo PSD de Cavaco Silva» e a necessidade de prosseguir e ampliar a luta contra a sua política.

Uma das traves mestras da presente situação desenvolve-se em torno destas questões.

O falhanço do esforço da direita para tomar de assalto o órgão de soberania Presidente da República lado a lado com a derrota sofrida nas eleições legislativas de 6 de Outubro e que gerou o periclitante governo minoritário do PSD coloca hoje à reacção a necessidade vital de conservar esse governo, instrumento de agora acrescida importância para a sua acção e reagrupamento.

A operação de salvação foi iniciada logo na noite da derrota e prossegue a todo o vapor.

Por um lado, assistimos a um esforço conjugado para distanciar o Executivo do fracasso da 2.ª volta. Com ridículos malabarismos, afirma-se que o frenético empenhamento do Primeiro-Ministro na campanha freitista foi realizado na condição de dirigente do PSD e não chefe do Governo!... Ocultam-se afanosamente os discursos de Cavaco ou Eurico de Melo, o frenesi eleitoral dos ministérios, a total identificação da política governamental com o plano protagonizado por Freitas do Amaral.

Paralelamente, o Governo desdobra-se no esforço de criar uma imagem de eficácia. Tenta reforçar — como sublinha o CC — «a sua frágil posição política e social tomando algumas medidas que correspondem a reivindicações há muito formuladas pelo PCP e outras forças democráticas». Para tanto — como afirma ainda o CC — «beneficiando de factores externos (nomeadamente a queda do dólar e a baixa do preço do petróleo) muito favoráveis, pode atenuar em alguns aspectos e transitoriamente a degradação da situação económica e social».

Contudo, é uma evidência que os objectivos políticos e económicos ao serviço de que se encontra o Executivo de Cavaco Silva não são a médio ou longo prazo impedirão a resolução de todos os grandes problemas nacionais e antes determinarão o seu agravamento, mas

mesmo em termos imediatos geram contradições insolúveis.

Sem subestimar as condições para uma acção demagógica, a verdade é que o Governo PSD se debate na insanável contradição entre ter de fazer cedências e demagogia para se conservar no Poder e ter de usar esse Poder enquanto dele dispõe para atingir o máximo possível dos seus objectivos reais.

A par e passo com esta ou aquela medida, o Orçamento do Estado e a acção legislativa do Governo claramente indicam que Cavaco Silva pretende andar depressa na ofensiva contra o sistema económico, acelerando o ataque às empresas nacionalizadas, à Reforma Agrária, com todo o seu inevitável cortejo de agravamento das condições de vida dos trabalhadores, a par e passo com o apoio à reconstituição de monopólios e latifúndios.

No sector da Comunicação Social, a ofensiva precipitosa. Com o projecto de vender o «Jornal de Notícias», o «Diário Popular», «A Capital», a Rádio Comercial e o 2.º canal da RTP, a direita prepara uma grande manobra. Se a conseguir concretizar desde já assegura que nas mãos do capital de que é expressão política ficarão, com vista a futuras batalhas, importantes meios de manipulação e propaganda. Cabe aos democratas, nomeadamente através da Assembleia da República, barrar o passo a esta manobra claramente anticonstitucional.

O empenho da direita em se conservar no Governo e a pressa que tem de usar para concretização dos seus objectivos tem naturalmente uma simétrica no campo democrático: «é tarefa das forças democráticas — salienta o CC — não só impedir que o Governo Cavaco Silva continue a sua política antipopular e antidemocrática, preparando a subversão do regime, como criar condições para a formação de um governo democrático com uma política democrática capaz de resolver os graves problemas nacionais criados por 10 anos de política de direita de sucessivos governos».

Perguntar-se-á se para tanto existem condições, poder e deverá mesmo colocar-se a questão sobre se novas e diferentes condições terão surgido após a derrota de Freitas do Amaral.

O CC do PCP sublinha na sua resolução dois importantes aspectos.

Por um lado, «o Comité Central lembra que os partidos derrotados nas eleições presidenciais (CDS e PSD) estão em minoria na Assembleia da República e os partidos que convergiram no voto para derrotar Freitas do Amaral (PCP, PS, PRD, MDP, Partido «Os Verdes») têm uma confortável maioria de deputados».

E acrescenta: «esta situação significa que os partidos que nas eleições presidenciais convergiram para derrotar Freitas do Amaral estão em condições institucionais, desde que conivjam na acção, não só de impedir que o Governo tome medidas contrárias aos interesses do povo e do País, como de constituir eventualmente a base de apoio parlamentar à formação de um outro governo».

Por outro lado, «o Comité Central regista como fenómeno novo e promissor os inumeráveis testemunhos de profundos sentimentos unitários que se expressaram, tanto ao nível das massas, como ao nível de militantes de todos os partidos e sectores democráticos», concluindo que se criou «uma situação favorável à aproximação, ao entendimento e à unidade dos democratas. Para continuar a fazer frente com êxito à reacção e a defender com êxito o regime democrático é do interesse vital do povo português que se mantenham, consolidem e concretizem os sentimentos e atitudes tendentes à unidade dos democratas».

De acordo com esta análise, o CC do PCP mandou o seu Secretariado no sentido de propor encontros com o PS, o PRD, o MDP, Os Verdes, a UDP, o PSR e a UEDS e traçou para toda a organização a orientação de um particular empenhamento no reforço unitário ao nível das organizações de massas e das acções concretas a todos os níveis.

Se relativamente à indiscutível realidade da situação minoritária do Governo PSD na Assembleia a direita contrapõe os esforços de conservação do seu Executivo, a sua actuação conta com uma nem por isso surpreendente ajuda de reclamados democratas que do anticomunismo fazem o eixo da sua intervenção política.

É nesta direcção que se situam os esforços para generalizar um «debate» sobre uma «nova esquerda» que afanosamente procuraria o seu rumo como «alternativa» dentro do espectro político português.

Neste «debate» há antes do mais que constatar que não são novos os protagonistas e muito menos as ideias. Esta «nova esquerda» que procura definir-se arfança à partida com uma definição que a une: o puro e simples anticomunismo, o puro e simples esforço de engendrar novas formas e argumentos para impedir qualquer confluência entre comunistas e outros democratas. De tal objectivo não fazem aliás qualquer segredo e um dos tristes aguadelros dos moinhos da direita, o sr. Prado Coelho, logo no dia que se sucedeu aos fraternos abraços que uniram por todo o País os eleitores que haviam derrotado a ameaça fascizante da campanha freitista, vinha desatinadamente dizer que era preciso evitar a todo o custo que a «emoção» levasse a cimentar a unidade com os comunistas!

Com larga cobertura jornalística (claro!), esta «nova esquerda» de esclerosado anticomunismo vai mesmo mais longe e junta a sua conveniente voz ao coro de defesa da permanência do Executivo reaccionário de Cavaco Silva. No fundo, os seus interesses a curto prazo convergem: este para que a direita se possa reagrupar após a derrota, aqueles para que possam de novo cavar o divisionismo que a unidade necessitaria à defesa da democracia nas presidenciais uma vez mais demonstrou ser contrário aos sentimentos e necessidades do povo e do regime de Abril.

Ninguém que lucidamente se dêbruce sobre a realidade portuguesa doze anos decorridos sobre o 25 de Abril pode ignorar a necessidade de aprofundamento na análise de novas situações, novos problemas, importantes modificações. O Comité Central do PCP coloca mesmo como tarefa central para todo o Partido o estudo da «evolução da situação económica, social, cultural e política nos últimos anos, as alterações verificadas nos vários aspectos da vida nacional e as consequentes modificações nos objectivos de luta imediatos e a médio prazo».

Naturalmente que este estudo, para que o contributo dos comunistas é determinante, constitui uma necessidade para todos os outros sectores democráticos e é de transparente evidência que o debate comum constituirá uma desejável e enriquecedora realidade. Mas o que é de igualmente transparente evidência é que tal debate jamais se poderá realizar na base de um obsoleto e paralisante anticomunismo que a teoria relega para o ferrolho das ideias reaccionárias e a prática revela contrário a todos os interesses populares e nacionais.

É pois que o grande colectivo que é o PCP definiu as «Tarefas imediatas após as eleições presidenciais». A experiência indica que as ideias, propostas e orientações contidas na resolução da reunião plenária do CC, ditadas pela vida e pela experiência, desde já constituem elementos concretos de intervenção no pensamento e na acção de milhares de militantes comunistas.

Parece, à luz da experiência, coisa normal — e até o é. Mas manda a verdade que se diga que também acerca do que é normal há coisas para se dizerem!

Tal como esta velha realidade de que permanentemente nascem realidades novas: de que, como sempre, nós, comunistas, de braços cruzados — nunca!

Resumo

19 Quarta-feira

É realizado em Portugal o primeiro transplante cardíaco num ser humano. ■ A Procuradoria-Geral da República considera que o presidente do Conselho Nacional do Plano deve repor as remunerações que recebeu indevidamente. ■ A Câmara Municipal de Santiago do Cacém força ao embargo da plantação de eucaliptos na seu concelho. ■ A Carris suspende oito carreiras na cidade de Lisboa em consequência da greve do pessoal das oficinas da empresa que está paralisada a cem por cento. ■ O Presidente em exercício recebe o Presidente eleito para debaterem a transição de poderes. ■ Taxistas engarrafam a zona baixa do Porto como protesto pelo assassinato de um seu colega. ■ É reaberta, ao fim de cinco dias, a barra do porto da Figueira da Foz. ■ O Sindicato dos Professores do Norte reclama a suspensão dos concursos de professores. ■ O secretário-geral do Conselho das Igrejas acusa a polícia sul-africana de ter causado mais de oitenta mortos no ghetto negro de Alexandra. ■ A Jordânia rompe a «coordenação política» com a OLP. ■ Tropas de Israel ampliam a sua nova invasão do Líbano.

20 Quinta-feira

Reúne-se o Comité Central do PCP. ■ Os trabalhadores da Carris avisam a população que os autocarros que circulam em Lisboa são um perigo à circulação. ■ Inicia-se em Montehor do IV Congresso do Algarve. ■ O Sindicato dos Jornalistas insurge-se contra a venda de acções estatais no «Jornal de Notícias». ■ Mário Soares dá a sua primeira conferência de imprensa como Presidente eleito. ■ É empossado o director dos Serviços de Informação de Segurança. ■ A Assembleia da República aprova três propostas de decretos-lei sobre os salários em atraso. ■ Sindicatistas léxteis estão em vigília frente ao Ministério do Trabalho. ■ A Câmara Municipal da Marinha Grande mostra-se solidária para com os trabalhadores vidros da Ivima. ■ Prossegue a greve dos médicos da Zona Norte. ■ Realiza-se na Fundação Gulbenkian um seminário de arquitectos sobre «Portugal: que futuro para a arquitectura». ■ A União Soviética inaugura uma nova geração de estações orbitais, a que deu o nome de «Mir» (Paz). ■ A República Popular de Angola acusa a administração Reagan de praticar uma «política de terrorismo de Estado» ao promover o apoio a bandos contra-revolucionários. ■ Os sindicatos das Filipinas apoiam o apelo à greve geral lançado por Corazon Aquino. ■ O Irão responsabiliza o Iraque pelo derrube de um avião civil.

21 Sexta-feira



Em conferência de imprensa, são divulgadas as conclusões da reunião do Comi-

té Central do PCP: a derrota de Freitas é também a de Cavaco e do Governo; o PCP teve papel decisivo no resultado das eleições; partidos que derrotaram Freitas têm confortável maioria na Assembleia da República; sentimentos democráticos do povo são profundos e não conjunturais. ■ O Comité Central do PCP propõe encontros com o PS, PRD, MDP/CDE, Partido «Os Verdes», UDP, PSR e UEDS. ■ A Associação de Municípios acusa o governo de «manipulação inconcebível». ■ O dirigente do CDS Basílio Horta admite acordo parlamentar CDS-PPD. ■ As listas unitárias que concorreram às eleições para a Comissão de Trabalhadores da Tranquilidade e da Siderurgia Nacional vencem com maioria absoluta. ■ Trabalhadores da Carris em greve concentram-se junto à residência oficial do primeiro-ministro. ■ Os trabalhadores do «Jornal de Notícias» e da EPNC repudiam a alienação de acções do matutino portuense. ■ A França intervém militarmente no Tchad. ■ Os latifundiários brasileiros criam um exército privado. ■ A Argentina paga metade dos juros da sua dívida externa. ■ Prossegue a guerra entre o Irão e o Iraque. ■ O governo da República Federal Alemã reforça o Estado policial.

22 Sábado

Decorre em Beja o Encontro de Culturas de Primavera/86. Os participantes reivindicam apenas que lhes deixem trabalhar em paz e segurança em terras da Reforma Agrária. ■ O PSD recusa a proposta do PS de um encontro de delegações dos dois partidos. ■ Camionistas TIR bloqueiam o terminal do Freixo. ■ No Congresso do Algarve, convergem os pontos de vista tendentes à urgente criação da Região Administrativa do Algarve. ■ Está normalizada a circulação ferroviária na linha da Beira Baixa. ■ Reúne-se o plenário Nacional da CGTP-Intersindical Nacional. Alargar a unidade e intensificar a luta são as orientações. ■ Os industriais de madeira reclamam a adopção de medidas para a formação profissional. ■ Rebeldia militar nas Filipinas. ■ Regista-se uma vaga de atentados em Lima, capital do Peru. ■ A ONU apela ao Irão e ao Iraque para acordarem num cessar-fogo imediato. ■ O Congresso Nacional Africano (ANC) condena a cumplicidade dos bancos ocidentais com o apartheid. ■ Nova remodelação ministerial em Angola. ■ Intensifica-se a repressão na Coreia do Sul.

23 Domingo

O MDP/CDE defende o reforço do diálogo entre as forças democráticas. ■ Termina o II Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa. ■ Termina o IV Congresso do Algarve. ■ Os vincultores ribalejanos estão preocupados com a integração portuguesa na CEE. ■ Vizela e Lever não votam para as eleições presidenciais. ■ A Comissão Nacional de Internos apoia a greve convocada pela Ordem dos Médicos. ■ Os trabalhadores agrícolas do Alentejo exigem melhoria na Segurança Social. ■ Prosseguem as negociações do caderno reivindicativo do pessoal das escolas. ■ Trabalhadores-estudantes exigem o regular funcionamento das suas associações. ■ A cidade do Porto é vítima de algumas inundações. ■ Com a APU responsável pelo pelouro, a Câmara Municipal de Sintra avança para a recuperação de bairros clandestinos no concelho. ■ Muitas centenas de milhares de pessoas manifestam-se em Madrid contra a entra-

da da Espanha na NATO. ■ Milhares de Filipinos impedem o avanço de tropas fiéis ao ditador filipino em direcção ao quartel onde os revoltosos se abrigam. ■ Reagan responde às propostas soviéticas de desarmamento. ■ A Junta que governa o Haiti descobre a cara e proíbe reuniões e manifestações. ■ As autoridades do Peru declaram «guerra» ao terrorismo.

24 Segunda-feira

Os médicos exigem que a Assembleia da República revogue o decreto de Leonor Beleza. ■ Prossegue o julgamento do «caso FP-25». ■ O ministro da Administração Interna anuncia que a lei de «segurança interna» será brevemente discutida na Assembleia da República. ■ A Administração da Carris recorre aos transportes «alternativos» contra os trabalhadores em greve. ■ Os pescadores de Matosinhos exigem a alteração da malha-gem das redes. ■ Os sindicatos médicos criticam a politização do conflito com o Ministério da Saúde pretendida pela respectiva Ordem. ■ O presidente da Assembleia da República elogia o relacionamento com Ramalho Eanes. ■ Nas Filipinas, as tropas fiéis ao ditador Marcos dispõem contra manifestantes. ■ Em Moscovo está tudo a postos para o começo do



XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética. ■ A postura de Reagan sobre o desanuviamento não respeita a proposta soviética, considera o Washington Post. ■ Explosão de carro arremalhado causa quatro mortos em Beirute. ■ A Organização de Unidade Africana debate a situação no Tchad. ■ Tropas do Irão e do Iraque combatem na região de Fao.

25 Terça-feira

É apresentado na AR um projecto de lei do PCP onde se defende a baixa imediata do preço dos combustíveis. ■ No Hospital de Santa Maria, em Lisboa, nasce o primeiro bebé-proveta português. Chama-se Carlos Miguel e, para comemorar, já tem 3,330 quilos. ■ Sindicato dos Professores da Grande Lisboa anuncia para dia 27 uma greve pela suspensão do curso para os docentes efectivos do Preparatório e Secundário. ■ A Comissão Pró-Sindical da PSP revela à opinião pública ameaças e repressão do comandante-geral da corporação sobre sindicalistas. ■ A APU protesta e critica em conferência de imprensa a política de distribuição de pelouros da CM de Lisboa. Dos acordos entre Abecassis, PSD e PS resulta a marginalização dos vereadores eleitos com cerca de 30% dos votos dos cidadãos de Lisboa. ■ Falando na sessão de abertura do XXVII Congresso do PCUS, em Moscovo, Mikhail Gorbachov apresentou um programa de criação de um sistema global de segurança internacional, com medidas nas áreas militares, políticas e económicas. ■ Nas Filipinas, Marcos abandona o Poder e Corazon Aquino toma posse da Presidência, reconhecida pelos EUA. Nas ruas é a grande festa popular, após 20 anos de ditadura.

Avante!

Professores de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

Propriedade: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º — 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Litoral, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa

DESCRIÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 244 44

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra Tel. 265 84

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Vence Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50

Composto e impresso na Heuka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 Vende Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Janeiro 35 130

Resolução do Comité Central do Partido Comunista Português

Tarefas imediatas *após as eleições presidenciais*

O Comité Central do PCP reuniu-se em sessão plenária no dia 20 de Fevereiro para examinar os resultados das eleições presidenciais e a situação política delas decorrente.

1

Derrota da reacção, vitória da democracia

4

Combate ao governo PSD e luta por um governo democrático

7

A situação impõe que continue a convergência democrática

2

Contribuição determinante do PCP

5

O PCP e os órgãos do poder

8

Unidade nas organizações unitárias e luta de massas

3

O perigo da reacção continua, é necessário continuar o combate

6

Linhas de uma política nacional

9

O PCP força essencial da democracia

PCP

Resolução do Comité Central

Tarefas imediatas após as eleições presidenciais

Aníbal

O capital exulta: temos, verdadeiramente, um chefe do Executivo que chefia, um Executivo que executa, um Governo que governa.

O chefe do Executivo tem um nome — Aníbal.

O Executivo tem um nome — Aníbal.

O Governo tem um nome — Aníbal.

O próprio Aníbal tem um nome — Aníbal.

Pois Aníbal desatou a dar ao País as respostas aos problemas que, até ali, eram problemas sem respostas. Um deles: as pensões de miséria dos reformados. Aníbal pegou numas notas de 500\$00, e algumas, até, de 1000\$00, e transformou as pensões de miséria em miséria de pensões. Era uma resposta. Mas fez mais: deu resposta à própria resposta, aumentando de imediato o custo de vida através, por exemplo, do aumento dos combustíveis, o que não deixou de ser uma ainda terceira resposta ao dilema em que haviam ficado todos os reformados, quanto ao destino a dar ao orçamento suplementar que lhes havia desabado em cima.

Outro problema: a pesada carga fiscal sobre o cidadão. Aníbal pegou na babilónia de impostos que atacavam o cidadão por todos os lados (até por um chamado istmo) e concentrou-se num só, com um único lado, chamado IVA. Era uma resposta. A carga fiscal ficou, indubitavelmente, concentrada. É verdade que as pessoas passaram a pagar ainda mais, quando era suposto passarem a pagar menos, mas isso não passa de falso problema.

Outro ainda: o escândalo dos salários em atraso e do desemprego no nosso país. É sabido que este problema consiste no facto de haver umas centenas de empresas que decidiram deixar de pagar salários aos seus trabalhadores, sob ameaça de lhes tirar o emprego, enquanto as largas dezenas de milhares de trabalhadores dessas centenas de empresas se têm sujeitado a trabalhar sem receber, para não perderem o referido emprego. Aníbal pegou nisto tudo e disse: «Está resolvido. Se os patrões não pagam e os trabalhadores trabalham, há um desequilíbrio: para repor o equilíbrio há que fazer que os trabalhadores deixem de trabalhar. Portanto, vai tudo para a rua, dão-se uns tostões e pronto. Desempregados não têm salários, portanto estes deixam de estar atrasados — e não se fala mais nisso.» É uma resposta.

Mas se dúvidas houvesse de que, finalmente, temos um Aníbal que dá respostas elas dissipar-se-iam com a recente decisão tomada pelo ministro da Saúde. Sendo uma medida de Beleza, é igualmente uma beleza de medida. Trata-se do problema dos milhares de pessoas que estão meses e até anos nas listas de espera para as consultas hospitalares. Uma recente circular de Leonor Beleza determina:

1.º — As listas de espera para consultas, internamento ou operações, nunca poderão exceder um mês;

2.º — As referidas listas de espera que não podem exceder um mês, podem ser excedidas para dois meses mediante autorização escrita do chefe de serviço hospitalar;

3.º — As referidas listas de espera que não podem exceder um mês no ponto 1.º mas já podem ser excedidas para dois no ponto 2.º, podem ser excedidas para três mediante autorização escrita do director clínico do hospital;

4.º — As referidas listas de espera que não podem exceder um mês no ponto 1.º, nem dois meses no ponto 2.º, nem três meses no ponto 3.º, podem continuar a exceder-se mediante autorização escrita do director-geral dos Hospitais.

É uma resposta. Ao fim de quatro meses o paciente poderá não ter o antibiótico ou a radiografia — mas tem três assinaturas que lhe são fornecidas com gentil sugestão «toma e vai-te curar».

Feliz, o País exulta com tanta resposta de Aníbal, com tanta medida anibalesca.

■ HC

1 O Comité Central do Partido Comunista Português reuniu-se em sessão plenária no dia 20 de Fevereiro para examinar os resultados das eleições presidenciais e a situação política delas decorrente.

2 O Comité Central considerou ser necessário analisar ulteriormente a evolução da situação económica, social, cultural e política nos últimos anos, as alterações verificadas nos vários aspectos da vida nacional e as consequentes modificações nos objectivos de luta imediatos e a médio prazo.

3 O Comité Central considerou também necessário aprofundar dentro de um curto prazo a análise da situação económica, social e política existente.

4 O Comité Central considerou entretanto a urgência de, no presente momento, quatro dias após a 2.ª volta das eleições presidenciais, tirar desde já as conclusões dos seus resultados e das suas incidências na situação política e definir a orientação do Partido e as tarefas correspondentes.

1

DERROTA DA REACÇÃO VITÓRIA DA DEMOCRACIA

Com a derrota de Freitas do Amaral nas eleições presidenciais, foi afastado um perigo grave e iminente que pesava sobre o regime democrático.

A derrota de Freitas do Amaral nas eleições presidenciais não foi apenas a derrota do candidato e do CDS, seu partido.

Foi a derrota de Cavaco Silva, do seu Governo e do PSD que se empenharam totalmente na candidatura e no plano político subversivo em que ela se inseria.

Foi a derrota das forças do passado fascista, dos sectores sociais e políticos mais reacçãoários, designadamente do revanchismo fascista e fascizante.

Foi o fracasso de mais um plano de completa subversão do regime democrático, traçado e conduzido pelas forças reacçãoárias, designadamente pelo PSD e CDS.

Tal como em 1980 com a candidatura de Soares Carneiro, o plano de Freitas e Cavaco era claro e declarado: conquistando a Presidência da República, dispo do Governo, preparando eleições que dessem à «AD» ressurgida a maioria dos deputados, podendo indicar e nomear a seu belo-prazer as chefias militares, as forças reacçãoárias projectavam desencadear uma ofensiva geral, global e violenta contra os trabalhadores, contra as liberdades e direitos dos cidadãos, contra as conquistas de Abril.

Não se tratava de um programa político para ser realizado no quadro da legalidade democrática. Tratava-se de um plano inconstitucional, ilegal e subversivo de liquidação do sistema económico e político consagrado na Constituição e de completa destruição do regime democrático.

O fracasso de mais este plano, em que a reacção jogou todas as suas forças, investiu poderosíssimos recursos e procurou concretizar através dos processos mais indignos, representa um duro golpe na contra-revolução.

As forças reacçãoárias não desistiram dos seus objectivos de liquidar o regime democrático consagrado na Constituição. Mas a dinâmica de revanche fascista e fascizante foi sustida e quebrada. Derrotadas nas eleições presidenciais, as forças da reacção serão agora forçadas a rever, reformular e recomeçar novos planos subversivos.

Assim o facto de que a reacção e a dinâmica fascizante não passaram nas eleições presidenciais, significa uma gran-

de vitória da democracia, que, afastando o perigo, abre novas perspectivas de defesa do regime democrático consagrado na Constituição.

Como numerosos factos e informações concretas indicavam, uma vitória de Freitas teria lançado no imediato uma explosão de ilegalidades e violências reacçãoárias, semeando o ódio, as acções de vingança, o medo e a intolerância.

As extraordinárias e espontâneas manifestações de alegria popular na própria noite das eleições mostraram que a maioria do povo português tinha consciência do perigo fascista e fascizante e que por isso vitoriou entusiasticamente a vitória da liberdade, da democracia, do 25 de Abril.

2

CONTRIBUIÇÃO DETERMINANTE DO PCP

Verificada a eliminação dos dois candidatos democráticos na 1.ª volta das eleições, a decisão do PCP de intervir na 2.ª volta e colocar como objectivo derrotar Freitas do Amaral e a ameaça fascista e fascizante — apelando, em consequência, ao voto contra Freitas do Amaral, votando em Mário Soares — provocou a viragem da situação e teve papel decisivo no resultado das eleições.

Ninguém contesta que, sem tal decisão do PCP, Freitas do Amaral, que tinha obtido 46% na 1.ª volta, contra apenas 25% de Mário Soares, teria sido eleito Presidente da República.

Quando a vitória da reacção parecia inevitável, foram a decisão e a acção do PCP que inverteram totalmente as perspectivas nas eleições presidenciais.

A decisão e a campanha de esclarecimento do PCP na 2.ª volta constituíram, na conjuntura existente, o factor determinante para a derrota de Freitas do Amaral e da reacção e para a grande vitória da democracia.

Tanto o resultado total nacional como a análise comparativa dos resultados regionais, demonstram, sem sombras de dúvida, esta afirmação.

No total nacional, o facto de que Mário Soares teve apenas mais 154 000 votos do que Freitas do Amaral mostrou a iminência do perigo que o regime democrático correu e o valor decisivo da convergência de votos.

PCP

Resolução do Comité Central

Nos resultados regionais, foi precisamente nas regiões de influência maioritária do PCP e da APU, nas quais Mário Soares alcançou mais baixas votações na 1.ª volta, que alcançou na 2.ª volta as mais elevadas percentagens.

Em Beja, na 1.ª volta, Mário Soares tinha alcançado apenas 18% dos votos, na 2.ª volta alcançou 76%. Em Évora alcançou respectivamente 14 e 69%. Em Setúbal 17 e 71%. Em Portalegre 25 e 65%. Em Lisboa 23 e 57%.

Só nestes 5 distritos, Mário Soares obteve na 2.ª volta mais 820 000 votos que na 1.ª volta.

Tendo em conta que os votos do eleitorado do PCP e da APU foram determinantes, não pelo apoio à candidatura de Mário Soares, ao seu programa e à sua acção, mas pela convicção da necessidade imperativa de derrotar Freitas do Amaral para defesa da democracia, fica ainda mais evidenciada a elevadíssima consciência política dos militantes e simpatizantes do PCP e da APU.

O Comité Central do PCP, apreciando altamente a contribuição dada por todas as forças e sectores democráticos para a derrota das forças e dos planos reaccionários, a todos saúda e felicita.

É, porém, uma realidade histórica e por isso justo salientar que para o resultado das eleições presidenciais de 1986 a contribuição do PCP foi decisiva.

Trata-se de um novo testemunho do alto sentido de responsabilidade do PCP na vida nacional e do seu papel na defesa das liberdades e da democracia.

Trata-se de um novo testemunho de que o PCP é um bastião de capital importância do regime democrático português, uma força indispensável para fazer frente com êxito à reacção e para uma solução democrática dos problemas nacionais.

3

O PERIGO DA REACÇÃO CONTINUA É NECESSÁRIO CONTINUAR O COMBATE

Salientando a grande derrota da reacção e do seu plano de subversão das instituições democráticas, o PCP sublinha ao mesmo tempo que a elevada votação de 48,7% alcançada por Freitas do Amaral representa de facto um largo e preocupante apoio eleitoral e social. É evidente que a imensa maioria dos 2 milhões e 800 mil eleitores que votaram em Freitas do Amaral não se situam politicamente na extrema direita fascizante, mas foram enganados e não compreenderam que a candidatura de Freitas do Amaral representava de facto o perigo do fascismo.

O Comité Central considera que a elevada votação em F. do Amaral e o apoio de massas que tal votação traduz resulta de cinco principais ordens de factores.

Em primeiro lugar, as posições dominantes do PSD e CDS e de outras forças da reacção no poder político, no aparelho de Estado e no poder económico que lhes permitiu utilizar abusivamente para fins eleitoralistas funções, decisões, serviços, verbas e outros recursos materiais e técnicos, incluindo os poderosos órgãos de comunicação social do Estado manipulados numa acção massiva e sistemática de diversão ideológica, desinformação e intoxicação. A acção continuada de numerosos e poderosos meios informativos e culturais controlados ou directamente influenciados pela direita, pelo imperialismo e pelo oportunismo constituiu importante apoio à acção política e eleitoral reaccionária.

Em segundo lugar, a capitalização pela reacção de parte do descontentamento que a sua própria política nos últimos 10 anos provocou, capitalização que se tornou possível por alguns factores fundamentais:

- a) o papel decisivo do PS/Mário Soares nos governos de direita nos últimos 10 anos assumindo assim a mais directa responsabilidade pelas desastrosas consequências da política de direita;
- b) a errada e artificial identificação dessa política com o 25 de Abril;
- c) a manobra de desresponsabilização do PSD e CDS;
- d) a campanha demagógica da reacção designadamente pela nova direcção do PSD e pelo Governo PSD de Cavaco Silva;
- e) a ocultação perante largas massas do eleitorado dos verdadeiros objectivos da candidatura de Freitas do Amaral. A «hora de mudança» que, para os fascistas e fascizantes, significava (como assumido propósito) a liquidação do 25 de Abril, aparecia aos olhos de camadas menos politizadas como uma efectiva esperança de solução dos problemas do povo e do País.

Em terceiro lugar, influenciou a alta votação o próprio desenvolvimento da campanha promovida com poderosíssimos recursos materiais e financeiros (pagamentos, dádivas, distribuição de objectos, passeatas) o que permitiu imprimir-lhe

uma mobilização e uma dinâmica de massas espectacular, fundindo a intimidação real com uma perspectiva festiva de vitória com larga participação da juventude.

Em quarto lugar, a alta votação da direita deve-se a aspectos antidemocráticos existentes na realidade nacional: largas zonas geográficas e numerosas empresas subjugadas pelas mais variadas formas de pressão, coacção e intimidação dos caciques locais, inclusive pela manipulação de sentimentos religiosos, criando situações em que está praticamente vedado o exercício das liberdades democráticas e em que se tornam possíveis os maiores atropelos e fraudes no processo e no acto eleitoral.

Em quinto lugar, pesam também na votação de Freitas do Amaral, apoiado pelo bloco dos partidos de direita, as divisões dos democratas nas eleições presidenciais, e o facto de Mário Soares não ser um candidato da unidade dos democratas, contar apenas com o apoio efectivo e directo (na 1.ª volta) de cerca de 25% dos votos e, contar na 2.ª volta, não com o apoio efectivo, mas com votos reticentes e condicionados, indispensáveis entretanto para possibilitar a sua vitória.

Todos estes factores indicam que a reacção tendo como instrumentos políticos fundamentais o PSD e o CDS, embora tendo sofrido grande derrota nas eleições presidenciais, continua disposta de grande força, meios, recursos e influência e continua portanto a constituir um elemento de destruição e uma ameaça real para a democracia.

Esquecer ou minimizar o perigo que o País correu e corre, tratar como democratas Freitas do Amaral e Cavaco e como democráticos o CDS e o PSD, seria permitir que as forças reaccionárias continuassem as suas ofensivas e preparassem livremente novos planos de subversão sem ter em conta a derrota sofrida.

Os actos terroristas registados nas últimas semanas (e que o PCP firmemente condena) indiciam métodos provocatórios que dão pretexto à limitação das liberdades, a aprovação de leis de segurança antidemocráticas e a uma política repressiva.

O Comité Central sublinha a necessidade imperiosa de continuar no imediato a luta contra a reacção e a sua política e, para tal, de confirmar, na acção prática aos mais diversos níveis e nos mais diversos campos de actuação, a convergência democrática verificada na eleições presidenciais.

O Comité Central salienta a necessidade de intensificar o esclarecimento e de atrair para o campo das forças democráticas as centenas e centenas de milhares de eleitores enganados e iludidos pela propaganda da direita.

4

COMBATE AO GOVERNO PSD E LUTA POR UM GOVERNO DEMOCRÁTICO

A derrota de Freitas do Amaral nas eleições presidenciais representa também uma séria derrota do Governo PSD de Cavaco Silva. Cavaco Silva jogou tudo por tudo na restauração da «AD» e da sua maioria nas eleições legislativas de 6

de Outubro e na eleição de Freitas do Amaral. Os dois objectivos falharam.

Se já antes das eleições presidenciais o Governo minoritário PSD/Cavaco Silva não tinha força suficiente para levar por diante uma ofensiva violenta e global contra os direitos populares e as conquistas democráticas, depois da derrota nas eleições presidenciais, o Governo PSD/Cavaco Silva fica ainda mais inseguro, frágil e dependente.

O Comité Central lembra que os partidos derrotados nas eleições presidenciais (CDS e PSD) estão em minoria na Assembleia da República e os partidos que convergiram no voto para derrotar Freitas do Amaral (PCP, PS, PRD, MDP, Partido «Os Verdes») têm uma confortável maioria de deputados.

Esta situação significa que os partidos que nas eleições presidenciais convergiram para derrotar Freitas do Amaral, estão em condições institucionais, desde que converjam na acção, não só de impedir que o Governo tome medidas contrárias aos interesses do povo e do País, como de constituir eventualmente a base de apoio parlamentar à formação de um outro governo.

O Comité Central adverte da existência de novos perigos para a democracia se, após a grande vitória democrática nas eleições presidenciais, forças democráticas viabilizassem a continuação impune da política de direita do Governo PSD/Cavaco Silva, preparando as condições para o lançamento de um novo plano de liquidação do regime democrático e das suas conquistas.

O PCP continua a considerar que a continuação da política e dos planos do Governo PSD/Cavaco Silva não só não resolverá como agravará os problemas nacionais.

A política do Governo exposta no seu Programa e nas propostas de lei das Grandes Opções e do Orçamento para 1986 visam explicitamente a reconstituição dos monopólios e dos latifúndios:

- asfixiando, desmantelando e destruindo ou entregando ao capital privado as empresas públicas e nacionalizadas;
- reservando ao Estado e aos dinheiros públicos o mero papel de construtores de infra-estruturas económicas ao serviço do grande capital;
- impulsionando, com incentivos e benefícios de crédito e fiscais e com outras protecções, a acumulação e a centralização de capitais e atribuindo artificialmente ao grande capital o papel de motor da economia nacional;
- relançando as ofensivas contra a Reforma Agrária, visando a sua total destruição.

Para reforçar a sua frágil posição política e social, o Governo viu-se forçado a tomar algumas medidas que correspondem a reivindicações há muito formuladas pelo PCP e outras forças democráticas, como, por exemplo, a baixa das taxas de juro. Mas o Governo aumentou os preços dos produtos essenciais em Novembro e apesar de grandes baixas das cotações internacionais ainda não baixou o preço dos combustíveis.

O essencial das medidas do Governo particularmente das que foram adoptadas no período das campanhas presidenciais têm um carácter marcadamente demagógico:

- a redução de 50% do aluguer dos telefones para reformados em condições que praticamente só abrangem um número muito reduzido;
- o anúncio de isenções do imposto de capital para os depósitos de reformados desde que não ultrapassem o montante de 1 milhão de escudos;
- o anúncio da alteração das condições de aquisição de casa própria para os jovens;
- o anúncio da redução do serviço militar obrigatório;



PCP

Resolução do Comité Central

— o anúncio da baixa de impostos depois de aumentar a carga fiscal através do IVA;

— a criação de ocupações temporárias para jovens desempregados no âmbito dos OTL.

A política do Governo, beneficiando de factores externos (nomeadamente a queda do dólar e a baixa do preço do petróleo) muito favoráveis, pode atenuar em alguns aspectos e transitoriamente a degradação da situação económica e social, mas não só não resolverá nenhum dos grandes problemas nacionais como agravará a situação económica de um vasto sector produtivo, particularmente da Agricultura e das Pescas, das empresas nacionalizadas, o desemprego alimentado pelos despedimentos sem justa causa, os conflitos sociais, incentivando a repressão patronal, a dependência do imperialismo, especialmente através do processo de integração na CEE.

A experiência de 10 anos seguidos de governos de direita (com ou sem o PS) já mostrou que uma política submetida aos objectivos estratégicos de destruir as conquistas democráticas da Revolução de Abril e de restaurar os monopólios (associados ao imperialismo) e os latifúndios, é causa directa da instabilidade social e política, dos perigos para o regime democrático, do desastre da economia, do agravamento brutal das condições de vida do povo, do endividamento externo e da submissão ao estrangeiro.

É tarefa das forças democráticas e patrióticas, não só impedir que o Governo de Cavaco Silva continue a sua política antipopular e antidemocrática preparando a subversão do regime, como criar condições para a formação de um governo democrático com uma política democrática capaz de resolver os graves problemas nacionais criados por 10 anos de política de direita de sucessivos governos.

5

LINHAS DE UMA POLÍTICA NACIONAL

Fiel aos interesses e direitos dos trabalhadores, do povo e do País, à Revolução de Abril e às suas conquistas, ao regime democrático consagrado na Constituição, o Partido Comunista Português continuará firmemente a luta por uma alternativa democrática, por um governo democrático e por uma política democrática.

Ao contrário da política e do programa das forças reacçãoárias, que constituem, em conformidade dos seus próprios objectivos contra-revolucionários, violentos factores de instabilidade económica, social e política, a política que o PCP propõe é uma política de estabilização e de estabilidade.

Pressuposto essencial de uma política democrática capaz de resolver os problemas nacionais é a **cessação imediata da verdadeira guerra social desencadeada contra os trabalhadores e outras camadas laboriosas e das ofensivas inconstitucionais contra os direitos dos trabalhadores, as empresas e sectores nacionalizados, as UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária, as liberdades democráticas, o Poder Local democrático.**

Uma política democrática capaz de fazer o País sair da crise e de resolver os desastrosos problemas nacionais provocados por 10 anos de política de direita, deverá ter necessariamente **quatro objectivos fundamentais:**

1.º — **O respeito pela Constituição, a legalidade democrática, a garantia das liberdades e a estabilidade das instituições,** — o que implica a firme oposição a quaisquer tentativas de revisão antidemocrática da Constituição, a defesa dos direitos dos trabalhadores, das liberdades e direitos dos cidadãos, da isenção e independência na Comunicação Social estatizada, do Poder Local democrático e do sistema eleitoral que tem a proporcionalidade como princípio básico.

2.º — **Uma política económica de recuperação e desenvolvimento para vencer a crise,** de que deverá necessariamente ser parte integrante o apoio sem discriminações a todas as formações económicas existentes e a mobilização dos recursos, energias, capacidades e potencialidades nacionais, para o aumento da produção, o saneamento financeiro e o melhoramento do bem-estar do povo português. O desenvolvimento correspondente aos interesses nacionais exige uma atitude firme e patriótica ante o imperialismo estrangeiro designadamente na CEE, não aceitando termos de submissão e sacrifício dos interesses portugueses nas relações internacionais.

3.º — **O melhoramento das condições de vida material e cultural do povo,** não só compatível como complementar de uma política de desenvolvimento económico e que exige medidas de emergência para solucionar problemas mais graves como os salários em atraso, os despedimentos, o desemprego com particular relevo para o desemprego juvenil, a alta do custo de vida, o nível miserável das reformas, os preços inportáveis da habitação e da saúde e a degradação do ensino e do apoio social escolar.

4.º — **Uma política externa de independência, paz e cooperação,** que implica o desenvolvimento de relações diversificadas com todos os Estados, a recusa a transformar Portugal numa base de planos de agressão e de guerra, uma atitude

de favorável ao desanuviamento e contra a corrida aos armamentos (designadamente aos armamentos nucleares e à «guerra das estrelas») que faz pesar sobre a Humanidade a ameaça da total destruição do planeta.

6

O PCP E OS ÓRGÃO DO PODER

A derrota de Freitas do Amaral e do plano PSD/CDS de subversão do regime e das instituições democráticas, que tinha como eixo as eleições presidenciais, coloca na ordem do dia a **defesa e o cumprimento da Constituição e da legalidade democrática, a consolidação e o funcionamento regular das instituições.**

Inutilizado o plano da reacção de tomar conta de todos os órgãos do poder político e criadas condições para ser assegurada a normalidade constitucional, é oportuno definir a posição do PCP em relação ao Presidente da República, ao Governo, à Assembleia da República, aos Tribunais e ao Poder Local.

Em relação ao **Presidente da República,** o PCP, independentemente da opinião acerca do programa apresentado e da política defendida pelo novo Presidente eleito e das atitudes que venha a assumir durante o exercício do seu mandato, considera que, em termos institucionais, **as relações entre o PCP e o órgão de soberania Presidente da República deverão realizar-se normalmente tal como sucedeu com o Presidente cessante, nos termos previstos na Constituição.**

Posição semelhante será assumida no **Conselho de Estado,** órgão consultivo do Presidente da República, pelo Secretário-geral do PCP que a ele pertence.

Em relação ao **Governo,** o PCP combatendo a política de Cavaco Silva e do PSD e lutando pelo termo da desastrosa política de direita e pela formação de um governo democrático com uma política democrática capaz de resolver os graves problemas nacionais, **continua aberto à realização de encontros com o Governo nos termos do Estatuto de Oposição.**

O PCP mantém idêntica atitude em relação aos **Governos Regionais da Madeira e dos Açores.**

Em relação à **Assembleia da República,** o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, dialogando e procurando a cooperação com os outros partidos e deputados democráticos, actuará pelo **exercício das competências legislativas e de fiscalização da Assembleia da República** (designadamente no que respeita ao combate à corrupção e às ilegalidades da acção governativa contra a Reforma Agrária), apresentará projectos de lei visando a solução dos problemas e a satisfação de interesses e aspirações populares, contrariará a aprovação de legislação reacçãoária, e desmascarará a política antipopular e antidemocrática do Governo.

O Grupo Parlamentar do PCP opõe-se firmemente e **tudo fará para que sejam rejeladas** a lei dos despedimentos e outras leis do chamado pacote laboral, a lei do roubo dos baldios, e a lei da entrega de canais da televisão ao capital privado (presentemente em discussão na Assembleia da República), assim como outras propostas que o Governo prepara com vistas ao desmantelamento de empresas públicas e nacionalizadas e das UCP's/Cooperativas, a restrição das liberdades e direitos a pretexto da segurança interna e à revisão antidemocrática da legislação eleitoral.

Paralelamente, o Grupo Parlamentar do PCP lutará empenhadamente **para que sejam aprovados os projectos de lei do PCP** relativos aos salários em atraso, ao aumento das reformas, pensões e aposentações, à revogação da lei do aumento das rendas de casa, ao controlo do preço dos medicamentos, à defesa do sector nacionalizado, da Reforma Agrária e do Poder Local democrático, à independência da comunicação social, à atenuação das desastrosas consequências da entrada na CEE, e à revogação dos escandalosos aumentos dos vencimentos e regalias dos membros do Governo e deputados.

Em relação aos **Tribunais,** o PCP continua defendendo firmemente a independência e a isenção da instituição judicial. Neste sentido continuará reclamando o cumprimento das sentenças judiciais que anularam ou suspenderam os actos do Governo, nomeadamente o cumprimento dos 300 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis às reclamações dos trabalhadores da Reforma Agrária contra decisões de extorsão de terras às UCP's/Cooperativas.

Em relação ao **Poder Local,** o PCP defende firmemente a sua natureza, carácter, funções e funcionamento democráticos, contra quaisquer tentativas de governamentalização e continuará, através dos seus eleitos, a trabalhar com honestidade e competência para a solução dos problemas das populações.

Nos municípios geridos pela APU, os comunistas continuarão a sua obra notável, realidade cujo reconhecimento pelas populações foi novamente testemunhado nas eleições autárquicas de 15 de Dezembro.

O Comité Central sublinha a particular importância que, na presente conjuntura e para aproveitamento das possibilidades

de unidade e de contacto com as populações, assume o reforço do funcionamento colegial das Câmaras e Juntas, a valorização do papel das Assembleias Municipais e de Freguesia, o aprofundamento da descentralização para as freguesias, a criação ou dinamização dos Conselhos Municipais, e uma maior ligação às Comissões de Moradores, colectividades e às estruturas representativas dos trabalhadores, dos jovens e de outras camadas e sectores da população.

Relativamente aos órgãos do Poder e ao aparelho de Estado, o Comité Central entende também oportuno confirmar a posição do PCP em relação às **Forças Armadas:** a defesa intransigente dos princípios constitucionais, segundo os quais as Forças Armadas estão ao serviço do povo português e são rigorosamente apartidárias.

Relativamente a numerosos comentários sobre as eleições presidenciais, o PCP não considera com qualquer significado institucional ou democrático ter sido eleito Presidente da República um civil e não um militar. Os militares são cidadãos de pleno direito e nada se opõe na Constituição a que militares exerçam os mais elevados cargos no aparelho de Estado.

7

A SITUAÇÃO IMPÕE QUE CONTINUE A CONVERGÊNCIA DEMOCRÁTICA

O Comité Central examinou atentamente os múltiplos aspectos da convergência democrática nas eleições presidenciais. Embora tendo como expressão prática imediata a votação que possibilitou a derrota de Freitas do Amaral, a convergência democrática adquiriu muitas outras expressões e significados positivos.

O processo das eleições presidenciais — designadamente os esforços para o consenso das forças democráticas em torno do candidato da democracia na 1.ª volta e a convergência final dos votos democráticos na 2.ª volta para derrotar Freitas do Amaral — confirma uma velha experiência: **assim como a divisão das forças democráticas é dos principais factores do avanço da direita, a convergência da acção dos democratas é a melhor garantia da vitória da democracia.**

O processo das eleições presidenciais permitiu uma vez mais verificar a profundidade dos sentimentos democráticos e antifascistas do povo português e as imensas potencialidades da unidade dos trabalhadores e da unidade dos democratas.

O Comité Central regista como fenómeno novo e promissor, os inúmeros testemunhos de profundos sentimentos unitários que se expressaram, tanto ao nível das massas, como ao nível de militantes de todos os partidos e sectores democráticos.

Criou-se uma situação favorável à aproximação, ao entendimento e à unidade dos democratas. Para continuar a fazer frente com êxito à reacção e a defender com êxito o regime democrático é do interesse vital do povo português que se mantenham, consolidem e concretizem os sentimentos e atitudes tendentes à unidade dos democratas.

No processo das eleições presidenciais uma vez mais se evidenciou que o PCP é uma força indispensável para conter e derrotar a reacção e para o consenso e a unidade no campo democrático.

O êxito da luta contra a reacção e a defesa da democracia torna indispensável que desapareçam no campo democrático preconceitos anticomunistas e o medo da chantagem reacçãoária das chamadas «conotações» com o PCP, que só favorecem a reacção.

Uma conclusão irrefutável resulta da análise dos factos e da situação: **a luta contra a reacção e a defesa do regime democrático no futuro próximo imediato exigem um sério esforço de todas as forças e sectores democráticos no sentido da convergência e da unidade.**

O Comité Central declara a pronta disposição do PCP para, no imediato, empreender ou participar em iniciativas conjuntas ou convergentes em torno de problemas concretos, na Assembleia da República, nas autarquias, na acção sindical, nas comissões de trabalhadores, nas empresas, nas escolas, na acção cultural e nas lutas reivindicativas em geral.

No que respeita às relações interpartidárias, tendo em conta a situação emergente do processo político e do resultado das eleições presidenciais e a importância que assume no momento presente o diálogo entre todas as forças políticas que convergiram para a derrota da reacção, o **Comité Central resolve propor encontros com delegações do PCP aos seguintes partidos: Partido Socialista, Partido Renovador Democrático, Movimento Democrático Português, Partido «Os Verdes», União Democrática Popular, Partido Socialista Revolucionário, União de Esquerda para a Democracia Socialista.**

O Secretariado do Comité Central concretizará no imediato estas propostas.

O Comité Central tomou conhecimento de que o PS acaba

Resolução do Comité Central

de anunciar uma iniciativa em relação a encontros entre partidos que, no que respeita ao PCP, converge com a proposta do CC acima referida.

Ao mesmo tempo que toma estas iniciativas e tendo em conta a aproximação, os contactos e em muitos casos as relações de entendimento e de cooperação que se estabeleceram entre as organizações e militantes do PCP e democratas de outros partidos e sectores, o **Comité Central dá como indicação geral a todas as organizações e militantes do Partido tomarem a iniciativa, não só de manter como de aprofundar tais contactos e relações, procurando sempre que possível que se concretizem em iniciativas e acções comuns convergentes.**

O Comité Central do PCP está certo de que estas decisões correspondem aos interesses vitais de defesa da democracia e aos mais profundos sentimentos do povo e dos democratas portugueses.

8

UNIDADE NAS ORGANIZAÇÕES UNITÁRIAS E LUTA DE MASSAS

A acção política ao nível das instituições (nos órgãos do Poder e no relacionamento com eles) não é a única forma de intervir na vida política e de influir na sua evolução.

A luta de massas continua a ser uma forma essencial de intervenção e acção e o desenvolvimento da luta de massas coloca num primeiro plano de actividade o trabalho nas organizações unitárias.

A luta pela convergência e a unidade não se limita ao esforço de aproximação, diálogo e entendimento entre os partidos democráticos e seus membros. **A luta pela convergência e a unidade adquire particular importância ao nível das organizações e movimentos unitários das várias classes e camadas sociais assim como das mais variadas organizações de massas na esfera das suas actividades específicas.**

O Comité Central sublinha a importância que adquire na conjuntura actual o **reforço da unidade, da organização, do dinamismo e da luta de massas conduzidas pelo poderoso movimento sindical unitário organizado em torno da CGTP-Intersindical Nacional.**

Sublinhando como a luta pela unidade dos trabalhadores, designadamente da unidade sindical, é tarefa dos comunistas em todos os sindicatos e estruturas sindicais, o Comité Central considera ao mesmo tempo indispensável a firmeza na luta contra o divisionismo sindical e contra os conluios de dirigentes e de organizações da UGT com o Governo e com o patronato, em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

O Comité Central considera que tanto a conjuntura política e social como as perspectivas de evolução da situação impõem também o reforço das comissões de trabalhadores, das comissões de moradores e de todas as formas de organização unitária dos trabalhadores, dos agricultores, dos intelectuais e quadros técnicos, da juventude, das mulheres, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes, de todas as camadas sociais em defesa dos seus interesses específicos.

É particularmente importante que a aproximação, a convergência e a unidade se estabeleçam, se consolidem e se desenvolvam **em torno de problemas concretos, designadamente em lutas reivindicativas com objectivos imediatos**, cuja intensificação a situação económica e social imperativamente impõe.

Na presente conjuntura, ganharam particular relevo como factores negativos, por um lado, **manifestações de sectarismo** (traduzidas designadamente na sobrestimação da própria força, no menosprezo dos outros sectores democráticos e na incapacidade de abertura e de diálogo); por outro lado, **manifestações de oportunismo** (traduzidas designadamente em concessões de carácter ideológico, no amortecimento do espírito crítico e no seguidismo em relação a posições de outros sectores políticos).

O Comité Central sublinha, como factor indispensável para o desenvolvimento da unidade e da luta de massas, firme combate tanto ao sectarismo como ao oportunismo (de direita ou esquerdista).

9

FORÇA ESSENCIAL DA DEMOCRACIA

A intensa luta política marcada nos últimos cinco meses por três eleições gerais (para a Assembleia da República, para

as Autarquias e para a Presidência da República) pôs à prova a força, a capacidade de organização e realização, a unidade interna, a influência de massas e a influência na política nacional do Partido Comunista Português.

O XI Congresso (extraordinário) do PCP decidido, organizado e realizado no espaço de menos de uma semana, e culminando debates preparatórios em mais de 800 reuniões plenárias, com a participação de mais de 30 000 membros do Partido, constitui uma extraordinária prova, não só da intervenção política pronta e operativa do Partido na vida nacional, como da sua organização, da sua militância, da sua democracia interna e da sua unidade.

Todo este período de luta confirmou o papel do PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, como a grande força política necessária, indispensável e insubstituível para a defesa dos interesses e direitos populares, das liberdades e das outras grandes conquistas da Revolução de Abril, do regime democrático e da independência nacional.

A intensa luta política no decurso de 1985 e as campanhas e batalhas eleitorais, impediram entretanto que o Partido consagrasse as atenções e os esforços necessários a diversas frentes do seu trabalho.

Existem, nos próximos tempos, condições para fazê-lo.

O Comité Central coloca como tarefa imediata o **reforço do Partido em todos os aspectos da sua actividade.**

Nesse sentido, o Comité Central indica quatro grandes direcções:

1.º - **O reforço da organização do Partido**, relançando e melhorando trabalho em todas as células e organizações, com particular atenção para as células de empresa, regularizando a estruturação e o funcionamento dos organismos, intensificando a regular participação nas reuniões, normalizando o pagamento das quotas, promovendo de novo o regular recrutamento.

2.º - **O reforço da unidade do Partido**, que tem como principais factores a dinâmica da acção política no cumprimento das tarefas, o trabalho colectivo, a vida democrática interna que dá a todos os membros do Partido o direito de nas organizações respectivas intervirem na discussão e nas decisões e a disciplina voluntária e consciente que obriga todos os membros do Partido a actuarem segundo a orientação definida e decidida.

3.º - **O reforço do trabalho político e ideológico** nas fileiras do Partido e junto das massas, melhorando os meios de informação e propaganda, tomando medidas efectivas para a mais ampla difusão do «Avante!» e de outros órgãos do Partido, promovendo a assimilação e a divulgação dos objectivos e da orientação do Partido e o estudo do marxismo-leninismo, combatendo a influência ideológica da burguesia e da

pequena-burguesia, combatendo a desinformação, a diversão ideológica e o anticomunismo e todas as suas manifestações que tendem a diminuir o papel e a força do movimento operário e do PCP e dos ideais e das realizações do socialismo no mundo.

4.º - **O reforço da ligação do Partido às massas**, através da actividade nos movimentos e organizações unitárias e nas associações de massas, do combate ao sectarismo e oportunismo e da promoção constante da luta dos trabalhadores, dos agricultores, dos intelectuais e quadros técnicos, das mulheres, da juventude, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes e das populações em geral em defesa dos seus interesses e direitos.

No seguimento das conclusões do XI Congresso (extraordinário), o Comité Central **increve, como tarefas para o ano em curso, o exame aprofundado de uma série de problemas considerados de importância primordial:**

— os problemas da **juventude**, das suas aspirações e da sua inserção na vida social e política;

— os problemas das **mulheres** e da luta pela sua emancipação;

— os problemas do **movimento operário**, da sua organização e da sua unidade;

— os problemas relativos à **batalha ideológica**, à **frente cultural** e à **comunicação social**;

— os problemas relativos ao **funcionamento do Partido**, à sua organização e à sua dinâmica.

A Comissão Política e o Secretariado do Comité Central estabelecerão os planos de trabalho para o cumprimento destas tarefas, de forma a iniciar-se a sua concretização tão breve quanto possível.

O Comité Central indica como **grandes jornadas de luta**, cuja preparação deve começar desde já, as **comemorações do 25 de Abril** e a **jornada do 1.º de Maio**, cujo centenário se comemora este ano.

As **comemorações do 65.º aniversário da fundação do Partido** em princípios de Março podem dar lugar a iniciativas inseridas na perspectiva deste plano de trabalho.

O Comité Central marcou como data para a **Festa do Avante de 1986** os dias 5, 6 e 7 de Setembro.

O Comité Central do PCP expressa a sua plena confiança em que os trabalhadores e os democratas saberão reforçar a sua unidade e prosseguir com determinação a luta em defesa do Portugal de Abril.

20 de Fevereiro 1986

O Comité Central
do Partido Comunista Português



Trabalhadores

Salários atrasados Um processo viciado pelo Governo (e o mais que se verá)

O debate na Assembleia da República sobre os salários em atraso, com base nos projectos de lei apresentados pelo PCP, PS e PRD e na autorização legislativa que o Governo pediu sobre o assunto, suscitaram novamente a atenção dos órgãos de comunicação social mais sensíveis aos problemas globais do País.

Apesar da norma emitida nesse sentido pelo Conselho de Comunicação Social, a TV e a Rádio continuavam, no entanto, a remeter para plano muito secundário, ou mesmo indescernível, a magna questão social e política das dívidas salariais, que aumentaram cerca de 20 por cento em número de trabalhadores atingidos, passando de 100 para cerca de 120 mil, entre Outubro e Dezembro de 1985.

Mas enquanto as posições sindicais unitárias sobre o que o próprio Primeiro-Ministro considera uma «calamidade» têm pouco eco ou nenhum na RTP, o mesmo não sucede com as declarações de membros do Governo. Dos menos aos mais responsáveis, todos se referem, até com algum relevo, mas sempre por tabela, à questão.

Os salários em atraso servem ao Governo Cavaco Silva como exercício de reiterada demagogia. Membros do Governo chegam a utilizar expressões usurpadas aos trabalhadores organizados e às suas manifestações de luta. Termos como «praga», «calamidade», «flagelo social», etc. aparecem na boca dos representantes máximos do grande capital e do capital financeiro, no plano político, com Cavaco Silva à cabeça.

Para este governante, que tenta remeter o assunto para os planos do dilema e da fatalidade, o problema estaria mesmo assim a resolver-se com a proposta de lei 4/IV, apresentada pelo Governo em 19 de Dezembro do ano findo.

As medidas práticas do Governo andam, na verdade, à volta destas duas questões: «flexibilização», isto é, aumento do desemprego, aumento dos contratos a prazo, diminuição de regalias, crescimento das reservas de mão-de-obra e consequente baixa dos níveis salariais, insegurança generalizada e desprezo

têm conseguido mais do que aumentar a desconfiança dos trabalhadores e dos sindicatos perante a incapacidade já demonstrada pelo partido do Governo para aplicar qualquer medida apropriada ao estado a que chegaram os salários em atraso (ver quadro).

No mesmo dia em que começava na generalidade o debate parlamentar da proposta de lei do Governo (4/IV) e dos projectos do PCP, PS e PRD sobre os salários e outras remunerações em atraso, vinham a público alguns resultados de um inquérito da CGTP-IN, segundo os quais os trabalhadores naquelas condições são presentemente, em números muito aproximados da realidade, mais 20 mil do que em Outubro do ano findo.

Entretanto, o debate parlamentar ia prosseguir. Depois da sessão de quarta-feira da semana passada, sabia-se que o ministro do Trabalho, Mira Amaral, continuava a insistir na sua ideia importada, que se resume na «flexibilização» do emprego em prejuízo do trabalho, em benefício do encerramento de mais empresas e do aumento dos despedimentos.

As medidas práticas do Governo andam, na verdade, à volta destas duas questões: «flexibilização», isto é, aumento do desemprego, aumento dos contratos a prazo, diminuição de regalias, crescimento das reservas de mão-de-obra e consequente baixa dos níveis salariais, insegurança generalizada e desprezo

Segundo a CGTP-IN, «eis o quadro ainda não completo» dos salários em atraso, relativo ao final do ano passado. Dados referentes a Janeiro findo, mas ainda «em fase de actualização final», fazem aumentar os totais que se seguem, em vários distritos:

DISTRITOS	N.º EMPRESAS	N.º TRABALHADORES
AVEIRO	44	5 086
BEJA	6	400
BRAGA	100	12 000
CASTELO BRANCO	26	4 359
COIMBRA	56	4 503
ÉVORA	20	2 000
FARO	33	3 451
GUARDA	8	1 925
LEIRIA	70(1)	7 438
LISBOA	230	29 000
PORTALEGRE	27	2 500
PORTO	125	21 000
SANTARÉM	50	189
SETÚBAL	41	14 000
VIANA DO CASTELO	10	700
VILA REAL	10	1 000
VEISEU	22	2 000
	878	115 551

(1) — 26 das quais já encerradas.

Estes elementos, tornados públicos pela Inter numa nota à Imprensa de 19 do corrente, são da responsabilidade do departamento de política salarial e acção reivindicativa daquela Central.

Sonoras estas palavras, sem dúvida, mas vazias.



A luta firme dos trabalhadores com salários em atraso tem descido às ruas em múltiplas acções, apoiadas pelo movimento sindical unitário e contando com a solidariedade da opinião pública

pelo direito ao trabalho; e encerramento de empresas, isto é, perda de investimentos já efectuados, desperdício de volumosos subsídios atribuídos por governos anteriores para preservação dos níveis de emprego, fuga às indemnizações legais por despedimentos em troca do chamado «mútuo acordo» e refor-

mas antecipadas, eliminação dos créditos por salários e outras remunerações em atraso, devidos, durante anos e anos, aos trabalhadores. A Messa e a CIFA são flagrantes exemplos dessa política de «terra queimada» que já vem, como é sabido, de governos anteriores. É uma política

sem contrapartidas para encarar as novas tecnologias sem entregar tudo o que dê lucro — inclusive aquilo a que os tecnocratas chamam «mercados de trabalho» — nas mãos de especuladores, em nome de um «liberalismo» liberticida que não faz sentido, nem é aplicado, em nenhuma economia de tipo capita-

lista, seja em que regime for.

É assim que as frases sonoras nas aberturas dos projectos de lei, incluindo naturalmente o dos salários em atraso, não chegam para iludir e muito menos para adormecer a vítima de semelhante chaga. É ver que, apesar de um mês inteiro, senão mais, de chamamentos consecutivos na televisão às rescisões ou suspensões de contratos de trabalho, só 335 trabalhadores nessas condições (sem salários) recorreram aos serviços governamentais. Com que resultados não se sabe, por enquanto. Mas é fácil deprender que, como ainda na semana passada afirmava o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, a via sacra seja a mesma com raras excepções: ninguém sabe, oficialmente, nada. O que de concreto existe é um papel negro de tinta em forma de projecto-lei. De resto, este Governo sabe, ou devia saber, cheio de tecnocratas como está, que uma via de crescimento (e não de desenvolvimento) tão radicalmente capitalista e vi-



Entre Outubro e Dezembro de 1985, passaram de 100 mil para 120 mil os trabalhadores atingidos pelo flagelo dos salários em atraso

rando as costas à via constitucional, não pode deixar de conduzir a becos sem saída, como se está a ver todos os dias nos principais ramos da indústria e dos serviços nacionais.

A suposta «contra-austeridade», apregoada por este Governo, só pode desembocar na agu-

dização dos conflitos sociais e na resposta consequente por parte dos trabalhadores.

Pode-se governar com a televisão? Talvez. Mas é só de pouca dura e não bastam a CIP, CCP e CAP juntas para fazer a Primavera do capitalismo, na versão cavaquista que aí está.

Por vontade da área democrática na AR

Jerónimo de Sousa

No passado dia 20 de Fevereiro, a Assembleia da República votou, favoravelmente, na generalidade, três projectos de lei (do PCP, PS e PRD) bem como uma proposta de lei do Governo sobre a questão dos salários em atraso. Embora os partidos da direita tivessem tentado, com o seu voto, impedir a passagem do projecto de lei do PCP, não o conseguiram, face ao voto consensual dos partidos e deputados do campo democrático. Deu-se, assim, um passo em frente e decisivo num longo processo.

Sete projectos de lei, uma interpegação ao Governo, que culminou com a apresentação de 600 requerimentos sobre empresas em que se verificava atraso ou falta de pagamento de salários, dezenas de declarações políticas e intervenções no Plenário, até à apresentação, votação e aprovação na generalidade do Projecto de Lei 2/IV, revelam que o PCP soube dar corpo e voz à luta corajosa dos trabalhadores, com salários em atraso.

Decisivo o novo quadro parlamentar

Foi decisivo, sem dúvida, o novo quadro parlamentar resultante das eleições de 6 de Outubro de 1985. O PS abandonou a sua posição de «pilotos», de alinhamento e corresponsabilização com o PSD e CDS, no bloquo imposto a todas as iniciativas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP. O PRD, ao apresentar o seu projecto de lei, soube

também assumir os seus compromissos eleitorais.

Quando ao PSD e ao CDS continuam parados no tempo. Mas mais do que uma manifestação de «arteriosclerose» legislativa preferem, por razões de classe, deixar tudo como está, aguardando apenas que o Governo de Cavaco Silva consiga transformar este flagelo social noutra não menos grave: resolver o problema dos salários em atraso com despedimentos, falências, encerramento de empresas e mais desemprego.

Tal conceito está bem expresso no seu Decreto-Lei 7-A/86 que se encontra em vigor desde Janeiro e termina em Abril. Ao acenar aos trabalhadores com a rescisão do contrato com justa causa, com a suspensão dos contratos de trabalho, a troca de uma escassa indemnização ou retribuição através das instituições de Segurança Social, não definindo o destino das empresas nem dos trabalhadores, nomeadamente aqueles com o contrato voluntariamente suspenso, é caso para afirmar

que tal medida dá jeito ao Governo na sua propaganda televisiva, mas não vai resolver nada quanto às questões de fundo que envolvem os salários em atraso.

Aliás, acrescenta-se que a CIP, durante o debate público dos três projectos de lei, foi bem clara: é contra todos, bastando-lhe o Decreto-Lei 7-A/86. (Depois de Abril tudo se resolveria com a famigerada Lei dos Despedimentos que continua suspensa a aguardar maré mais propícia na Assembleia da República).

Pontos de contacto nos três projectos

Valerá a pena analisar os pontos de contacto, existentes ou possíveis, nos projectos do PCP, PS e PRD.

Em todos eles existe um fio condutor fundamental: o Estado não pode demitir-se das suas responsabilidades democráticas. E, porque é democrático, compete-lhe encontrar a solução para repor a legalidade dando jus à confiança dos trabalhadores na democracia.

Em todos eles se reconhece a importância e a legitimidade das organizações representativas de trabalhadores para intervir nos processos judiciais ou administrativos conducentes à regularização da situação da empresa.

Nos três projectos se prevê o agravamento da punição penal das que faltam ao pagamento da

retribuição, dolosa ou culposa. E também neles se dá um real conteúdo à actuação da Inspeção de Trabalho, organismo que até aqui tem revelado uma quase total inoperância, quantas vezes por falta de meios, mas também por falta de vontade política.

Nos três projectos se institucionaliza um processo público destinado a averiguar a situação das empresas, a detectar a causa dessa situação, a avaliar das hipóteses de regularizar as graves anomalias.

Em todos os projectos se reconhece a necessidade de estabelecer uma garantia salarial ao trabalhador com salários em atraso, a financiar pelas verbas do Fundo de Desemprego que cumprem assim a sua função: a de assistência aos trabalhadores, a de defesa e promoção do emprego.

Preservar o emprego produtivo

Preservar o emprego produtivo

É óbvio que para além destes pontos de contacto, resultam dos projectos em presença perspectivas de algum modo diferentes que também se devem salientar.

O projecto de lei do PCP contempla um programa de emergência para as situações de atraso de salários existentes à data em entrada em vigor da lei. Através de programa são garantidos aos trabalhadores e familiares formas de

apoio pecuniário com vista a assegurar a sua subsistência.

Tal programa deverá apontar como claramente se refere no n.º 2 do artigo 5.º a actuação sobre as empresas com base nas razões determinantes da situação de atraso. Começa desde logo a alforrar no projecto do PCP a ideia mais adiante repetida de que com o projecto se pretende, sempre que tal seja possível, a continuidade da empresa, a preservação do emprego produtivo.

Em relação a tais situações existentes, muitas delas arrastando-se há anos, não encontramos uma definição clara nos outros dois projectos.

É de destacar o processo de negociação previsto no Projecto do PCP, a realizar logo que a empresa seja declarada em situação de atraso no pagamento de salários.

Tal processo de negociação deverá ter como objectivo, como se diz no artigo 20.º, a celebração de um acordo que permita a continuidade da empresa, a manutenção do nível de emprego e a defesa dos direitos dos trabalhadores. Sendo estes os objectivos é evidente que o início do processo de negociação teria que fazer suspender todos aqueles processos que levam à morte da empresa, ainda que essa empresa seja viável. Nomeadamente os processos de falência.

É que a perspectiva do projecto

do PCP é a perspectiva do emprego produtivo e não a perspectiva da falência como único remédio para salvaguardar interesses dos credores.

Vinte e cinco dias para a lei final

Vinte e cinco dias são o tempo determinado pelo Plenário da Assembleia da República para que a Comissão de Trabalho apresente um texto alternativo que se transformará em lei da República.

O PSD e o CDS tudo farão para impedir soluções de fundo, obstaculizarão o diálogo, a convergência e os consensos, explorando contradições e divergências existentes entre os deputados da área democrática. Mas têm um drama! Falta-lhes razão e votos para impedir que, finalmente, a Assembleia da República, acolhendo aspirações e justas reivindicações dos trabalhadores, indo ao encontro do sentimento dominante de realização da justiça social e de bem estar geral por parte do povo português, aprove uma lei que arde definitivamente do Portugal de Abril o flagelo incomportável dos salários em atraso.

O PCP não poupará esforços que conduzam à aprovação de uma lei justa e urgente que prestigie o regime democrático e defenda uma das expressões mais significativas do direito à vida — o direito ao salário.

Assembleia da República

Por iniciativa do PCP

Combustíveis mais baratos a partir de 28 de Março

Projecto de lei já apresentado

O Governo Cavaco Silva julgou ter descoberto um jazigo petrolífero quando, em Novembro de 1985, aumentou o preço dos combustíveis, ao mesmo tempo que o petróleo bruto descia de preço e o dólar (moeda em que é transaccionado este produto) se desvalorizava.

O Governo Cavaco Silva fez contas (não precisava mais do que uma calculadora de bolso) e viu os milhões de contos que podia embolsar durante o ano de 1986, quantia essa pela qual não era preciso prestar contas, nem à Assembleia da República, nem ao povo português.

Em resumo, o Governo tinha descoberto «petróleo»... mas a exploração começa a estar comprometida pois toda a gente hoje começa a perguntar para onde vai o dinheiro e não compreende por que razão Portugal, se entra por a CEE, não segue as iniciativas dos outros países da Comunidade Económica Europeia onde os preços dos combustíveis já baixaram, nalguns casos mais do que uma vez.

Ainda mais comprometida parece estar essa exploração dos poços de petróleo português (cada bomba de gasolina é um poço de exploração de «petróleo» para o Governo Cavaco Silva) quando a Assembleia da República decidiu tomar nas suas mãos a regulamentação do preço dos combustíveis.

E acrescentou: «A situação é esta. Durante este mês por cada 115\$00 o consumidor tem pago (IVA+Taxa de Compensação) para os cofres do Estado 63\$00.

Primeiro foi um projecto de lei do PS e, logo a seguir, na terça-feira passada, o deputado do PCP Carlos Carvalhas dava a conhecer que o seu Grupo Parlamentar apresentara um projecto de lei à Assembleia da República para que o preço dos combustíveis derivados do petróleo seja reduzido a partir do próximo dia 28 de Março.

Segundo a proposta do PCP, nessa data os combustíveis diminuirão: 15\$00 a gasolina super; 13\$00 a gasolina normal; 10\$00 o gasóleo e 6\$50 o fuel.

Preços estes que se mantêm até à entrada em vigor «da legislação que defina e regule o novo sistema de fixação dos preços dos combustíveis sólidos, líquidos e gasosos».

Significa isto que a partir desta regulamentação os combustíveis poderão diminuir ainda substancialmente, tendo em conta que o barril de petróleo bruto é hoje vendido quase ao desbarato e o dólar já está abaixo dos 150\$00, com tendência para continuar em queda livre.

Na intervenção que fez antes da Ordem do Dia, Carlos Carvalhas recordou alguns números que o Governo Cavaco Silva, curiosamente, tem esquecido. Pode dizer-se mesmo que para o actual Governo nem o petróleo bruto viu o seu preço descer para metade, nem o dólar perdeu mais de 30\$00 escudos no seu valor. Disse, pois, o deputado comunista:

A partir de Maio de 1985, o preço do barril do petróleo passou a diminuir. No último semestre do ano passado, devido no fundamental à cotação do dólar, o País teve um ganho (deixou de pagar) cerca de 8 milhões de contos. Nesse

ca. Sabe que pela via dos custos, melhoraria até a competitividade das empresas nacionais. E sabe também que o poderia fazer, com razoabilidade, continuando a alimentar o Fundo de Abastecimentos. Mas o Governo o que quer é que o total vá para esse Fundo, porque sabe que esta Assembleia não aprova as suas receitas nem o controlo. Com elevadas receitas (o valor global da receita do Fundo de Abastecimento para 1986 é de 260,9 milhões de contos) do Fundo no essencial provenientes do diferencial dos preços da gasolina, e do gasóleo, e com a previsível diminuição dos preços das matérias-primas e dos cereais, o Governo conta ficar com dezenas de milhões de contos para se utilizar como quiser, sem controlo da Assembleia da República e nas alturas em que considere politicamente úteis...

O Governo Cavaco Silva não está interessado, como se depreende, em abrir mão de mais de 100 milhões de contos.

Mas, de um momento para o

Carreiras médicas

A Assembleia da República vai debater, esta tarde, três ratificações (respectivamente do PCP, PS e PRD) ao Decreto-Lei n.º 12-A/86, de 20 de Janeiro, que dá nova redacção a alguns artigos do Decreto-Lei n.º 310/82, de 3 de Agosto, que regula as carreiras médicas.

Recorda-se que este decreto-lei do Governo tem provocado grande descontentamento entre os estudantes de medicina e os próprios médicos, como o «Avante!» e os outros órgãos de informação têm relatado.

A possibilidade de um consenso na área democrática para repor a dignidade da carreira médica é tida como certa, pelo que o Governo arisca-se a averbar nova contrariedade na sua actividade demagógica.

Entretanto, na passada terça-feira, a AR aprovou na generalidade três diplomas (respectivamente do PCP, PRD e PS) respeitantes à comunicação social.

Proseguindo, Carlos Carvalhas lembrou que com as cotações de Janeiro do barril de petróleo e com a actual cotação do dólar projectada para o total do ano, mantendo-se o preço dos combustíveis e o Estado arrecadará cerca de 120 milhões de contos.

Entretanto, referiu o deputado comunista, a descida do preço dos combustíveis é uma reivindicação dos agricultores, que tanto se têm batido pela baixa do preço do gasóleo, é uma reivindicação dos Industriais, dos armadores e dos pescadores e de todos os que usam os combustíveis para as suas actividades profissionais.

E esta é que é a questão — disse ainda Carlos Carvalhas. O Governo sabe que a baixa dos preços dos combustíveis teria um efeito positivo no nível de vida da população, no alargamento do mercado interno, no custo do preço dos transportes públicos, da energia eléctrica, dos adubos, na dinamização da actividade económi-

ca. Sabe que pela via dos custos, melhoraria até a competitividade das empresas nacionais. E sabe também que o poderia fazer, com razoabilidade, continuando a alimentar o Fundo de Abastecimentos. Mas o Governo o que quer é que o total vá para esse Fundo, porque sabe que esta Assembleia não aprova as suas receitas nem o controlo. Com elevadas receitas (o valor global da receita do Fundo de Abastecimento para 1986 é de 260,9 milhões de contos) do Fundo no essencial provenientes do diferencial dos preços da gasolina, e do gasóleo, e com a previsível diminuição dos preços das matérias-primas e dos cereais, o Governo conta ficar com dezenas de milhões de contos para se utilizar como quiser, sem controlo da Assembleia da República e nas alturas em que considere politicamente úteis...

Terra

Encontro de culturas de Primavera

Reforma Agrária é indispensável à modernização e desenvolvimento da agricultura

João Chasqueira

Tendo como grandes linhas de orientação a necessidade de intensificar a produção, com vista a contribuir para o desenvolvimento da agricultura, e o prosseguimento da luta em defesa da Reforma Agrária, foi em clima de grande confiança que decorreu no último domingo, em Beja, no cinema «Pax Júlia», o Encontro de Culturas da Primavera 86.

Iniciativa habitualmente destinada a traçar as principais linhas de orientação para a campanha que se aproxima, o Encontro deste ano foi marcado pelas condições ruinosas em que se verificou a adesão do nosso País à CEE (designadamente no quadro da política agrícola) e ainda pelo desfecho final das eleições para a Presidência da República.

Contando com uma elevada participação de trabalhadores e técnicos agrícolas — 520 delegados provenientes das UCP's/Cooperativas do Alentejo e Ribatejo — o Encontro pôs em evidência as melhores condições em que se desenvolve actualmente a luta pelo prosseguimento da Reforma Agrária, panorama em tudo idêntico ao que se apresenta para a obtenção de bons resultados na campanha da Primavera prestes a começar.

Ao longo das 32 intervenções

que preencheram os trabalhos ficou ainda patente a grande consciência democrática dos trabalhadores da Reforma Agrária, qualidade ainda bem recentemente demonstrada na votação em massa que permitiu a derrota de Freitas do Amaral, e a vitória de Mário Soares, pese embora as profundas divergências existentes entre o proletariado rural do Sul e o novo presidente eleito.

A propósito das eleições presidenciais e dos projectos de liqui-

dação do regime democrático que se escondiam por detrás da candidatura revanchista de Freitas do Amaral, importa ainda referir as denúncias feitas por diversos oradores relativas aos planos arquitectados por agrários, manobras que contavam com farta mão-de-obra recrutada em meios marginais de todo o País com os quais se propunham tomar de assalto, à mão armada, diversas UCP's/Cooperativas.

Na sequência das novas condições criadas em resultado da evolução dos mais recentes acontecimentos, os delegados ao Encontro aprovaram ainda um conjunto de medidas (de que damos conta nesta página) e decidiram mandar as suas estruturas representativas (Secretariados e Uniões) no sentido de solicitarem audiências às entidades oficiais para apresentação das conclusões do Encontro e das reclamações dos trabalhadores e organizações da Reforma Agrária.

De salientar ainda que na abordagem efectuada às ques-



tões inerentes ao processo de adesão do nosso País ao Mercado Comum, o Encontro manifestou as profundas apreensões e discordâncias sentidas pela agricultura portuguesa relativamente a tais acordos; defendendo a urgente renegociação dos termos em que se processaram as negociações, tendo em vista a defesa dos interesses nacionais, da agricultura e de quem trabalha a terra.

Apesar das difíceis e inseguras condições em que são obrigados a trabalhar e das indefinições existentes quanto à próxima campanha (contratos, preços de garantia, escoamento, etc.),

os trabalhadores que subiram à tribuna do Encontro de Beja deixaram também clara a determinação da Reforma Agrária em aproveitar todas as terras com características adequadas e águas disponíveis, em desenvolver a produção, melhorarem as técnicas utilizadas, o conhecimento dos solos e o planeamento da produção.

O resultados da última campanha constituem a melhor afirmação desta vontade. O belo e fresco manto verde que agora cobre a planície alentejana e parte do Ribatejo, as lindas searas que crescem em todo o Sul,

são o resultado do esforço, do trabalho dedicado de milhares de homens, mulheres e jovens da Reforma Agrária. A campanha de Outono/Inverno, como foi salientado no Encontro, foi uma «boa campanha» e o ano tem vindo favorável. É preciso que a campanha que agora se inicia dê, também, tão bons frutos para os trabalhadores, para a economia, para o País.

Daí o seu apelo para que seja posto termo à ofensiva e às ilegalidades.

Pela sua parte, os trabalhadores já deram provas do que valem. Só exigem que os deixem trabalhar. Em paz.

Deixem-nos trabalhar em paz!

«Deixem-nos trabalhar em paz; deixem-nos produzir o pão, a carne e o leite de que o povo carece e o País precisa». Afirmações como esta e de sentido idêntico, surgiram repetidamente no Encontro de domingo. Através de vigorosas e esclarecidas intervenções foram, talvez, a expressão mais eloquente do sentir que hoje percorre o proletariado rural dos campos do Sul.

Uma vontade colectiva indomável, apostada no progresso da agricultura e em criar riqueza e bem-estar para os trabalhadores e o País.

Esta disponibilidade, como é sabido, não tem sido partilhada pelas entidades oficiais designadamente por parte dos sucessivos responsáveis que têm ocupado o Ministério da Agricultura.

«A ofensiva não nos tem deixado trabalhar em sossego. Somos muitas vezes chamados a lutar, e a ter de deixar para trás a batalha da produção», salientava com amargura, o representante da 1.ª de Maio, de Avis.

Agravar dificuldades

Uma ofensiva violenta, desgastante, recheada de ilegalidades, assumindo as mais diversas formas e sob os mais diversos pretextos. «Este ano vamos reduzir a produção de tomate. A última campanha ainda não foi paga. A fábrica diz que só paga — as palavras são ainda do delegado da Cooperativa 1.ª de Maio — quando o Governo lhe pagar.» Mais uma vez são os trabalhadores quem fica a arder. «Não temos de pagar os adubos? as sementes? as curas?»

O mesmo se passa com o tabaco. Conforme foi salientado, a Tabaqueira pretende diminuir as áreas de produção, encerrar centros de cura, agravar as condições contratuais. Na Fusão da Volta do Vale, no Couço, os trabalhadores encontram-se na contingência de reduzir a área de tabaco, cultura em que foram pioneiros.

Alegam os responsáveis daquela empresa pública que é impossível a um produtor realizar convenientemente todas as operações culturais numa área de 50 hectares. Opinião dife-

rente têm os trabalhadores que não se deixam embalar pela cantiga e que vêem nestas medidas o dedo da CEE. «Então por que é que não reduzem em Rio Frio ou na Companhia das Lezírias?»

Apostar no futuro

Mesmo sob o fogo desta brutal e ilegal acção destruidora — ofensiva que, tudo o indica, irá prosseguir com novas entregas de terras, com o desrespeito pelos recentes acordos de suspensão decretados ao abrigo do DL 267/85 e com a intensificação de processos de execuções fiscais — embora sujeitos a esta feroz pressão, dizíamos, os trabalhadores têm conseguido corajosamente defender palmo a palmo as suas terras e outros bens, numa aposta decidida no futuro.

«Apesar da ameaça de várias reservas e quando os agrários já cantavam vitória e julgavam ter quebrado a nossa firmeza levaram a resposta», diz um cooperante da Volta do Vale. «No ano de 1985 construímos um secador de cereais, e uma instalação para máquinas no valor de 3400 contos; desbravámos e adaptámos ao regadio mais 12 hectares de terras cujo custo se elevou a 4600 contos; e ainda construímos um 'bar' e reparámos cinco habitações, obras que nos custaram 3600 contos».

Como explicar o êxito? «Boa gestão, bons quadros, que não poupam esforços (trabalho aos sábados e domingos nos períodos de sementeira e colheita), disciplina e organização», garantem os homens daquela cooperativa do Couço, estão na base dos elevados rendimentos unitários obtidos. Depois, dizem ainda, é só uma questão de «empregar as técnicas mais avançadas nalgumas culturas, como o milho, aplicar a monda química, utilizar sementes híbridas de alta capacidade produtiva e adubações correctas».

Falar da ofensiva significa necessariamente referir desemprego, as terras abandonadas e subaproveitadas, a sabotagem económica, a quebra na produção. Mas significa também falar de resistência, coragem, engenho, capacidade criadora, competência.

O caso da UCP «Estrela da Manhã», de Vendas Novas, é um igual a tantos outros. Depois do roubo de 4500 hectares, reduzidos a cerca de um terço da área inicial, enfrentando o

espectro do desemprego, sobretudo entre as mulheres, decidem avançar para as culturas de estufa e aumentar a área da produção hortícola. Nos últimos três anos investiram 3000 contos em rega por aspersão, 2000 contos em plástico, 3500 contos em sementes e plantas. Os resultados não se fizeram esperar, as culturas são rentáveis e «ocupam muitos postos de trabalho para as mulheres ao longo de todo o ano».

Mas não se ficaram por aqui e resolveram introduzir uma nova cultura na região, o espargo. Produzindo durante dez anos, o espargo atinge o rendimento máximo ao fim de seis, pelo que é um investimento a longo prazo. Vale a pena o risco? «Ariscamos, sim senhor; são mais uns postos de trabalho que se garantem, mais uns tostões que se fazem, e sempre é uma nova cultura».

A seara...

Ao contrário dos agrários, as UCP's/Cooperativas são hoje uma forma de exploração moderna, rentável, adequada às condições da região onde se inserem e à vontade das suas gentes.

Da UCP Comeda de Santa Justa, entre tantos outros, trazemos ao leitor um exemplo das preocupações que hoje norteiam os seus trabalhadores e técnicos agrícolas. «Desde há uns anos que contamos com o apoio de uma médica veterinária a que se juntou desde 1984 o apoio de um técnico agrícola do Secretariado. O nosso objectivo era melhorar e aumentar as produções — sublinhou o representante daquela cooperativa — proceder a um correcto aproveitamento dos solos e a um acompanhamento técnico das culturas».

Resultados? São bem conhecidos na região. «Conseguimos com êxito introduzir novas sementes», uma aplicação «adequada dos adubos, pesticidas e coberturas», uma «recolha de amostras de terras para proceder ao seu tratamento de acordo com as necessidades» e a introdução da sementeira à linha — «a nossa seara semeada à linha floresce mais unida e igual do que anteriormente com o semeador centrífugo».

Continua bela esta realidade que dá pelo nome de Reforma Agrária. Não acham?

Encontro de culturas de Primavera

Uma realidade constitucional a que urge dar estabilidade e segurança

O reconhecimento da Reforma Agrária como uma realidade constitucional a preservar; o fim da ofensiva nas suas múltiplas formas; a reposição da legalidade democrática, designadamente com a execução dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo e a adopção de medidas de apoio e estímulo no plano da produção e da formação profissional, constituem algumas das principais reclamações dos trabalhadores agrícolas do Sul contidas num documento de conclusões aprovado por unanimidade pelos participantes no Encontro de Culturas da Primavera.

Começando por apreciar os vários aspectos da nova situação política decorrente do último acto eleitoral, os trabalhadores salientam a importância da derrota da «candidatura fascizante», realçando o decisivo contributo do seu voto para tais resultados que «abrem novas perspectivas à defesa e prosseguimento da Reforma Agrária».

Depois de alertarem para os novos planos existentes no MAP de roubos de terras e outros bens às Cooperativas, o documento lembra que os trabalhadores estão «disponíveis para continuar a aplicar todos os seus esforços no aumento e intensificação da produção», vontade esta que, todavia, é evidentemente incompatível com a «guerra» que o Governo e em especial o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, continuam a

mover às UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária.

Nesse sentido, o Encontro exigiu do Governo um conjunto de reclamações em matéria de estruturação fundiária e de aplicação da legislação, tendo ainda apelado para a Assembleia da República para que este órgão de soberania aprecie urgentemente os projectos de inquéritos do MAPA e aprove legislação que suspenda as entregas de reservas enquanto decorrer a realização do inquérito.

Política de ruína

Detendo-se sobre a política agrícola, o Encontro constatou que a situação actual é «pior que a de anos anteriores», dado que, em resultado e a pretexto da adesão ao Mercado Co-

mum, não se conhecem as condições de produção, preços e garantias de escoamento.

Estão nesta situação produtos como a cortiça, o pimento maduro, o arroz, o tabaco, o tomate, existindo indícios fortes de que alguns deles há intenção de reduzir as áreas de exploração e de fazer baixar o preço à produção. A este propósito, recorde-se o escândalo que se verifica com o tomate, cuja última campanha ainda está por pagar aos produtores, alegando as fábricas que não têm dinheiro para cumprir as obrigações contratuais que assinaram.

Quando à CEE, recordam as conclusões do Encontro, o «Governo tem feito muita propaganda» com os milhões de contos que virão da Comunidade para investir anualmente em Portugal. Todavia, os prazos para apresentação de projectos de in-

vestimento na agricultura terminam em 31 de Março próximo e a verdade é que, como acentua o documento, o Governo até ao momento ainda não aprovou nem divulgou os regulamentos e normas de acesso aos fundos comunitários.

Alterar os prazos limites para a entrega dos projectos a financiar, divulgar as normas práticas e regulamentos de acesso aos referidos fundos da CEE bem como a adopção de medidas no campo financeiro de apoio à nossa agricultura com linhas de crédito e juros aceitáveis, constituem, pois, reclamações saídas do Encontro que as estruturas representativas dos trabalhadores farão chegar às autoridades oficiais.

Pese embora as indefinições existentes e as ameaças de uma nova ofensiva, o Encontro definiu como grandes linhas de orienta-

ção para a próxima campanha da Primavera o aproveitamento de todas as terras com características adequadas e águas disponíveis, o desenvolvimento da produção e a melhoria das técnicas utilizadas. Tendo em conta estas grandes linhas importa prestar uma atenção mais cuidada ao conhecimento dos solos, à preparação e revisão antecipada das máquinas a utilizar, ao alargamento das áreas forrageiras, à melhoria da organização do trabalho e da vida democrática interna, à dinamização da cobrança dos créditos devidos às UCP's/Cooperativas, à formação profissional, à elaboração dos planos de produção.

Intensificar a produção

Depois de apelar à vigilância dos trabalhadores face a uma

previável ofensiva do Governo de Cavaco e à sua mobilização em defesa do pão e do trabalho, as conclusões lembram que a Reforma Agrária é uma «realidade da democracia portuguesa constitucionalmente consagrada», indispensável ao «desenvolvimento, intensificação e modernização da agricultura».

Daí que, no entender dos trabalhadores, seja tempo de cessarem os ataques, a instabilidade e a insegurança, seja tempo «dos órgãos de soberania assumirem uma nova atitude aceitando a realidade tal como ela é».

Conforme referem as conclusões, «é tempo de serem criadas as condições de estabilidade, segurança e estímulo que permitam trabalhar-se, investir-se e produzir a bem do País e do povo português».

Agrícolas do sul exigem melhoria da Segurança Social

Na sequência de uma acção que tem vindo a ser desenvolvida mais intensamente nos últimos meses em defesa dos direitos dos trabalhadores, realizou-se em Évora, no passado fim-de-semana, um Plenário Regional sobre Segurança Social dos Rurais no decorrer do qual foram analisadas questões relativas à protecção no desemprego, na maternidade e na doença.

A iniciativa partiu da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul e contou com a presença de três centenas de trabalhadores agrícolas. A abertura dos trabalhos — que contaram com a participação de Maria do Carmo, dirigente da CGTP-IN — esteve a cargo de Mário Silva, presidente do Sindicato Agrícola de Évora, que sublinhou a importância de se proceder a uma maior eficácia na organização e a uma maior «dinâmica nas empresas» por forma a tornar os Sindicatos mais fortes.

Nesse sentido, conforme salientam as conclusões do Plenário, torna-se imperioso o reforço da organização e da unidade dos trabalhadores, uma campanha de sindicalização e de recuperação de sócios atrasados na quotização, a eleição de mais delegados sindicais e um combate firme ao divisionismo.

Manobras do patronato

Entendendo que só assim é possível dar uma resposta pronta aos problemas que se colocam aos trabalhadores e fazer cumprir os seus direitos sindicais e sociais o Plenário recordou a propósito as tentativas divisionistas do patronato no sentido de fazerem crescer no seio dos trabalhadores a ideia de que os sindicatos «não fazem falta e nada resolvem».

Como salientou um dos oradores, o «patronato sabe que quanto mais fracas forem e maiores dificuldades tiverem os sindicatos, melhor pode violar os contratos colectivos, os direitos e regalias de quem trabalha».

No domínio da Segurança Social, as intervenções proferidas apontaram para a necessidade

de substituir a actual legislação na medida em que não responde aos problemas existentes e procura apenas «esconder as dificuldades» desta área.

Foi citado o caso, por exemplo, do artigo 46.º que prevê a punição das entidades patronais sempre que haja desvio das contribuições, legislação esta que todavia, como é sabido, não é aplicada, continuando a ser impunemente cometida toda a espécie de ilegalidades.

Legítima, pois, a reclamação saída do Plenário de que seja substituída a lei em vigor por uma outra que coloque efectiva-

participação dos sindicatos nos conselhos regionais da Segurança Social; trabalhar para que sejam cumpridas as normas estabelecidas na legislação; e, por último, exigir a revogação do Dec.-Lei 81/85 que visa afastar os trabalhadores dos seus direitos na área social.

A respeito desta lei recorde-se que a taxa contributiva do trabalhador eventual passou de 150\$00 para 1072\$50, vertiginoso aumento que tem como objectivo levar a que os trabalhadores deixem de pagar a sua quota, isto é, deixem depois, consequentemente, de ter os direitos inerentes: subsídio de do-



mente a Segurança Social ao serviço dos trabalhadores dando assim cumprimento às normas constitucionais.

Voltar ao 24 de Abril

De acordo com esta orientação os participantes definiram como direcções de luta a denúncia do patronato que esteja a infringir a lei, não procedendo aos respectivos descontos; exigir a

enja, nascimento e casamento, abonos de família, reformas por invalidez e velhice. Está-se pois em presença de um frio e calculado plano que a ir por diante faria voltar os direitos sociais de muitos trabalhadores à situação anterior ao 25 de Abril.

No decorrer dos trabalhos os participantes aprovaram ainda a redacção de uma proposta de lei, a apresentar ao Governo, como alternativa à actual lei do sector agrícola.

Banquetes novilhos e arruaceiros

«Um golpe que poderia ter sido fatal para a democracia e a liberdade», eis como os trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo interpretam o último acto eleitoral, dedução feita naturalmente a pensar no que sucederia caso se verificasse uma hipotética vitória da candidatura «fascizante e revanchista — as palavras são suas — de Freitas do Amaral».

«Será mesmo assim?» — interrogar-se-ão uns. «Lá estão eles a agitar o medo e o papão do fascismo» — dirão outros, seguidores por ignorância ou não de curiosíssimas e às vezes hábeis «análises» de conhecidos «comentadores» políticos de actuais governantes.

Pois bem, os factos são o que são e não há exercícios que os iludam. A extrema-direita espreitava, mexia-se, conspirava, aguardava apenas pela melhor hora para passar à ofensiva.

Razões têm, pois, e de sobra, os trabalhadores quando chamam as coisas pelos seus nomes. E foi isso que fizeram no passado domingo, ao denunciarem com detalhe alguns planos que atestam exemplarmente o grave risco que pairava sobre o regime democrático.

Com efeito, pela voz de alguns oradores, foram tornados públicos os casos de conhecidos agrários que em Montemor-o-Novo, Reguengos, Mora, Ferreira do Alentejo e outras localidades preparavam lautos banquetes com novilhos e leitões, bem regados, para os quais «convidaram» bandos de marginais e arruaceiros provenientes de vários pontos do País, cuja tarefa seria — findo o repasto — dar uma mãozinha no assalto à mão armada às UCP's Cooperativas da Reforma Agrária.

Sendo previsível que a recepção dos trabalhadores não fosse propriamente de chapéu na mão o que obviamente dificultaria a concretização do saque por parte dos agrários, difícil se torna imaginar em toda a sua extensão as consequências de tais actos.

Como sublinham as conclusões do Encontro «era este o respeito pela democracia que nos reservava a candidatura de Freitas do Amaral».

Nacional

Plenário Nacional da CGTP-IN

Unidade, organização e luta num caminho de responsabilidade

As direcções fundamentais da acção a desenvolver pela Central, o seu relacionamento com órgãos de soberania e a marcação definitiva do V Congresso para os dias 29, 30 e 31 do próximo mês de Março foram temas em foco no Plenário Nacional da CGTP-IN, que esteve reunido em Lisboa no último sábado.

As conclusões do Plenário, que contou com a participação de cerca de 400 dirigentes sindicais, estão assinaladas num documento-resolução proposto pela comissão executiva do Conselho Nacional da Central e aprovado pelos representantes dos trabalhadores presentes no Plenário. Aí se sublinha que o reforço da unidade, a melhoria da organização e a intensificação da luta são direcções essenciais da grande Central unitária.

A resolução aprovada relaciona a necessidade de ampliar e reforçar a unidade com o aproveitamento das novas condições político-sociais e aponta como caminho a seguir o aprofundamento dos laços entre todos os trabalhadores e entre todas as forças sociais e políticas que estão empenhadas na resolução dos grandes problemas do País e na defesa do regime democrático, no quadro da Constituição.

Sobre o papel da organização

sindical, o Plenário chama a atenção para o seu reforço e melhoria como bases essenciais para a consolidação e aumento da influência e da capacidade de resposta do movimento sindical unitário às múltiplas tarefas, responsabilidades e lutas que o dia-a-dia lhe exige. O trabalho preparatório do V Congresso terá uma palavra a dizer sobre estes aspectos.

Encontrar soluções

«A intensificação da luta nos locais de trabalho, regiões e sectores de actividade é imposta pela continuação do agravamento dos problemas dos trabalhadores e visará a sua resolução concreta, ao nível das relações com o patronato e da política do Governo», refere o documento aprovado no Plenário Nacional da CGTP-IN.

Nesse sentido, a luta firme do movimento sindical avança tendo um largo conjunto de acções

prioritárias, voltadas para o pagamento dos salários em atraso, o combate ao desemprego e às ameaças que pairam sobre o emprego, a melhoria do poder de compra do povo trabalhador, o exercício efectivo dos direitos sindicais e das liberdades democráticas, a manutenção e consolidação da Reforma Agrária e das empresas públicas, a melhoria da situação dos jovens e das mulheres trabalhadoras.

O Plenário Nacional da CGTP-IN, que reivindicou a baixa dos preços dos combustíveis e dos preços dos transportes, definiu também as suas orientações fundamentais quanto ao relacionamento com os órgãos de soberania.

Assim, quanto ao novo Presidente da República, a Intersindical Nacional, como sempre fez, agirá na base de uma relação que se pretende de diálogo construtivo no quadro das competências daquele órgão de soberania, designadamente as de defesa e cumprimento da Constituição.

Prosseguir a discussão das suas propostas e reivindicações, numa preocupação construtiva e eficaz, tendo no horizonte o encontro de soluções para os problemas do mundo do trabalho,

são pontos definidos no Plenário Nacional quanto ao relacionamento da CGTP-IN com o Governo.

Prosseguindo uma linha de acção própria de uma organização de classe, independente e activa, a CGTP-IN intervirá também junto dos outros órgãos de soberania, levando até eles os problemas dos trabalhadores e as propostas para a sua resolução. É o caso da Assembleia da República, órgão a quem a Intersindical apela para que tome e aprove iniciativas legislativas que ajudem a resolver rapidamente as situações de injustiça e de irregularidade e ao fim e ao cabo o conjunto dos graves problemas que persistem na vida dos trabalhadores portugueses. A CGTP-IN, apela aos deputados para que recusem autorizações ao Governo para leis frontalmente contrárias ao espírito do 25 de Abril e ao regime democrático, designadamente a lei dos despedimentos, a lei eleitoral e a de segurança interna, iniciativas que o Governo minoritário de Cavaco Silva pretende fazer avançar com todas as suas consequências.

Estiveram representados no Plenário cerca de 120 associações sindicais.

Metalurgia e metalomecânica

Acções em curso vão convergir numa jornada nacional

Está marcada para o próximo dia 4 de Março uma nova jornada nacional de luta na metalurgia e metalomecânica, para a qual será emitido um pré-aviso de greve destinado ao segundo período de trabalho desse dia.

A Comissão Executiva do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas (FSMMMP) salientou há dias em Lisboa que «o Governo continua sem dar resposta aos problemas

do sector». Recorde-se que este estranho silêncio governamental se mantém desde 7 de Novembro do ano passado, altura em que a organização sindical teve oportunidade de colocar ao Executivo a necessidade de um conjunto de medidas urgentes para esta importante área da economia nacional.

Por seu turno, o patronato, nas negociações de revisão do CCTV, «apenas evoluiu a sua proposta para um aumento salarial de 17,7 por cento, muito aquém do já praticado em muitas empresas do sector». As próprias associações patronais, sublinha a FSMMMP, reconhecem que tal proposta deve, de facto, ir além dos 20 por cento!

A decisão de marcar uma jornada de luta a nível nacional para o próximo dia 4 surge na sequência de um conjunto de acções nas empresas e resulta das decisões assumidas do Plenário Nacional de activistas do passado dia 7, que mandatava a comissão executiva da Federação para marcar nova jornada de luta caso as propostas do patronato não evoluíssem favoravelmente nas negociações e o governo continuasse sem dar resposta aos problemas do sector.

A continuação do flagelo dos salários em atraso e a pretensão do Governo de liberalizar os despedimentos são aspectos também recordados pela comissão executiva da Federação ao convocar a jornada de Março.

Deficientes contestam Governo

Ao integrar, recentemente, o Secretariado Nacional de Reabilitação na Secretaria de Estado da Segurança Social, o governo deu um passo atrás no que respeita aos direitos dos deficientes e não acautelou os interesses destes portugueses, salientaram, em conferência de imprensa, doze associações de deficientes, que desde já se mostram dispostas a adoptar as formas de luta que considerarem convenientes.

«Os nossos problemas — afirmaram — não são exclusivamente da área da Segurança Social. Continuamos a ter carências graves, no domínio dos transportes, habitação, arquitectura e emprego, a que a Segurança Social não pode dar resposta», ao contrário da situação que existia até esta medida governamental.

Até então, o Secretariado Na-

cional de Reabilitação funcionava na dependência directa da Presidência do Conselho de Ministros, o que permitiria uma acção interministerial que «abrange melhor os problemas dos deficientes».

Os deficientes, que lutam pela reposição da tutela da Presidência do Conselho de Ministros, afirmam que podem vir a dirigir — caso a situação não se altere — um protesto à Assembleia da República e lembram que lutaram «para que o Secretariado Nacional de Reabilitação passasse para a Presidência do Conselho de Ministros, de modo a dar a importância devida aos nossos problemas e a garantir a acção interministerial de que precisamos. Daí que a nova situação seja por nós interpretada como um retrocesso que levanta as mais fundamentadas preocupações».

Excursão à Checoslováquia

Por iniciativa da Comissão Distrital de Coimbra do PCP, vai realizar-se entre 23 de Março e 3 de Abril uma interessante excursão à República Socialista da Checoslováquia. O preço é de apenas 35 mil escudos e inclui a viagem num confortável «autopullman», alojamento incluindo pequeno almoço, cinco dias na capital, Praga, deslocações e visto.

São prestadas todas as informações nos Centros de Trabalho do Partido em Coimbra e na Figueira da Foz, até 13 de Março. No acto da inscrição é necessário pagar 50 por cento da viagem e o restante até 15 de Março.

PCP

Campanha dos 10 mil contos

Tarefa essencial da organização local do Porto

A campanha dos 10 mil contos para o novo Centro de Trabalho da organização local do Porto, iniciada em Setembro de 85, desenvolveu-se num momento de intensas e complexas batalhas políticas. Apesar desta situação, os resultados são positivos, tendo-se, em pouco mais de cinco meses, recolhido 2300 contos com os quais se pagaram as obras essenciais do Centro de Trabalho e se irá pagar uma primeira prestação da casa.

Uma nova dinâmica tem, agora, de ser imprimida à campanha.

Para em 10 meses recolher cerca de 8 mil contos é preciso encerrar a campanha dos 10 mil como uma das tarefas essenciais do ano de 1986.

Assim mesmo começou já a organização local do Porto a encarar esta tarefa.

Manter o funcionamento regular da comissão coordenadora da campanha, discutir aprofundadamente a campanha nos organismos de direcção de sector profissional, nos secretariados de célula, nas comissões de freguesia e nas comissões de bairro; constituir comissões ou grupos de trabalho que permitam a dinamização e acompanhamento de toda a campanha — são tarefas já iniciadas.

Um dia de salário prenda de aniversário

Entretanto, a organização local do Porto tem já programadas iniciativas e materiais para recolha de fundos, algumas associadas ao 65.º aniversário do Partido.

As listas «um dia de salário para o partido» são um exemplo.

«Saídos de um ano de permanentes e enormes batalhas políticas que acarretaram grandes despesas e estando em curso a campanha dos 10 mil contos para aquisição do novo Centro de Trabalho do Partido na cidade (Centro que substitui Aníbal Cunha), o Comité Local do Porto e a comissão coordenadora da campanha apelam a todos os trabalhadores, a todos os democratas, para que, na base do dia de salário, dêem a sua prenda de aniversário ao Partido — esta é uma passagem do texto que encabeça a lista de recolha de fundos e que é preciso fazer circular nos locais de trabalho, nos bairros, entre os amigos, em porta-a-porta.

Um jantar comemorativo do 65.º aniversário do Partido, no dia 8 de Março, às 19.30 horas, no pavilhão do CT da Boavista, é outra iniciativa da comissão coordenadora da campanha. Este é o quarto jantar da campanha e a ementa é carne de porco à alentejana. Após o jantar haverá uma festa de confraternização e um grande leilão.

Mas antes disso é preciso fazer a recolha de objectos úteis para o leilão e de géneros para a confecção do jantar. E é preciso também que aqueles que sabem cantar se inscrevam para a parte de variedades.

Cartões compromisso

Estão em distribuição a todos os camaradas e amigos do Partido os cartões de compromisso que constituem uma base essencial da campanha.

Através do cartão, os camaradas e amigos podem dar a sua contribuição em 12 prestações mensais de 100, 250, 500, 1000, 2000 ou 5000 escudos.

É pois necessário garantir que os materiais da campanha sejam difundidos através do maior número possível de camaradas e cheguem aos trabalhadores e à população em geral, assim como é necessário que cada organização cumpra as suas metas com grande sentido de responsabilidade e, para além das iniciativas centrais, encontre as iniciativas adequadas para a dinamização da campanha nos respectivos sectores.

A organização local do Porto cumprirá com êxito esta tarefa, recolhendo até ao fim do ano os 8 mil contos necessários para pagar o Centro de Trabalho!

Camaradas Falecidos

José Joaquim Alves

Um derrame cerebral tirou a vida ao camarada José Joaquim Alves, de 62 anos, natural da freguesia das Mercês, em Lisboa. Durante largos anos, o nosso camarada pertenceu à célula do PCP no LNEC. Actualmente, militava na organização de Odiveias.

Fernando Ventura

Em Colónia, na República Federal Alemã, faleceu Fernando Ventura, militante do PCP desde

1975. Com 78 anos de idade, era natural de Lisboa e emigrara para a RFA em 1972. Actualmente desempenhava com extrema dedicação a tarefa de difusão do Avante! O camarada desapparecido gozava de grande simpatia entre a comunidade portuguesa de Colónia.

Aos familiares, companheiros e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do Avante! manifesta o seu pesar.

Internacional

ARMAS NUCLEARES

Mensagem de Reagan é resposta?

Em vésperas do início dos trabalhos do 27.º Congresso do PCUS, neste momento a decorrer em Moscovo, Reagan enviou uma mensagem ao camarada Gorbachev que inclui a — limitada — resposta dos Estados Unidos ao projecto soviético de total liquidação das armas nucleares na Terra até ao ano dois mil — um prazo de quinze anos. Em síntese, e segundo a informação divulgada pelo «New York Times», o presidente norte-americano propõe um prazo de três anos para a retirada de todos os mísseis de médio-alcance instalados na Europa e na Ásia, da União Soviética e dos Estados Unidos. Proposta que se poderia interligar à redução em cerca de 50 por cento das forças estratégicas de ambos os países, como foi avançado no encontro cimeiro de Genebra.

Uma resposta profundamente ambígua.

Desinserida do contexto, da multiplicidade e importância das iniciativas que caracterizam a grande ofensiva soviética pela paz, a resposta norte-americana poderia parecer positiva. E sem dúvida contém elementos positivos: a necessidade sentida de dar uma resposta, que reflecte a força do impacto da política externa soviética; o próprio facto de se admitir um passo no desarmamento nuclear, embora muito parcelar.

Mas aprofundando um pouco mais os factos, surge, a par do carácter limitativo da resposta, uma outra faceta: a ultrapassada pretensão imperial de continuar a apostar na superioridade militar; a velha ideia de manter o diálogo, só para cobrir o prosseguimento da corrida aos armamentos.

Assim, continua-se a apostar na «guerra das estrelas», quan-

do a não militarização do espaço é condição fundamental para a desnuclearização da Terra.

Na verdade a criação de um sistema de armas no Espaço, nomeadamente como cobertura — defensiva — a um ataque em grande escala, levará necessariamente a uma proliferação de dimensões impensáveis do armamento nuclear como fórmula de «furar» o escudo com que se pretende cobrir ofensivas igualmente nucleares. Neste contexto, quaisquer possibilidades — admitidas — de redução do armamento estratégico, e em geral do armamento nuclear, são impraticáveis.

Paralelamente, no domínio concreto da desnuclearização da Europa, não se pode falar de desmantelamento das armas nucleares norte-americanas e soviéticas, rejeitando simultaneamente o congelamento das forças nucleares francesas e britâ-

nicas (e sua posterior redução e liquidação).

Em ambos os casos que referimos, aceita-se uma parte da proposta soviética, mas não a condição da sua concretização, o que geraria situações de desequilíbrio impensáveis. Ou seja, parece haver ainda e só a preocupação de lançar poeira aos olhos de todos nós, usando uma linguagem pacifista, enquanto se pretende muito simplesmente sabotar os progressos possíveis — e indispensáveis — no caminho da paz.

Um processo único

O processo de desarmamento ainda vai exigir muitos e continuados esforços, pois o imperialismo mantém a retrógrada ilusão de que é possível violar o equilíbrio estratégico, de que é possível ainda utilizar a guerra como continuação de uma política de inversão histórica a nível internacional.

A verdade é que o equilíbrio estratégico é uma conquista histórica do socialismo, um dado irreversível. Independentemente das tresloucadas pretensões dos Teller, instalados nos conselhos de administração das multinacionais do armamento, e repudiados pela comunidade científica internacional. Hoje a questão, vital, que se coloca, é desarmar. E desarmar radicalmente, desarmar num espaço de tempo adequado, pois se atingiu um tal nível na aplicação militar da revolução técnico-científica, que qualquer passo em frente pode gerar

situações incontroláveis, como o testemunha o exemplo bem actual da tragédia do Challenger. Uma falha técnica que num outro contexto poderia precipitar o holocausto.

Na mensagem enviada pelo camarada Gorbachev, aos participantes da conferência para o desarmamento a decorrer em Genebra, no âmbito das Nações Unidas, afirma-se uma ideia fundamental, múltiplas vezes repetida: «a Humanidade chegou a um ponto crítico da sua história, em que deve escolher o caminho futuro: ou ultrapassar a inércia do passado, quando a segurança se observava através do prisma da posição de força e das soluções técnico-militares, ou continuar a ser um refém da corrida aos armamentos nucleares, químicos e, de futuro, de outros tipos de armas não menos perigosas». Pelo que, «hoje não nos podemos limitar a decisões de compromisso, que diminuiriam o ritmo da corrida aos armamentos em certas direcções, mas que não impediriam a duplicação da sua força noutras».

É por isso mesmo que as propostas de paz avançadas pela União Soviética e pela comunidade socialista têm um carácter global, de interdependência entre as suas diversas partes. É por isso também que o imperialismo, ainda na óptica envelhecida de ludibriar consciências, a vigilância das forças da paz, e na prática a própria lógica objectiva dos factos, responde aceitando parcelas das propostas, e ocultando que nenhum projecto parcelar é solução.

Reagan em Granada

O presidente dos EUA, Ronald Reagan, deslocou-se na passada sexta-feira à ilha de Granada, para participar nas comemorações da invasão norte-americana daquele país, ocorrida há três anos.

A presença de Reagan em Granada, hoje transformada em base militar norte-americana, não pode deixar de ser interpretada, tal como a invasão de 1983, como mais uma manobra de intimidação dos movimentos de libertação da América Central e a demonstração, como fazia notar uma nota da agência Tass, que os EUA ultrapassaram o «síndrome vietnamita» e estão prontos a intervir onde quer que seja para defender os seus chamados interesses vitais.

Quantas Granadas mais os EUA não estarão dispostos a invadir?

Manifestação em Madrid contra a NATO

Centenas de milhares de pessoas desfilaram pelas ruas de Madrid exigindo a saída da Espanha da NATO e a retirada das bases militares norte-americanas de território espanhol, numa manifestação considerada como a maior dos últimos cinco anos na capital espanhola.

Em causa uma exigência fundamental do povo espanhol, hoje no centro da vida política espanhola. Ou melhor: uma reafirmação de massas dessa exigência, pois é bom relembrar que um dos temas centrais da campanha eleitoral do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), de Filipe Gonzalez, nas eleições gerais de Outubro de 82 — e que guindou os socialistas ao poder — era exactamente a oposição à entrada da Espanha na NATO.

Agora o governo do PSOE pugna a permanência na NATO, mantendo embora o referendo, que se deverá realizar dia 12 de Março. Mas um referendo feito da forma considerada mais favorável ao governo — chegando-se ao pormenor de falar de Aliança Atlântica, e não de NATO, exactamente porque a primeira designação é insuficientemente conhecida a nível popular!... —, e acompanhado de uma intensa campanha contra o NÃO, que passa por argumentos como estes: a Espanha teria entrado na NATO em 1949 «se não tivesse existido Franco» ou que conforme os resultados do referendo se reforçará o «peso da Europa na NATO ou o peso dos Estados Unidos». Não será antes o peso do militarismo?

Portugal na «guerra das estrelas»?

Por invios caminhos se conhece o conteúdo da política externa portuguesa. Desta vez foi numa sessão do seminário «Segurança, defesa e tecnologia na era nuclear», promovido pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, em que o ministro da Defesa afirmou: «Conscientes do grau de progresso que atingimos aceitámos participar, com todas as nossas capacidades, no projecto de Iniciativa de Defesa Estratégica, na parte em que ele se traduz em meras actividades de investigação tecnológica».

Não considerando o significado de mais esta decisão — como muitas outras assumida à margem e contra os interesses do povo português — em termos práticos de contributo real, pois no nosso caso não será isso o mais importante, temos o que é fundamental, ou seja: o carácter desta decisão no plano político, o seu significado em termos de continuidade da submissão ao imperialismo, de alinhamento nos projectos e na política mais retrógrados, belicistas e perigosos, em manifesto confronto com a letra e espírito da Constituição.

África do Sul

Apartheid recebe ajuda dos capitalistas

O regime de apartheid acaba de receber mais um balão de oxigénio para a sua sobrevivência, com o acordo conseguido pelo governo de Pretória com os bancos europeus e americanos seus credores sobre o reescalonamento da dívida sul-africana, unilateralmente congelada pelas autoridades racistas em Setembro passado.

Em reunião realizada na passada quinta-feira, em Londres, os representantes dos trinta bancos credores da África do Sul deixaram-se convencer pelo compromisso de Pretória em levar a cabo reformas do regime racista, garantindo que o governo de minoria branca recomençará o pagamento das suas dívidas comerciais (14 mil milhões de dólares a curto prazo e 24 mil milhões no total) a partir do próximo mês de Março.

Esta decisão, que uma vez mais põe a nu a demagogia das declarações de princípio contra o apartheid que os meios capitalistas têm vindo a formular, foi já

severamente condenada pelo Congresso Nacional Africano (ANC), numa declaração difundida em Lusaka.

Como o ANC salienta, a ajuda dos banqueiros ocidentais ao governo de Pieter Botha, à revelia dos apelos da comunidade internacional para a aplicação de sanções à África do Sul, compromete-os ainda mais com o apartheid, tornando-os corresponsáveis pelos crimes do odioso regime.

Este acto, afirmou um representante do ANC em Lusaka, será visto pelo nosso povo, vítima de genocídio e de terrorismo, como uma caução ao

regime de Pretória.

Por outro lado, o ANC critica que se pretenda reformar o regime, sublinhando que o apartheid não pode ser reformado, tem de ser abolido. Esta será de resto a única forma de relançar efectivamente a economia sul-africana, já que a situação de permanente instabilidade e confronto que se vive no país não dá qualquer garantia de que venham a ser resolvidos os graves problemas económicos com que a África do Sul se debate, pese embora as suas imensas riquezas naturais.

É-se tentado a acreditar que os credores de Pretória, fortemente dominados pela política ditada pela administração Reagan, ainda acreditam na possibilidade de salvar o regime de apartheid que Botha se prepara para submeter a uma operação de cosmética destinada quase

exclusivamente para consumo externo.

Não é essa a opinião nem dos mais moderados sectores de oposição ao governo de Botha, como ficou patente pelos intensos esforços levados a cabo por Desmond Tutu, entre outros, a fim de convencer os credores de Pretória a congelarem o seu auxílio e os bens sul-africanos até à demissão do governo.

A operação de cosmética do regime, como é designada inclusive pela imprensa norte-americana, levou já à afirmação caricata de que o apartheid tinha sido abolido nalguns centros de Joanesburgo, onde a partir de agora os negros teriam acesso a bens e serviços até agora exclusivamente dedicados à população branca.

Contraponto desta pseudo-reforma são os acontecimentos recentes em Alexandra, cidade ne-

gra dos arredores de Joanesburgo, onde a polícia e o exército reprimiram violentamente manifestações de rua no seguimento do funeral de um jovem morto pela polícia. A cidade foi cercada com helicópteros, blindados e soldados a reforçar as forças policiais, saldando-se a repressão, segundo números oficiais, em 19 mortos, embora outras notícias calculem as vítimas em mais de três dezenas.

A gravidade da situação que se vive na África do Sul e que tenderá certamente a piorar agora que o governo de Botha recebeu novo alento dos seus aliados ocidentais, impõe com mais premência do que nunca a concretização da proposta avançada pelo ANC de formação de uma ampla frente de luta contra o apartheid.

Como afirmou o secretário-geral do Congresso Nacional Afri-

cano, Alfred Nzo, em entrevista ao «Neus Deutschland», o ANC está na disposição de dialogar com todos os sectores sul-africanos que se opõem ao regime e se propõem à sua liquidação. Segundo Alfred Nzo, cresceu nos últimos anos a consciência política dos patriotas, aumentando o número de grupos políticos e sociais que conjugam os seus esforços na luta contra o regime racista, tendo os acontecimentos de 1985 demonstrado que o povo sul-africano está preparado para a resistência armada.

Com a moratória de um ano sobre 95 por cento da sua dívida comercial, o regime de Pretória conseguiu mais um compasso de espera que poderá servir para fazer elevar as vítimas da luta contra o apartheid e dar-lhe, temporariamente, novo alento. Mas não conseguiu, nem conseguirá, evitar a sua liquidação.

Internacional

Saudação ao XXVII Congresso do PCUS

Por ocasião do XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou à reunião máxima dos comunistas soviéticos a saudação que reproduzimos.

Queridos Camaradas

O Partido Comunista da União Soviética coloca ante si tarefas exigentes mas exaltantes, cuja concretização representará para o povo soviético o acesso a níveis superiores de progresso material e espiritual, fortalecerá o potencial económico e defensivo da URSS e, aumentando a influência e o prestígio do socialismo no mundo, constituirá um novo estímulo para a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos de todos os continentes. Nesta ocasião, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o XXVII Congresso do PCUS e, por seu intermédio, todos os comunistas e o povo trabalhador da grande União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O PCUS e o povo soviético, podem legitimamente orgulhar-se de um impressionante balanço de realizações. Da gloriosa revolução de Outubro aos dias de hoje, percorrendo um longo e árduo caminho, o povo soviético afirmou perante o mundo, a superioridade do socialismo e as extraordinárias potencialidades que ele encerra para realizar as

mais avançadas aspirações da Humanidade.

O país dos soviéticos, no quadro da cooperação estreita com os outros países da comunidade socialista, é simultaneamente a sociedade mais avançada e progressista que a Humanidade já conheceu e o principal bastião da luta dos povos contra a política de agressão do imperialismo e em defesa da paz. Hoje, quando o imperialismo e a reacção internacional conduzem as mais virulentas campanhas anti-soviéticas, mais necessário se torna sublinhar perante as massas esta realidade. A solidariedade é sempre recíproca. Assim como o PCP e o povo português sempre contaram com a solidariedade e apoio dos comunistas e do povo soviético, também os comunistas e o povo soviético contam com a solidariedade dos comunistas e dos trabalhadores de Portugal.

No plano mundial a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos alcançou nos últimos anos extraordinárias vitórias. Mas o imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, procurando por todos os meios sustentar, e se possível inverter o

curso do desenvolvimento mundial, pratica uma política militarista e agressiva que atenta gravemente contra a liberdade e a independência dos povos e põe em sério perigo a própria existência da Humanidade.

Numa tal situação a luta em defesa da paz, pelo fim da corrida aos armamentos na Terra e para impedir a sua extensão ao espaço cósmico, pelo desarmamento e em primeiro lugar o nuclear, tornou-se tarefa central comum aos trabalhadores e povos de todo o mundo. Na actividade que desenvolve nas condições concretas de Portugal, o PCP valoriza altamente os esforços persistentes desenvolvidos pelo PCUS e pelo Estado soviético em prol do desarmamento, do desanuviamento e da coexistência pacífica, materializados designadamente nas múltiplas propostas de paz e iniciativas de desarmamento da URSS e nos resultados positivos na Cimeira de Genebra. A apresentação recente pela URSS de um plano concreto visando a completa liquidação das armas nucleares até ao ano 2000, constitui uma contribuição da mais alta importância para banir definitivamente o espectro da guerra nuclear e operar a necessária viragem na vida internacional no sentido do desanuviamento e da coexistência pacífica.

As forças do progresso social e da paz, se unidas, estão em condições de obrigar o imperialismo a recuar na sua política de confrontação, defender a paz e assegurar o progresso da Humanidade pelo caminho da liberdade e do socialismo. Para tanto, o PCP considera de fundamental importância o fortalecimento da unidade do movimento comunista e operário internacional, factor decisivo da cooperação de todas as forças revolucionárias, anti-imperialistas e amantes da paz.

Em Portugal a defesa das conquistas da revolução de 25 de Abril e do regime democrático que as consagra continua no centro da luta dos comunistas, da classe operária, das forças democráticas. O ano de 1985 saldou-se por importantes vitórias que, após mais de dez anos de ofensiva contra-revolucionária, abriram ao povo português perspectivas de uma viragem na política nacional. Entretanto, nas recentes eleições para a Presidência da República, com o afastamento da 2.ª volta do candidato apoiado pelo PCP, criou-se uma situação particularmente complexa e perigosa para o regime democrático. Porém a derrota do candidato da extrema direita em 16 de Fevereiro, traduziu-se numa grande derrota da reacção, de que resultaram condições mais favoráveis para o prosseguimento da luta popular

e para a unidade democrática, das quais, em definitivo, dependem o futuro da revolução portuguesa.

Sempre ao serviço dos interesses da classe operária, do povo e do país, o PCP encerra com confiança os duros e complexos combates do futuro em defesa da revolução de 25 de Abril e por uma alternativa democrática.

Queridos camaradas

Pelos objectivos que se propõem, o XXVII Congresso do PCUS constitui um acontecimento de grande importância para o povo soviético e no plano internacional. De todo o coração vos desejamos um melhor sucesso nos vossos trabalhos assim como na aplicação ulterior das suas decisões.

Continuaremos a agir para o estreitamento dos laços de fraternal amizade, cooperação e solidariedade que unem o PCP e o PCUS, certos de que isso é do interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum do socialismo, do comunismo e da paz.

Viva o XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética!

Viva a amizade e solidariedade entre o PCP e o PCUS!

Viva a amizade entre o Povo Português e o Povo Soviético!

Viva o Marxismo-Leninismo e o Internacionalismo Proletário!

Filipinas, luta e ingerência

A rápida precipitação de acontecimentos na vida política filipina, desde as eleições de dia 7, testemunha, antes do mais, e para além da sua própria evolução da profundidade dos problemas que afectam o país, e que se traduz na fissuras abertas no interior do próprio edifício repressivo da ditadura, da amplitude do movimento de protesto, que inclui movimento popular e sectores da burguesia, Igreja e Forças Armadas, e ainda da mais clara e descarada ingerência política dos Estados Unidos, culminando o domínio de facto do imperialismo sobre a vida económica, socio-política e militar das Filipinas.

Parece que já datam de há muito as imagens de grandes salas repletas de computadores, decidindo resultados eleitorais contraditórios. Num curto prazo de vinte dias, os factos sucedem-se com rapidez. A declaração de uma dita vitória de Marcos precipita um imenso movimento de protesto nas ruas. Corazon Aquino, a viúva do dirigente da oposição assassinado e candidata pelas forças que no plano eleitoral se opuseram a Marcos, assume-se por seu lado como vencedora. A Igreja, com o aval do próprio Papa, apoia Aquino. Representantes da oposição política, de homens de negócios e da Igreja, constituem uma comissão coordenadora da campanha de desobediência civil. São declaradas greves para o dia de posse do presidente (Marcos ou Aquino?). O chefe das FFAA, Fidel Ramos e o ministro da Defesa, Ponce Enrile, dirigem a oposição militar. Uma massa humana que se interpõe entre o sector revoltado do Exército e os batalhões

enviados ao assalto do campo militar de Crame, são expressão concreta da participação popular.

Mas por detrás — ou bem dentro — de toda esta evolução, estão as idas e vindas do enviado de Reagan, Habib, as posições que vão sendo assumidas pela embaixada norte-americana.

Duas semanas depois de ter anunciado a aceitação dos resultados oficiais das eleições presidenciais, o presidente Reagan declara, através do porta-voz da Casa Branca, Larry Speakes, que retira o seu apoio ao ditador, acrescentando, entretanto, que o considera «um amigo e um aliado de longa data» e por isso lhe oferece os «meios adequados» para a fuga, na base aérea norte-americana de Clark.

O ditador já não serve. Washington decide pôr um outro poder político que preserve os seus interesses ameaçados pelo movimento popular contra Marcos. Abre-se um outro ciclo da vida do país.

Com um senão: quer se queira quer não, a envergadura do poder popular não poderá ser escamoteada. A multidão que se interpôs entre forças armadas, o protesto contra uma difícil situação económica — não se podem riscar da vida com o mesmo à-vontade com que se manobra com políticos burgueses.

tória já longa.

Em 1944, pouco antes dos EUA retomarem o arquipélago ocupado pelos japoneses, o governo norte-americano impôs ao governo filipino um acordo segundo o qual os EUA conservariam as suas bases como condição para o reconhecimento da independência das Filipinas.

Aconteceu anteontem, finalmente. Após duas décadas de ditadura, Ferdinando Marcos afastou-se do Poder.

Em clima de festa nas ruas de Manila, as Filipinas assistiram à retirada do ditador para a base aérea dos EUA de Clark, a 70 quilómetros da capital, e à tomada de posse de Corazon Aquino, reconhecida pela Administração Reagan.

O afastamento do ditador Marcos fora anunciado em Washington pelo porta-voz da Casa Branca, Larry Speakes e, mais tarde, pelo próprio G. Shultz, secretário de Estado norte-americano.

Na cerimónia de investidura de Corazon Aquino estiveram presentes os chefes militares que há dias se revoltaram contra Marcos.

Corazon Aquino tem já formado o novo governo

Poucos dias após um acto eleitoral convocado por pressão dos Estados Unidos, Reagan defendia, em conferência de imprensa, que a existência nas Filipinas de duas importantes bases militares norte-americanas — a base naval de Subic e a base aérea de Clark — justificaria a intervenção no país.

Palavras bem significativas do que é a política do imperialismo, e, no que respeita às Filipinas, reflexo de um domínio de décadas. Porque estas bases têm uma his-

toriedade de facto. Os EUA foram desde sempre o suporte de um poder político que gerou a dramática situação actual: 83% das famílias não ganham que chegue para satisfazer as necessidades básicas; a mendicância abarca 30% da população; desde 1980 a repressão tem-se saldado numa média de 600 assassinatos por ano; a dívida externa é de 30 mil milhões de dólares; as despesas militares — em números oficiais — engolem 13% do orçamento de

Estado.

Em 1983, o assassinato do dirigente da oposição Aquino, em pleno aeroporto, quando do seu regresso de um exílio de três anos nos Estados Unidos, teve fortes repercussões na vida política do país. O cadáver de Aquino foi velado durante dez dias. O funeral prolongou-se por doze horas e contou com a participação de dois milhões de pessoas.

Eram claros indícios de que uma ameaça poderia pairar sobre o poder dos EUA representado pelo ditador.

Actualmente o imperialismo joga noutra carta. As idas e vindas de Habib, enviado de Reagan, marcam as diferentes posições de Washington face aos resultados eleitorais, o levantamento de parte das FFAA, a retirada do apoio da Casa Branca a Marcos.

Não se trata, evidentemente, de coincidências. Mas de um jogo político. Em que tudo vale para preservar investimentos económicos e bases militares e uma posição estratégica no sudeste asiático.

Mas importa não esquecer que este jogo político do imperialismo já foi forçado pelo próprio avanço do movimento popular. E que em última análise será o povo filipino a impor a defesa dos seus interesses — contra os interesses imperialistas —, pela verdadeira independência nacional.

«Os operários da "Ivima" e da "Santos Barbosa" concentraram-se em Dezembro no sindicato com uma comissão à frente, para declararem novo contrato colectivo com aumento geral de salários, e ainda melhoria na reforma e Previdência. O presidente do sindicato procurou ganhar tempo dizendo que era preciso esperar que os industriais reunissem; porém, os operários não se deixaram adormecer e passadas semanas, 150 trabalhadores da "Ivima" voltaram a concentrar-se no sindicato e apresentaram a sua reivindicação ao delegado do INT.

«Como este afirmasse que os operários da Marinha Grande não ganham mal, avançou um operário que disse: "Tenho 33 anos e ganho 30\$00. E com isto que posso governar uma casa se me quiser casar? Eu gostava de dar 100\$00 a um industrial para ele fazer a vida que eu tenho que fazer com 30\$00, estou certo de que não o conseguiria". O delegado ficou sem argumentos, enquanto todos os presentes apoiaram o companheiro.

«Em apoio da luta, foi distribuído nesta vila um apelo dum grupo de operários no qual se lê: "A ti, operário do vidro, no momento em que o patronato faz esforços no sentido de ampliar o horário de trabalho, de promover o trabalho ao domingo nas empresas onde não tem existido e, no momento em que se esquia à assinatura dum novo contrato colectivo de trabalho, cabe formar desde já comissões de unidade que dêem forma à luta que terá de desenvolver-se".

(«Os Operários do Vidro em Luta, por Melhores Salários» — «Avante!», VI série, n.º 326, Fevereiro de 1963)

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«(...) As consequências da política fascista e colonialista do Governo de Salazar, caracterizam-se, no plano interno, pelas repercussões morais, políticas e económicas da guerra colonial; pelo recrudescimento e generalização da violência repressiva e do terrorismo policial; pelo agravamento da crise económica com particular incidência na vida de vastos sectores da população; pelo crescente enfeudamento da economia nacional aos interesses estrangeiros; por concessões negociadas em contrapartida de investimento e empréstimo que põem em perigo a própria independência nacional, e que revestem mesmo o grave aspecto de utilização do território português por forças militares de outros países, e no plano externo, pela criação de um estado de guerra de facto e de ocupação militar dos territórios coloniais portugueses em África, pela expulsão de Portugal de importantes organizações de cooperação internacional, pela condenação e pelo isolamento internacionais do regime que sacrifica à sua política reaccionária, fascista e colonialista o bom nome e os superiores interesses de Portugal (...).

(«Comunicado ao Povo e aos Democratas Portugueses» — «Avante!», VI série, n.º 338, Fevereiro de 1964)

AVANTE!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«(...) Continuando valentemente a sua luta, no dia 26, milhares de estudantes saíram da Cidade Universitária e de outras escolas assim como de liceus, percorreram as ruas da cidade dirigindo-se para o Aljube de Lisboa onde estão encarcerados a maioria dos estudantes presos. A enorme massa estudantil constituída por grupos de centenas de jovens rapazes e raparigas gritavam: "Abaixo a PIDE! Liberdade! Liberdade! Abaixo o fascismo!".

«Milhares de vozes, formando enorme clamor juvenil, ao qual se associaram muitos populares, exigiram junto da Cadeia do Aljube, durante longo tempo, a liberdade dos seus colegas aos quais levaram o calor e o apoio dos seus gritos e protestos (...).

(«Liberdade para os Estudantes Presos! Nova Manifestação Estudantil» — «Avante!», VI série, n.º 351, Fevereiro de 1965)

Em Foco

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 635
27 de Fevereiro de 1986
3.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

5, 6 e 7
de Setembro
no
Alto da Ajuda



A Festa do Portugal de Abril

Ainda o ano vai no segundo mês e já foi marcada a realização da 11.ª edição da Festa do «Avante!». Assim é. A 5, 6 e 7 de Setembro, centenas de milhares de democratas convergirão para o Alto da Ajuda, ajudando, também eles, a fazer a festa do Portugal de Abril.

Falar da Festa em apenas uma página é sempre difícil, principalmente se tivermos em conta que alguns meses nos separam da sua realização e que, portanto, ainda não há novidades de maior.

No entanto, logo no primeiro parágrafo demos o mote que desenvolveremos ao longo destas linhas.

Quando se diz Festa do «Avante!» surgem-nos imediatamente diversas imagens. Vemos a cor, o espectáculo, a multidão, a palavra Abril.

Começemos pelo fim, que a ordem dos factores neste caso é arbitrária. Abril. Antes de tudo, a Festa do «Avante!» é a festa do Portugal de Abril.

Só com Abril ela foi possível e é para Abril que se desenvolve ano após ano. Em todas as suas edições, esteve sempre presente e bem viva a preocupação da defesa de Abril; da luta em defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, do bem-estar do povo português. A

luta contra os constantes ataques que a revolução tem sofrido.

Seria lícito, agora que saímos de mais uma importante batalha em defesa de Abril, perguntar: se Freitas do Amaral tivesse ganho as eleições, teríamos Festa este ano? Por vontade de Freitas — certamente que não; por vontade do povo — certamente que sim. Como o povo português derrotou Freitas, Abril continua. E a sua Festa também continua bem viva porque canta — e nela se canta — a unidade, o trabalho, a cultura, a alegria, a juventude. Porque nela se canta Abril.

Podemos, pois, afirmar que a

Festa do «Avante!» é um espelho do Partido que a constrói. A começar exactamente pela sua construção, para a qual são necessários vários meses e muitos milhares de homens e mulheres.

Desde o seu planeamento, passando pela sua implantação, à sua realização, a Festa do «Avante!» demonstra bem a vitalidade deste grande colectivo que é o Partido Comunista Português. O enorme esforço de empenhamento e militância a que a Festa obriga, fazem que só o PCP possa realizar uma iniciativa nestes moldes, uma vez que só os militantes comunistas — porque comunistas — têm a alegria, a criatividade, o espírito de entrega necessários para levar a bom porto esta grande tarefa que é pôr de pé a nossa Festa.

A multidão

Depois é a multidão. A imensa multidão que dá vida às estruturas e realizações da Festa. E multidão é aqui sinónimo de unidade. Uma unidade que se constrói em torno de objectivos que todos queremos

ver realizados. Que se aprofunda na política aberta do PCP e que se fortalece no são convívio e debate com os comunistas e todos os democratas que afluem às centenas de milhares para participarem nesta grande iniciativa que é de todos, porque é de Abril.

E, de entre toda essa multidão, uma percentagem muito elevada é a juventude. A juventude que nos dizem não estar com a democracia, mas que é um dos pilares da construção da Festa e que tem um espaço próprio e sempre muito concorrido no seu recinto.

É neste espaço — da responsabilidade dos jovens — que são questionados todos os grandes problemas da juventude.

Ideologia e informação

A informação e a formação são uma preocupação dominante do Partido e, como não podia deixar de ser, ocupam um espaço privilegiado na sua Festa.

A começar pela grande exposição política, até aos pequenos pai-

néis sobre as regiões e as mais importantes organizações do Partido, a Festa do «Avante!» é também ela uma grande festa do esclarecimento, onde os colóquios e os debates — já para não falar no grande comício de domingo — lhe dão a sua expressão mais viva.

Mas formar é também cultura e a componente cultural é talvez o maior cartaz da Festa. Os grandes espectáculos e exposições que anualmente transformam um terreno estéril num mar de vida fazem da nossa Festa o mais vasto encontro cultural do nosso país.

Conviver com artistas, escritores e outros homens da cultura é um privilégio que assiste a todos os participantes na Festa do «Avante!».

Saber da actividade e das grandes propostas e preocupações do Partido é apanágio de todos quantos participam na Festa.

Viver e lutar por Abril é o que une todos aqueles que uma vez mais se encontrarão nesta décima primeira edição da nossa Festa, a 5, 6 e 7 de Setembro.

■ J. M.

CARRIS

As razões de uma luta

A hora a que fechamos esta edição está marcada para hoje de manhã, no Ministério do Trabalho, em Lisboa, uma reunião de conciliação entre os representantes dos trabalhadores e a administração da Carris, empresa que tem registado desde o passado dia 6 uma luta firme do pessoal fixo (adesões à paralisação diária de duas horas na casa dos 100 por cento), com a consequente imobilização nas oficinas de mais de metade da frota operacional da transportadora de Lisboa (informação de anteontem). Para além dos resultados a que a referida reunião, ou outras iniciativas das últimas horas, possa ter chegado, há que salientar neste breve apontamento as razões fundamentais que motivaram a luta e as atitudes menos dignas da administração, do Governo e do divisionismo na empresa. Os processos agora usados não constituíram propriamente uma novidade: a aposta na discriminação e na tentativa de divisão. A resposta, essa também não foi novidade numa empresa com tradições em enraizadas de unidade e espírito combativo dos seus trabalhadores: a aposta na luta, na organização e na firmeza de quem tem a razão do seu lado.

Vamos então aos factos.

Os objectivos da CA

Desde o início das negociações com vista à actualização salarial para este ano de 1986 que a administração da Carris, empresa que conta actualmente cerca de 7500 trabalhadores, manifestou abertamente a sua oposição sistemática a uma nova tabela que, no mínimo, pudesse repor o poder de compra que tem vindo a ser perdido nos últimos anos.

Após um significativo esforço negociacional por parte dos representantes dos trabalhadores, a administração da Carris acabaria por propor um aumento geral de 17,8 por cento, considerado insuficiente. De forma um tanto insólita, a administração decide então transferir as negociações para a órbita do Ministério do Trabalho, baixando a proposta anterior para 17,5 por cento e dando a um sector do pessoal (o do movimento) um aumento de 2 pontos aos 25 por cento do subsídio de acumulação de funções.

Que objectivos se esconderam por detrás dessa decisão?

Não é difícil descortinar que a comissão administrativa (CA) presidida por Consiglieri Pedroso, e o Governo, quiseram utilizar um determinado conjunto de trabalhadores para marginalizar e discriminar outros trabalhadores. O método, como já referimos, não é novo...

Lições importantes

Para já, dois aspectos devem ser prontamente esclarecidos: **por um lado**, também o pessoal do movimento tem os seus salários baixos, apesar do subsídio já mencionado. Basta comparar com os contratos dos motoristas de outras empresas. Não fiquem, pois, quaisquer dúvidas: também estes profissionais da Carris são marginalizados; **por outro lado**, há que registar a manobra do divisionismo nesta conjuntura, cozinhando com a administração da empresa a situação da discriminação e injustiça a que se chegou. De uma breve retrospectiva da evolução da luta podem retirar-se algumas lições importantes para a compreensão dos processos do divisionismo nas empresas. Vejamos.

As manobras dos paralelos

Para 15 de Janeiro último, a FES-TRU (organização representativa dos trabalhadores, ligada à CGTP-IN) convocou uma acção de luta na empresa para todos os trabalhadores: das 8 às 10.30 horas para o pessoal fixo, com concentração na Secretaria de Estado dos Transportes; e para o pessoal do movimento das 10.30 às 13 horas (plenários com recolha das viaturas).

Nestes plenários, os trabalhadores decidiram prolongar a luta até às 02.30 horas, mantendo-se a paralisação a 100 por cento.

Para a continuação da luta — esta era a ideia que davam —, os sindicatos «paralelos», através dos seus porta-vozes, avançaram uma proposta de nova greve de 24 horas.

Entretanto, os trabalhadores, em plenários, marcaram nova paralisação de igual período, para 29 de Janeiro. Na véspera da sua realização, o



SITRA/UGT chega a um acordo com a administração da empresa, no qual se contempla a tabela salarial insuficiente, recusada pelos trabalhadores, que não desistiram da sua luta firme.

Mais uma vez, na Carris como nas outras empresas onde actua, a UGT, face à poderosa unidade dos trabalhadores, entra em conluio com os administradores e as pressões do Governo, deitando por terra os direitos de quem trabalha.

Entretanto, a luta do pessoal fixo

(oficinas e serviços) — uma luta vigorosa que se assume contra a discriminação e a imposição de um tecto salarial — tem decorrido num estado de espírito marcado pela coesão e a unidade, numa perfeita sintonia de organização e acção.

Além das paralisações diárias por períodos de duas horas e dos plenários, as formas de luta — que em princípio se vão prolongar até domingo — já incluíram deslocações à Secretaria de Estado dos Transportes,

ao Ministério do Trabalho e ao gabinete do Primeiro-Ministro, onde os representantes dos trabalhadores foram recebidos por um assessor de Cavaco Silva.

Es utentes?

Desta autêntica guerra social contra os trabalhadores da Carris resultam prejuízos para os utentes, que, mesmo sem lutas na empresa, não têm encontrado melhorias nos serviços prestados devido a uma política de má gestão, facto uma vez mais confirmado com os rios de dinheiro gastos no recurso aos «alternativos»: o que se gasta para pagar o aluguer de autocarros a outras empresas (incluindo privadas) não dava para a melhoria razoável da tabela salarial dos trabalhadores da Carris?

O realismo ainda não chegou à administração da empresa e ao Governo. A prová-lo estão as declarações de Consiglieri Pedroso num encontro recente com jornalistas, onde, aliás, entre outras «confusões», faltou à verdade sobre os índices de adesão à luta e de paralisação da frota.

«Atendendo à taxa de inflação prevista para este ano (14 por cento), o aumento salarial de 17,5 por cento para 1986 dá aos trabalhadores um aumento real de 5 por cento», afirmou na ocasião o presidente da administração da Carris, «esquecendo» que os trabalhadores da empresa têm vindo a perder poder de compra desde há vários anos, «esquecendo» que a inflação no ano passado andou na casa dos 20 por cento, «esquecendo» ainda que essa promessa de 14 por cento para 86 talvez não passe disso mesmo... uma promessa dum governo minoritário!

4.º Congresso do Algarve

O contributo dos comunistas numa iniciativa de relevo

Decorreu no Hotel Montechoro, em Albufeira, entre os dias 19 e 23 de Fevereiro, o 4.º Congresso do Algarve, no qual se debateram de forma aberta e democrática os problemas da região.

Cerca de 800 congressistas e 179 comunicações deram um importante contributo para aprofundar o conhecimento dos problemas da região e se as soluções concretas tardam em aparecer o certo é que se vai dando, progressivamente, uma alteração nas mentalidades, propícia a conseguir a convergência de esforços para solucionar as graves deficiências estruturais e as fortes assimetrias do Algarve. O nosso partido teve uma participação activa nesse congresso, através dos nossos camaradas deputados Carlos Brito e Margarida Tengarrinha e dos camaradas Vítor Neto e Carlos Luís Figueiras, do Comité Central, e, ainda, de outros camaradas com responsabilidades em autarquias, sindicatos e empresas do Algarve.

Destaque especial para o facto de as principais conclusões do congresso, bastante extensas, terem convergido em vários pontos com o programa e as preocupações dos nossos deputados na Assembleia da República e com as conclusões da Assembleia da Organização do Algarve do PCP, realizada em Faro.

Vejamos, então, alguns aspectos das comunicações apresentadas pelos nossos camaradas que, de uma forma ou de outra, foram também um contributo para as conclusões finais do Congresso.

As assimetrias

Carlos Brito afirmou que um novo rumo para o desenvolvimento regional tem de passar pelo pleno aproveitamento dos recursos numa estratégia de aumento da produção nacional, pela utilização decidida e eficaz dos instrumentos criados no processo da revolução de 25 de Abril e com a consagração constitucional, pelo reforço do Poder Local democrático e o lançamento do processo de regionalização, pela activa participação das populações.

O deputado comunista destacou o facto de o Algarve ainda não ter conseguido diminuir a distância que o separa das regiões mais desenvolvidas «nem no produto agrícola, nem nas pescas, nem no produto industrial, nem nos índices de bem estar social». Entre estes destacou os do analfabetismo, mortalidade e mortalidade infantil, saúde, electricidade e transportes. Também no interior da região al-

garvia se agravam as assimetrias e os contrastes de que é exemplo a forma como se desenvolveu o turismo.

Concluiu que os caminhos proclamados nos últimos anos em matéria de desenvolvimento regional conduziram a um fracasso completo.

As «ilusões» com a CEE

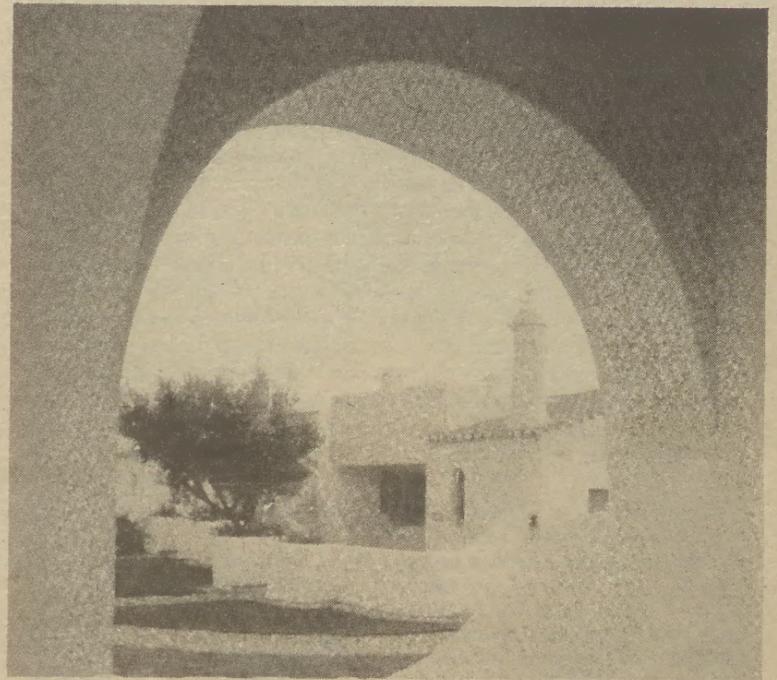
Carlos Brito preveniu também contra as ilusões de que «com a integração na CEE vai haver desenvolvimento regional». Para além dos relatórios da CEE reconhecerem que a existência das comunidades não tem atenuado, mas antes aprofundado, as desigualdades regionais, arriscamos a que as vantagens obtidas em investimentos para estradas, portos e aeroportos possam ser eliminadas por um impacto desastroso da adesão na agricultura, nas pescas e nas indústrias alimen-

tares, questões que particularmente interessam ao Algarve.

Terminou afirmando que no desenvolvimento regional não há milagres, nem fadas, nem varinhas de condão. Tem de haver um esforço nosso, colectivo e a vontade organizada das populações, definindo, executando e fiscalizando. «É por isso que não exageramos na convicção de que a Região Administrativa do Algarve pode abrir e abrirá um novo rumo para a vida algarvia», salientou Carlos Brito.

As barragens e o saneamento

Carlos Luís Figueiras considerou que o Algarve, ao explorar um conjunto muito restrito e específico dos seus recursos naturais, compromete fortemente o seu futuro, pelos desequilíbrios provocados e pela fragilidade e dependência em que assenta a sua economia.



Turismo: o 4.º Congresso escalpelizou o assunto



Pescas: riqueza regional à espera de uma política coerente e dinâmica

Propôs a rápida concretização dos projectos de barragens a barlavento e sotavento, a realização das obras de

saneamento básico com custos suportados, no fundamental, pelo Orçamento de Estado, o melhoramento da rede viária e ferroviária, o apoio ao desenvolvimento agrícola e industrial e ainda o enquadramento do turismo num plano que tenha em vista assegurar uma definição clara de objectivos e prioridades.

Plano regional de turismo

Do turismo falou Vítor Neto que sublinhou a importância das conclusões do 3.º Congresso do Algarve, onde se falava da importância de existir um plano regional de turismo. «Os progressos desde então verificados existem a nível das consciências e das mentalidades. É um facto que alguns saqueadores do Algarve têm neste momento a sua tarefa mais dificultada» — declarou.

Denunciou o facto de no nosso País o aumento crescente da entrada de turistas não ser acompanhado pelo correspondente aumento de divisas, com o agravamento de não haver contabilidade nacional para o Turismo

e nas divisas declaradas como receitas estar obviamente ausente o montante que se escapa para o estrangeiro em fuga de divisas.

Desemprego

Fernando Amaro, presidente do Sindicato da Indústria Hoteleira, assinalou o aumento do desemprego na região. «O Algarve durante o período de Outubro a Março tem uma taxa de desemprego das mais elevadas do País. Os níveis do desemprego atingem, sobretudo, as mulheres e os jovens» — referiu o sindicalista. Os jovens quando encontram emprego é numa situação precária, contratados a prazo por períodos cada vez mais curtos. A própria Hotelaria tem vindo a reduzir os postos de trabalho e o emprego.

No Algarve, disse Fernando Amaro, há uma coisa positiva do nosso ponto de vista: «as organizações dos trabalhadores dos sectores mais importantes são regionais». São seis: a hotelaria, as pescas, as conservas, a agricultura, a construção civil e os transportes rodoviários.

Estas associações têm cada vez um papel mais positivo no encontro das soluções para os problemas com que actualmente se debate o Algarve.

Um dos factores de instabilidade política que tem originado que de 1976 para cá tenhamos tido praticamente uma média de um governo quase por ano é motivado sobretudo devido à falta de diálogo; as contradições sociais das políticas desses governos é que tem levado aos conflitos.

Margarida Tengarrinha foi convidada a usar da palavra na abertura oficial do Congresso tendo dito que ele se tornou o maior acontecimento da região dado que faz «um aprofundamento dos problemas como raramente acontece em qualquer outra região do País».

E os factos confirmaram uma vez mais a justeza das palavras da deputada. ■



Saneamento básico: uma frente do intenso trabalho que o Poder Local democrático põe de pé

■ **Leandro Martins**

CHUMBO E CHAMPANHE

Entre chumbo e champanhe, pólvora e vitelos, a direita reaccionária não olhou a despesas. Preparava a vitória — a barricada de festa com a violência por sobremesa. Reservaram-se restaurantes, compraram-se novilhos, porcos e vitelas, bois e outros bichos de churrasco; lojas fizeram o maior negócio de sempre e desapareceram as bebidas das prateleiras, com destaque para o champanhe; carregamentos de cerveja foram contratados, *boîtes* alugadas, quintas encheram-se de carros. Tudo bem, como diria o outro. Encher o bandulho, para alguns, é coisa perfeitamente natural todos os dias do ano e nem há quaresma que resista. A festa estava mesmo abençoada por alguns padres reaccionários que subiram ao púlpito nesse domingo para indicar o voto no Freitas. Mas a coisa não se ficava por aqui — ia ser encerrada com fogo, não apenas o do foguetório, também comprado e contratado, mas com o da pólvora de cartucho carregado a zagalote. Que também neste aspecto o mercado levou uma boa limpeza e espingardarias houve que esgotaram o *stock*.

As ameaças e as «bocas» eram muitas. Falava-se muitas vezes abertamente em assaltos a centros de trabalho do PCP. No Minho, por exemplo, mais precisamente em Ponte de Lima, dois conhecidos bombistas e assaltantes ao Centro de Trabalho do PCP em 1975 — o Manuel Mendes e o Gonçalves «Pevide» — destacaram-se nas ameaças; em Caminha falava-se numa lista de 140 pessoas ameaçadas. Ameaças também em Vila Nova de Famalicão, à casa comercial de um activista do PRD. Em Paredes de Coura as ameaças foram contra um café habitualmente frequentado por comunistas. E, em gesto simbólico, um caixão chegou a ser encomendado...

Mas nem tudo era negro... para os freitistas — grandes jantaradas, vitelos e leitões encomendados por todo o Minho, centenas de contos em foguetes, tal era a preparação da vitória do antigamente.

Como seria na segunda-feira?

A festarola estava pois marcada para acabar mal. E na segunda-feira iria amanhecer pior, se os democratas lhe não travassem o passo. Se em Bragança o ambiente era muito carregado, passando das ameaças veladas aos telefonemas anónimos e chegando a falar-se num assalto preparado ao Centro de Trabalho do Partido, de colocação de bombas em automóveis e em outras graças do estilo fascista, no Porto, desde os incidentes da primeira volta, os reaccionários não escondiam os seus propósitos sinistros.

O objectivo central da reacção, na capital do Norte, era o Centro de Trabalho da Boavista, para onde já havia palavra de ordem de concentração. Tratava-se de uma promessa — «No dia 16 vamos lá», diziam eles, e já se falava de grupos organizados, pontos de encontro, preparação. E também havia casos de ameaças pessoais, de advertências de ajuste de contas, sobretudo dirigidos a militantes comunistas, não faltando os tradicionais telefonemas anónimos.

Em muitas empresas, os militantes do PCP eram apontados, assim como activistas sindicais. As ameaças de despedimento eram generalizadas, da parte do patronato e de encarregados.

«No dia 17 a gente vai resolver isto»...

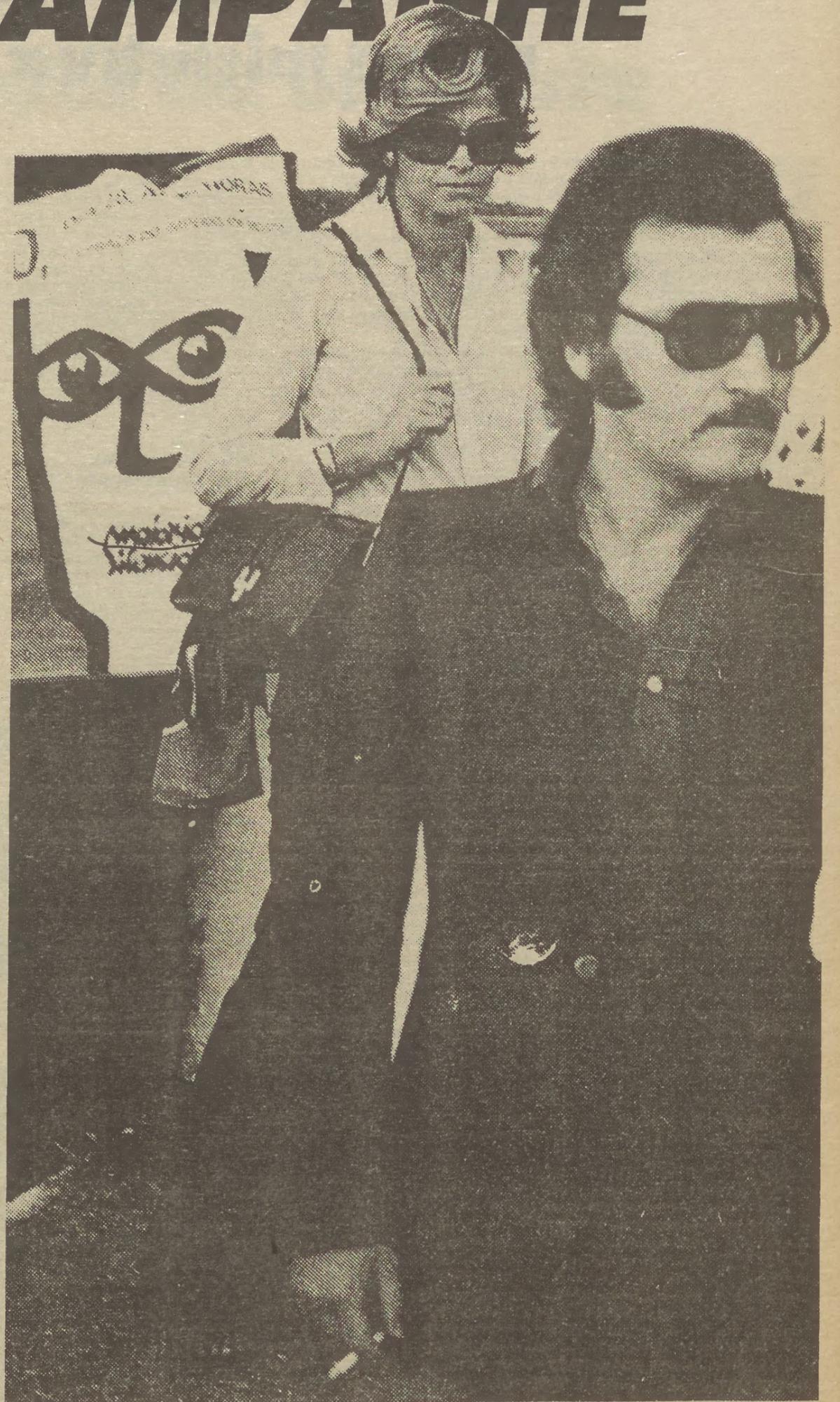
Entretanto o champanhe esgotou nas mercearias da cidade...

Enganos

Não foi certamente caso único o que aconteceu em Semide, concelho de Miranda do Corvo, Coimbra. Aqui, os freitistas convenceram-se de que tinham ganho e mostraram a face, iniciando logo as provocações e as aruaças, chegando à violência física contra os democratas. Em Coimbra, já conhecendo os resultados, isto não impediu os freitistas de tentar travar à porta da sede do PSD, a passagem da caravana do MASP. Em Arganil, entretanto, os cafés fecharam em sinal de luto (?).

É que o desespero era muito e não contavam mesmo com a derrota. Na Figueira da Foz o restaurante Traineira foi alugado para um banquete, mais o salão de festas do Casino Peninsular, mais a *boîte* Brigantim; os postos de gasolina tinham esgotado o preciso combustível; em Góis e na Lousã o foguetório tinha sido todo vendido aos freitistas. E, da vitela ao marisco, muito dinheiro correu pelo distrito.

Pelas bandas do distrito de Leiria não deve ter havido centro de trabalho do PCP que não tenha sido alvo de ameaças mais ou menos veladas de assalto. E a reacção mobilizou tudo o que pôde para a grande manobra de intimidação. Na freguesia da Boavista, o padre afirmava que votar em Mário Soares era «meio caminho andado para o comunismo» e que quem votasse nele «não passava dos 50 anos». Isto na véspera. No próprio dia das eleições, em Turquel, um delegado do MASP era agredido a muro. Em Porto de Mós, uma camioneta da Câmara Municipal, que carregava gente para votar, não levou um delegado do MASP, impedido de subir. Outro delegado, na freguesia de S. Bento, foi ameaçado de ser «corrido» pelo presidente da Mesa. Em Santiago de Litém, Pombal, um eleitor teria votado dez vezes, usando cartões de emigrantes... Mesmo assim não estava a reacção tranquila e, em Figueiró dos Vinhos, caciques ofereceram a um militante comunista 180 contos para votar no Freitas e dar essa orientação aos camaradas! Em Valado de Frades, um dirigente local do PSD vo-



tu por alguns idosos, apresentando... uma carta assinada por eles!

Na noite das eleições, às 21 horas, meia centena de jovens incitados por caciques locais, concentraram-se junto ao Centro de Trabalho de Alcobaça. Não se decidiram ao assalto mas acabaram agredindo elementos de uma caravana do MASP, tendo a PSP de intervir. Na terra falava-se já de uma lista de 400 a 500 pessoas a abater.

Matança adiada

A arrogância, baseada na excessiva confiança na vitória de Freitas, levou, no distrito de Santarém, os reaccionários a alardear ameaças. Mesmo alto e bom som, através de altifalantes, como no Entroncamento, em que a palavra de ordem era «comunistas para a Sibéria». Em Tomar preparava-

-se uma «descida» ao Alentejo para ocupar as UCP's no dia 17. Em Coruche os freitistas ameaçavam nos cafés que depois é que se ia ver quem tinha força. E, no próprio dia das eleições, na herdade da Azerbadinha, Coruche, mais de 200 carros de apoiantes de Freitas concentraram-se, preparando a «comemoração»...

Em Santarém, nessa noite, houve agressões aos manifestantes democratas e em Tomar, não se confor-

BANDEIRAS E ABRAÇOS

mando com a derrota, comentavam os freitistas que «não davam 6 meses ao Soares». Só no concelho de Santarém havia 22 matanças de porco aprazadas. Isto que se saiba. E, a juntar ao boi que estava para ser assado em Coruche, é caso para dizer que os freitistas ficaram com os animais atravessados na garganta.

No Alentejo, os agrários e seus apaniguados gabavam-se com antecedência: «Para a semana isto vai ser nosso», dizia um em Vendas Novas três dias antes. No concelho de Évora, as espingardarias ficaram a seco de zagalotes, comprados para o assalto às cooperativas. Na cidade — e até na Escola Gabriel Pereira, ouviam-se conversas sobre as armas que iriam ser usadas. E, no próprio dia 16, mais de uma centena de jovens saíram da sede do PSD para se juntarem em provocação junto do Centro de Trabalho do PCP.

As festas apareciam como a introdução dos assaltos. Vacas, camionetas de cerveja, piqueniques, centenas de foguetes, era do que se falava. E falava-se também de assaltos aos centros de trabalho de Vila Viçosa e de Borba. Por exemplo.

«Deixa estar que logo vês»

«Deixa estar que logo vês», disse a um camarada, na Parede, à porta de sua casa. Esta frase ilustra bem o clima de intimidação que a reacção tentou semear no distrito da capital. No concelho de Cascais, aliás, falava-se abundantemente de assalto ao Centro de Trabalho, e de *cocktails molotov* a serem usados na tarefa; falava-se também em depósitos de armas para atacar o CT.

Na capital, em várias zonas, apareceram casas e caixas de correio marcadas com inscrições e há notícia de «levantamentos» de listas de comunistas em estruturas do movimento popular.

Ameaças, mais que muitas: Na Lourinhã nem os socialistas escapavam; no Cadaval houve queima de propaganda do MASP na rua; em Mafra até os carros foram usados como armas para chocar com caravanas ou com apoiantes do MASP. Em Torres Vedras estava marcada uma concentração das direitas, englobando os concelhos de Torres, Cadaval, Sobral e outros.

Na Amadora o tema era o «ajuste de contas». No cinema Plaza, alugado à campanha de Freitas, as «bocas» agressivas davam o tom. Em Loures, os telefonemas ameaçadores para o CT de Sacavém convidavam os comunistas à... fuga!

O resto era a festarola em preparação. Matanças de porco nas zonas rurais, banquetes regados a champanhe nas vilas e na cidade de Lisboa.

Perderam. Mas foguetes ou zagalotes, porcos ou vacas, cerveja ou champanhe, quando bem acondicionados, são coisas que não se estragam. Os reaccionários, apesar da derrota, não desarmaram. Se os democratas não souberem unir-se, tudo isso fica para a próxima. ■

As páginas tantas, no Centro de Trabalho Vitória, os socialistas que foram lá de visita na noite de 16 de Fevereiro eram mais do que os militantes do PCP. «Estavam em superioridade numérica», brincava um camarada, explicando por isso o facto de se ouvirem na sala «Soares é fixe». Se Soares não era fixe, fixe tornava-se a unidade nessa noite, entre muitos democratas que nem sequer se viam uns aos outros dias antes. Mas eles também diziam — os socialistas — que o «PCP é fixe», e tinham razão. Como tinham razão para gritarem todos, pela avenida acima, que «o Povo Unido jamais será vencido»!

Estas visitas fraternas, estes abraços, este unísono grito de vitória não se ficou pelas portas do Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa. Nem pela cidade, animada de bandeiras, de caravanas, de gente a pé festejando a contenção da direita e a derrota da reacção. Ecoou por todo o lado, tal como a palavra de ordem «fascismo nunca mais».

Entre comunistas e socialistas gritava-se, frente ao CT da Parede, «APU amiga, o PS está contigo». Socialistas de Cascais foram saudar o PCP ao Centro de Trabalho e convidar camaradas da Concelhia para os visitarem na sede do PS. Na Standard, trabalhadores socialistas pediram o «Avante!» emprestado. Comemorações conjuntas registaram-se em todos os concelhos de Lisboa. Os Centros de Trabalho do Partido receberam muitos socialistas, marcavam-se convívios e piqueniques, foi-se em unidade para a rua. Mas falou-se, sobretudo da unidade que deve durar, que alguma coisa tinha mudado, que era preciso a gente entender-se.

25 de Abril Sempre!

Foguetes na Amadora. Manifestação durante três horas. Socialistas deslocam-se aos centros de trabalho do PCP em Mafra, Torres Vedras, Moscavide, S. João da Talha, Amadora, Damaia, Barcarena, Vila França. Caravanas do MASP saudam os comunistas por todo o lado, rebentam aplausos, em Alhandra trocam-se visitas.

Há agradecimentos, uns formais, na sua maioria efusivos, ao PCP. Mas o mais significativo disto tudo será certamente o grito conjunto de «25 de Abril Sempre!».

De Norte a Sul, como se costuma dizer.

No Algarve, a vitória da democracia foi comemorada por todo o lado, nesta região onde Mário Soares subiu de 26 para 56 por cento, da primeira para a segunda volta. As comemorações tiveram os seus pontos mais altos em Olhão, Portimão, Loulé e, particularmente, em Faro, onde confluíram muitas caravanas vindas de vários concelhos. Bandeiras do PCP, da APU, do PS, do MDP, do ZAP e do MASP, num amplo convívio que, asseguram os camaradas, há muito se não via.

E por aí acima. No Alentejo, os socialistas saíram para a rua a comemorar a vitória, passaram diante dos CT's a saudar. Em Montemor, integram-se na caravana do Partido. Em Évora os comunistas fazem a festa, alguns socialistas integram-se.

Em comum

«Existe muita coisa a fazer em comum», disse um socialista de Santarém a um militante do PCP, afirmando que o PS tem de modificar a sua posição. No geral, em todo o distrito se registaram manifestações de regozijo pela vitória e em vários concelhos membros do PS dirigiram-se aos CT's do Partido a agradecer a contribuição dos comunistas na derrota do candidato da reacção. Foi também o que aconteceu em Alpiarça, por exemplo, onde a visita terminou em grande e animada confraternização, abraços e alegria. «Temos que nos unir», disse-se. Comunistas e socialistas correram as ruas da vila gritando «25 de Abril Sempre, Fascismo Nunca Mais!» Em Coruche também o PCP recebeu a visita de membros do PS que saudaram o Partido pela vitória alcançada.

Coimbra. Soares fez o pleno dos votos democráticos, e ultrapassou-o mesmo em todos os concelhos do distrito. Até nos rurais, tanto nos mais desenvolvidos do Baixo Mondego, como nos mais atrasados da Serra, mesmo nos concelhos urbanos. Venceu o candidato da direita em oito concelhos e no distrito. Nas freguesias de maioria APU é onde Soares alcançou as maiores percentagens — em Arzila passou de 41 por cento para 87,8; no Ameal alcançou 71,9; em Torres de Mondego subiu para 70,7; na Figueira da Foz, freguesia de Vila Verde, também APU, subiu de 26,5 para 78 por cento!

Não admira que as manifestações e festejos tivessem ocorrido em praticamente todos os concelhos — só em Tábua não houve festa porque um corte de energia impediu o conhecimento oportuno dos resultados. Os foguetes estalaram pela noite fora nos campos e nas aldeias do distrito.

O PCP no centro das atenções

Logo às 20 horas, o CT de Coimbra «abriu-se» para a rua. Foram os comunistas os primeiros a «sair». E na cidade do Mondego houve só uma manifestação, a que se associou muita gente, unindo-se as bandeiras do Partido, do MASP e do PS, cruzando-se a manifestação com grandes caravanas onde avultavam as bandeiras socialistas, trocando-se saudações, gritos de Unidade e de Vitória.

«A certa altura, o Centro do PCP parecia mais a sede da candidatura», disse-nos um camarada, contando



que todos os carros ali iam passar, as pessoas saudando, agradecendo a posição dos comunistas, gritando «assim se vê a força do PC!» dirigentes locais do PS e do MASP telefonaram a cumprimentar o Partido e foram ao encontro de responsáveis comunistas na manifestação.

Deu-se depois a «invasão» do Centro de Trabalho, por muita gente — do PCP, do PS, de democratas que ficaram em convívio até às tantas.

O PCP esteve — está — no centro das atenções e das conversas. Para dizer bem e... para dizer mal. Uns responsabilizam os comunistas e os seus votos seguros e certos pela derrota de Freitas; outros agradecem os votos dos comunistas pela vitória de Soares. Ambos têm razão.

Nos dias seguintes, destacados membros do PS asseguravam que esta era a unidade que «rendia»...

Bandeiras e abraços

No Porto foi a enchente. Há quem diga que nem o S. João faz descer à Baixa tanta gente como a que ocupou a cidade, vinda de toda a parte, mesmo das áreas urbanas limitrofes. Só que no S. João não faz aquela ventania nem chove assim como chovia cerca das 21 horas do dia 16. Grandes manifestações de alegria, abraços, beijos. E bandeiras. Todas — do PCP, da APU, da Inter, do PS, do MASP. E também do PRD. Tudo o que era bandeira — menos as reacções

nárias, claro — drapejou. Até da antiga UJC; e da FRS; de clubes de futebol — do Porto, do Salgueiros, do Boavista!

Os socialistas, e gente com bandeiras de Soares vinham abraçar os comunistas. «Vocês foram fixes!», diziam. «Vocês conseguiram.» E disseram mais. Disseram, com os comunistas, que «Fascismo Nunca Mais», que «O Povo Unido Jamais Será Vencido». E também deram largas à imaginação, inventando novas e apropriadas palavras de ordem, na linguagem apropriada e vernácula do Porto popular. «Com a esquerda unida, a reacção está... tramada», era mais ou menos esta a ideia.

Socialistas destacados vieram cumprimentar dirigentes do PCP, considerando que o Partido foi fundamental na vitória.

Há muitos anos que se não via tão sentida expressão de sentimentos unitários como o que se viu no Porto nessa noite.

Manifestações de alegria e de unidade democrática também se viverem no Minho, sobretudo em Braga, Guimarães, Famalicão, Viana do Castelo, Barcelos, Fafe, Ponte de Lima e Vieira do Minho (nesta vila chegou a haver uma caravana de 180 carros na terça-feira seguinte!). Nestas terras também as bandeiras, todas as da democracia, saíram à rua. E também no Minho se assistiu e viveu a confraternização entre comunistas e socialistas.

O mesmo em Bragança. Bandeiras e abraços. Como nem no 25 de Abril, disseram-nos. ■

■ Henrique Custódio

CONHECE O COUÇO, DR. MÁRIO SOARES?!...

Fica no concelho de Coruche, numa quase indecisa geográfica entre o Alentejo e o Ribatejo (embora pertença a este último) e foi a freguesia onde Mário Soares obteve a sua mais expressiva vitória nacional, na segunda volta das eleições presidenciais. Tal singularidade começa a assumir contornos prodigiosos mal lá entramos: olha-se e não se vê uma única faixa do candidato vencedor, percorre-se a povoação e são de outros, os cartazes que forram as paredes, que não os do novo Presidente da República. Mas o prodígio não fica por aqui — e a perplexidade muito menos — quando se descobre, em tintas de várias idades e às vezes nas mesmas paredes, a frase «SOARES RUA!» motejada a diversas cores e sempre garrafalmente, não vá o viajante ser míope. E este, mesmo não o sendo, repega no mapa e nos apontamentos e começa a coçar na cabeça, subitamente apreensivo. Mas não há dúvidas, c'os diabos! é ali mesmo: distrito de Santarém, concelho de Coruche, Mário Soares 80 e não sei quantos por cento — freguesia do Couço.

É claro que o viajante não pode saber que três semanas antes do mesmo Mário Soares havia ali obtido, na primeira volta, qualquer coisa como 261 votos, ao arripio dos 2702 que recebeu dias depois, tal como ignora que o ex-secretário-geral do PS e respectivo partido nunca conseguiram, no Couço, muito mais que os 261 escrutínios da primeira volta das Presidenciais/86. E ainda bem que ignora. Mas se lhe disserem que Salgado Zenha (cujos cartazes viu por todo o lado) conquistou naquela freguesia 2447 votos, contra os já referidos 261 de Mário Soares, já não precisa de saber que Ramalho Eanes, em 1980, ou Octávio Pato, em 1976, conseguiram re-

sultados semelhantes aos de Soares/2.ª volta, para respirar de alívio e concluir que não está doido ou num mundo de pernas para o ar, mas apenas numa terra de comunistas. Onde, votar, nunca foi um gesto gratuito ou acto leviano; onde, votar, já desencadeou das mais célebres lutas políticas e sociais vividas no nosso País, em pleno regime fascista e sob feroz repressão.

Acontece, que se trata de uma terra onde já havia gente a lutar nas praças de jorna, enfrentando a GNR e a prisão, quando o novo Presidente da República ainda andava de calções. De uma terra que se habituou à luta política muito antes do nascimento do

ex-secretário-geral do PS, ainda nos alvares da República e sob a influência de um célebre professor primário. De uma terra quase permanentemente em estado de sítio, para onde os soldados da GNR iam destacados como se fossem para o inferno e de onde saíam e saem (com as clássicas excepções dos reaccionários empedernidos) muitas vezes saudosos e sempre a concluir que, afinal, viveram num sítio de gente séria, pacífica e trabalhadora como poucas. De uma terra cuja consciência política permite, há muitos anos, a presença ou a manifestação de opiniões políticas adversas, ou mesmo provocatórias sem que alguém vá a correr a tocar a re-

bate ou desencadeie qualquer acto de violência ou agressão. De uma terra particularmente fértil e bonita, na bacia do Sorraia, onde a luta, o trabalho e a festa tantas vezes se fundiram nas condições mais adversas e hoje constituem um património cultural, político e social verdadeiramente comvente. Uma terra enfim, como tantas outras, onde o trabalho é vivido com a generosidade, a paixão e o sentido da solidariedade dos homens de corpo inteiro — que merece não uma mas várias reportagens, não breves, mas demoradas visitas.

Ser eleito por tal gente, é uma honra. Particularmente para o dr. Mário Soares...

Já não temos de ir à Serra da Burra

Quiésemos falar com representantes da «velha guarda» comunista na Freguesia do Couço e num repente se arranjou uma boa meia-dúzia (que acabou por se reduzir a cinco, dado que o António Camilo teve de ficar no escritório da Cooperativa, na altura da conversa). Nomes, por sequência de lugares na mesa: Arménio Marques Gil, 55 anos, alfaiate; José Vicente Henriques, 63 anos, carpinteiro; João Camilo, 66 anos, reformado; Arnato David Brás, 60 anos, vendedor de peixe; Manuel Henriques Custódio, 65 anos, barbeiro e comerciante (reformado). Foram estes — que estavam mais «à mão» — mas podiam ser muitos outros, como bem se sabe naquela terra onde a qualidade e a quantidade sempre andaram de mãos dadas — «e não apenas politicamente», frisaram. A conversa decorreu no «Café Maróilha» em Santa Justa, antiga propriedade do último entrevistado (hoje trespassado a gente mais nova) e constitui um problema de condensação. Não que falassem muito — o que tinham era muito para dizer... Uma última observação biográfica: todos começaram a sua actividade política clandestina, no quadro da organização local do PCP, em 1943/44, à excepção de Arménio Gil (o mais novo), que o fez a partir de 1958.

política da nossa terra, que não existe por acaso, vem de uma luta com muitos anos. Antes de 1943 (o ano da implantação do Partido no Couço), já havia lutas de carácter social. Em 1933 a GNR agrediu um trabalhador na praça de jorna, os camaradas reagiram, cercaram e perseguiram os guardas, que se tiveram de refugiar no Posto. No dia seguinte os trabalhadores foram escolhidos a dedo e levados para Santarém a pé, à frente dos cavalos da GNR, onde estiveram presos um mês!

Manuel Henriques interrompeu, com vivacidade:

— Isso foi a luta do tempo do «bigode de arame»! Éramos todos galatos, eu ainda morava no Couço e sai de lá com 12 anos!

Concordaram. As rememorações emaranharam-se umas nas outras, a informação fluía, já, de um diálogo rápido: O «bigode de arame» era um cabo da Guarda particularmente brutal e o episódio do trabalhador espancado na praça de jorna antecedeu outros, onde a luta por melhores jornas se articulava com acções ora de solidariedade com os republicanos que se batiam na Guerra Civil de Espa-

nha, ora de protesto pelo auxílio de Salazar aos franquistas. João Camilo precisou:

— Ainda em 1941 — antes, portanto, da organização do Partido no Couço — fez-se aqui uma marcha da fome como protesto pelo envio de comida para o Franco, ao mesmo tempo que se procurava angariar apoios para as pessoas mais carenciadas da freguesia.

Subir em flecha

E chegou 1943, o ano da implantação do Partido na freguesia.

— As lutas subiram logo em flecha — continuou João Camilo — sobretudo as que exigiam melhores jornas e jornadas de trabalho.

José Vicente pegou na palavra:

— Em 1945 acabou a guerra e fundou-se o MUD no Couço...

— Sim, sim — ajuntou Manuel Henriques — a vitória dos aliados e uma certa influência dos Ingleses sobre o regime fascista, logo no pós-guerra, impôs uma abertura. Mas foi uma «abertura» muito apertada: só em 1949, com o Norton de

Matos, se conseguiu impor a presença de candidatos democráticos. Nessa altura chegámos mesmo a ir a Montargil para uma sessão, mas os fascistas fizeram fugir o rapaz que tinha a chave do barracão e a sessão não se fez. Eram proibidos ajuntamentos ao ar livre...

Com tudo isto, a repressão fascista não demorou a fazer sentir-se na Freguesia. Foi de novo João Camilo que pomenorizou:

— Em 1947 fizeram-se as primeiras prisões com carácter político. Prenderam-me a mim, aqui ao Arnato, ao João Labaredas, etc. A partir daí passaram a prender as pessoas por dá cá aquela palha, estivessem ou não ligadas ao Partido.

Arménio Gil testemunhou, com a sua própria experiência:

— Em 1949, tinha eu 18 anos e não estava ainda ligado ao Partido, sofri a primeira prisão, juntamente com outros. A coisa foi muito simples: o dr. Prates Ribeiro, figura grada do regime no concelho de Coruche, andou por aí a pedir o voto às pessoas. Respondi-lhe que não votava pois passávamos fome e não estávamos de acordo com o Estado Novo. Dias depois vieram buscar-nos para Coruche e, depois, Santarém, onde estivemos várias semanas encarcerados.

— Eram muito «pedagógicos» —riu-se Arnato Brás, conduzindo de seguida a conversa para a campanha de Humberto Delgado, a luta mais significativa que se seguiu:

— Tudo começou pela formação da Comissão de Apolo a Arlindo Vicente, Comissão que participaria no trabalho distrital para a desistência deste em favor da candidatura única do general Humberto Delgado. Estava-se no ano de 1958, era o tempo das reuniões clandestinas à noite, por esses campos fora, a trocar as voltas à Pide, e aos bufos! Na Serra da Burra chegou a haver reunião com 60 pessoas. Hoje, felizmente, já não temos que ir para lá!

Os episódios da luta começaram outra vez a saltar, vivos e apaixonados, para dentro do diálogo. Vale a

pena passá-los para o outro lado dum substituído, dando de novo a palavra a João Camilo.

Os votos de janela aberta

— Quando foi da campanha do Humberto Delgado, só podiam votar os eleitores que pagassem contribuição de 100\$00 para cima. Só que aqui havia muita gente nessas condições, porque o regime fascista tinha a curiosa política de impor contribuições aos pequenos comerciantes ou trabalhadores por conta própria às vezes iguais ou superiores às exigidas aos grandes latifundiários.

Além disso — ajuntou Arménio Gil — o fascismo viu-se forçado, nessa altura, a dar uma «aberturazinha», concedendo um prazo muito curto para as inscrições de quem quisesse votar. Eu e mais alguns conseguimos os nossos nomes nos cadernos eleitorais dessa forma.

Entretanto — prosseguiu João Camilo — foram destacados camaradas menos conhecidos na altura para a batalha «legal», onde se conseguiram coisas notáveis. Mas talvez, para abreviar razões, seja suficiente falar do comício.

Era mais que suficiente. Ora vejamos: — No âmbito da campanha legalmente conquistada, realizou-se em um comício numa garagem do Couço. A GNR cercou o local mas não podia fazer nada, tínhamos conseguido a autorização necessária. Chegaram os oradores, o recinto encheu-se e ficou mais gente fora que dentro. A coisa correu normalmente, o fascismo e Salazar levaram descasca de alto a baixo ali mesmo nas barbas da Guarda e no final, enquanto o recinto se esvaziava da multidão que o abarrotara, começou a formar-se um notável monte de pedras a um canto da sala. Quando saiu toda a gente, ficou lá um monte delas que dava para fazer uma casa!

Riram-se de novo, saboreando o episódio — onde, pelos vistos, quem esteve à beira de «saborear» uma chuva de



(foto cedida por João Camilo)

Eis um documento histórico: a comemoração do 1.º de Maio de 1960, no Couço, em pleno fascismo e com a sede de Freguesia ocupada pela GNR. Para iludir a proibição das forças repressivas, a população dirigiu-se em peso para junto da «ponte caleira», obra de rega do vale do Sorraia construída sobre o próprio rio, sob o pretexto de ir participar numa «pescaria». Quem não «pescou» nada foi o fascismo, que apesar do aparato repressivo com que ocupou militarmente a zona, sofreu, ali mesmo, mais uma derrota imposta por poderosa contestação de massas



Apesar da sangria da migração e emigração, a Freguesia continua a ter muita juventude. À hora da nossa visita só conseguimos «apanhar» a faixa mais jovem (no caso, as crianças das Escolas Primárias de Santa Justa). Os outros estavam nas oficinas ou nos campos da Reforma Agrária, ombro a ombro com os mais velhos e participando, de corpo inteiro como sempre por ali se usou, na vida da comunidade

pedrada foram as forças repressivas do regime. Mas o mais curioso estava para vir. José Vicente pegou na palavra:

— Pode-se dizer que, aqui, essas eleições presidenciais decorreram legalmente: o Partido havia destacado camaradas para vigiar todas as operações, e quando chegou a altura da contagem dos votos toda a população se concentrou no local do escrutínio, exigindo que tudo fosse feito à vista de toda a gente. E foi o que aconteceu: a contagem fez-se de janelas e portas abertas, com o pessoal a festejar em alta gritaria cada voto no Humberto Delgado. No final verificou-se que este havia ganho por grande vantagem sobre o «cabeça de abóbora», o que deu origem a uma espectacular manifestação antifascista. Mas a história não acaba aqui: a população exigiu que os resultados fossem de imediato passados em edital e afixados no local, para impedir qualquer burla. E que remédio tiveram eles, se não ceder!

Foi um extraordinário trabalho de organização do Partido. Formaram-se piquetes que, num abrir e fechar de olhos, fizeram alastrar a greve por toda a freguesia e tiveram um papel preponderante no seu alastramento para fora dela, nomeadamente para Montemor, Montargil, Vendas Novas, etc. Isto apesar de o Couço estar já cercado por GNR's. Cortaram-se as comunicações telefónicas e duas horas depois a PIDE (que já lá tinha um destacamento) fez três prisões (entre eles, o João Camilo). A população concentrou-se junto ao Posto da GNR e após horas de grande tensão, os esbirros do regime tiveram de libertar os prisioneiros, que foram levados em ombros. Entretanto afdigavam-se em tentar restabelecer as ligações telefónicas, mas mal as arranjavam num sítio, eram cortadas

no outro. E a greve prosseguia, total e cada vez mais vasta. Até a freguesia foi ocupada militarmente por nada menos que 300 soldados da GNR, os presos recém-libertados de novo levados para o Posto e ali mantidos longas horas, na óbvia manobra de atrair outra vez a população e, nessa circunstância, esmagar tudo a ferro e fogo. Enganaram-se, porque ninguém lá foi. E a greve prosseguiu, enquanto a PIDE fazia prisões em massa. Mais de 100, em poucos dias, entre eles 13 mulheres. Quem fosse apanhado na rua era espancado (houve centenas de agressões) mas a greve cumpriu-se totalmente, nos oito dias previstos. Durou ainda mais oito, mas por «lock-out» dos latifundiários. Mesmo assim, apesar de haver mais de 100 habitantes nos cárceres políticos, logo a seguir conseguiu-se uma petição na freguesia com quase 2000 assinaturas, enviadas à Presidência da República e exigindo, nem mais nem menos, que a demissão imediata de Salazar!

A conversa continuou, reconstruindo com minúcia o trajecto político-social da freguesia até aos dias de hoje e trazendo à superfície acontecimentos tão importantes como a luta pela jornada



O rio Sorraia nasce ali, com a junção dos rios Sor e Raia. Couço e Santa Justa — os dois principais lugares da Freguesia — estão, respectivamente, nas margens esquerda e direita. A unir as duas povoações há uma ponte que recebeu o nome do homem que, durante gerações, garantiu as ligações por barco na época das cheias e quando a ponte de madeira, então existente, ia por água abaixo. De qualquer modo o que nunca foi por água abaixo foi o sentido da solidariedade que há muito transformou a Freguesia num todo, com os seus diversos lugares e um vale agrícola de beleza e fecundidade singulares

depoimento condensado:

Foi um extraordinário trabalho de organização do Partido. Formaram-se piquetes que, num abrir e fechar de olhos, fizeram alastrar a greve por toda a freguesia e tiveram um papel preponderante no seu alastramento para fora dela, nomeadamente para Montemor, Montargil, Vendas Novas, etc. Isto apesar de o Couço estar já cercado por GNR's. Cortaram-se as comunicações telefónicas e duas horas depois a PIDE (que já lá tinha um destacamento) fez três prisões (entre eles, o João Camilo). A população concentrou-se junto ao Posto da GNR e após horas de grande tensão, os esbirros do regime tiveram de libertar os prisioneiros, que foram levados em ombros. Entretanto afdigavam-se em tentar restabelecer as ligações telefónicas, mas mal as arranjavam num sítio, eram cortadas

após a campanha de Humberto Delgado (e plenamente vitoriosa, com a organização do Partido a ser quase desfeita em finais de 1960 e a ressurgir, com mais força, no ano seguinte), a resistência antifascista que se manteve viva apesar das mais de 200 prisões ocorridas na freguesia, totalizando para cima de 200 anos de encarceramento, ou, pós-25 de Abril, a entrada fulgurante na Reforma Agrária e na transformação das condições de vida das populações através de um Poder Local hegemónico e criativa perante a brutal ofensiva contra a Reforma Agrária desencadeada por sucessivos Governos reaccionários.

Foi nesta freguesia — vítima, na primeira pessoa, da política restauracionista dos seus próprios Governos — que Mário Soares obteve a sua mais expressiva vitória eleitoral a nível nacional. Foi com freguesias como esta — e são muitas — que Mário Soares se viu, surpreendentemente, eleito Presidente da República. Será bom que o não esqueça. E que não se lembre, de novo, nos tempos que correm, de pretender dar «lições de democracia» a tal gente. ■



Da esquerda para a direita: Arménio Marques Gil, José Vicente Henriques, João Camilo, Arnato David Brás e Manuel Henriques Custódio. Falamos com estes, que estavam mais «à mão», mas podíamos fazê-lo com vários outros, numa terra onde a qualidade e quantidade sempre andaram de mãos dadas



Da esquerda para a direita: Lúcio Nunes Sabino (pequeno agricultor), Manuel Joaquim Brás (operário agrícola) e Domingos Catarino (operário agrícola). Pertencem todos à Comissão Directiva da Junção das UCPS/Cooperativas de Santa Justa e com eles mantivemos uma frutuosa conversa sobre a Reforma Agrária na Freguesia, onde se avançaram experiências pioneiras, quer no campo da produção que nas formas organizativas. A falta de espaço impediu-nos de abordar com mais detalhe este aspecto da vida do Couço. Noutra vez será



Da nossa enviada especial
Anabela Fino

CUBA

Um balanço positivo...

Cada Congresso deve ser um balanço do que foi feito, uma crítica enérgica do que foi deixado por fazer e uma projecção optimista e decidida para o futuro, confiantes na nossa força revolucionária, na nossa moral de luta e nas imensas possibilidades do socialismo. Não temos medo de assinalar as nossas deficiências, mas também não hesitamos em divulgar os grandes êxitos da nossa revolução e a nossa profunda e sólida confiança no amanhã.

Quando Fidel Castro proferiu estas afirmações, no início da apresentação do Relatório ao III Congresso do Partido Comunista de Cuba, estou certa de que poucos seriam os jornalistas presentes em Havana convencidos de que tais palavras poderiam ser tomadas à letra. Daí, talvez, a forma quase febril com que se empenharam na divulgação da parte crítica do documento, na euforia de quem finalmente encontrou as falhas a apontar e uma hipotética prova de que em Cuba muita coisa não vai bem. Ou mesmo de que muita coisa vai mal, a pontos de Fidel vir a público apontar os problemas, qual professor contrariado face a alunos com pouco aproveitamento...

O ridículo da situação, como de resto Fidel Castro não deixaria de sublinhar na sua intervenção de encerramento dos trabalhos do Congresso, é que aqueles jornalistas quase ignoraram a primeira parte do Relatório — justamente a que sublinha os importantes êxitos dos últimos 25 anos — e o facto elementar de que a crítica e a auto-crítica feitas, e sem dúvida severamente, são uma prova da dinâmica e da vitalidade da revolução cubana, um testemunho da consciência de que o muito realizado pode e deve ser multiplicado e melhorado.

E no entanto não seriam poucos os países que gostariam de poder apresentar um balanço quinquenal proporcional ao de Cuba, nestes tempos conturbados de crise geral da economia mundial.

Um balanço que apresentasse um crescimento médio do produto social global da ordem dos 7,3%, ou um aumento dos investimentos no sector estatal civil de cerca de 34,2%, para já não falar do crescimento da produtividade do trabalho a um ritmo de 5,2% ao ano, aliados a uma efectiva pou-

pança no consumo material por peso de produção e uma redução do consumo de energia por peso de produção da ordem dos 25% entre 1980 e 1985.

Desenvolver, poupar e investir para consolidar e defender a revolução seriam de resto as palavras de ordem mais divulgadas por todo o país, e que em Havana se encontravam a cada passo, qual carolário do famoso *No Pasaron!* Porque a preocupação com o perigo imperialista continua a ser uma constante plenamente justificada, como de resto comprovou a provocação norte-americana registada durante o Congresso e de que damos conta em separado.

Palavras de ordem que com maior ou menor eficácia foram levadas à prática nos diversos sectores da vida económica e social.

A título de exemplo

A título de exemplo, refira-se que no sector açucareiro (o mais importante em termos de exportação) a produção aumentou no quinquénio 12,2%, não obstante as desfavoráveis condições climáticas, de que as intensas secas e o furacão Kate são bem testemunho. De salientar ainda neste sector o facto de todas as centrais açucareiras terem sido convertidas em complexos agro-industriais, garantindo não só um aproveitamento integral da matéria-prima como também a ocupação permanente da sua mão-de-obra.

A produção agro-pecuária cresceu também de resto durante o quinquénio, a um ritmo de 3,8%, sendo notória a aceleração do processo de me-



canização, o aumento das áreas de regadio, o espaço dedicado ao pasto e culturas diversas, o incremento da produção de leite (mais 21%), de ovos (23%) e de carne (30%). Também a silvicultura não se ficou atrás, tendo a plantação de árvores atingido o nível mais alto da história cubana: 602 milhões em cinco anos.

Sem querer cair na monotonia dos números, nem fazer um levantamento total dos êxitos alcançados em Cuba nos últimos cinco anos, não resisto à tentação de assinalar que naquele país cerca de 85% das habitações dispõem já de electricidade, que a produção de rádios e televisores cresceu de 86 e 94% respectivamente e que a construção de habitações, incluindo o sector cooperativo e particular, triplicou em relação ao quinquénio anterior.

O sector da habitação, bem como o da saúde pública e o da educação, merecem de resto uma referência particular. O primeiro, devido às enormes dificuldades e vultuosos custos que coloca; os restantes, devido aos espantosos avanços que registam.

No que toca à habitação, os cubanos enfrentam por um lado o problema da necessidade de novas construções e, por outro, o imperativo de preservar ao máximo as que, embora degradadas, possuem inegável valor arquitectónico e fazem parte do seu património cultural. Não é novidade para ninguém que recuperar é na generalidade dos casos mais dispendioso do que construir de novo. Este problema é bem visível em Havana, onde um parque habitacional degradado, mas bellissimo, anda paredes meias com o de construção recente, na procura de um equilíbrio que não é fácil e muito menos económico.

Uma situação invejável

No que respeita ao sector da saúde, Cuba pode ser apontada como um

exemplo para a generalidade dos países. A esperança de vida é de 74,2 anos; a mortalidade infantil é de 15 por mil nados-vivos e o número de médicos por habitante, que era de 1 por cada 638 em 1980, passou para 1 por cada 443 em 1985.

Em 65 hospitais do país aplica-se já a técnica de diagnóstico por ultrassom; em Havana fizeram-se as primeiras transplantações de coração, o serviço médico rural foi revitalizado com a participação de centenas de jovens médicos que desde o último ano de estudo prestam serviço em hospitais e zonas rurais durante quatro anos.

Uma das iniciativas mais importantes no campo da saúde, pelo seu alcance social, foi a implementação do sistema de médico de família, que tem como objectivo garantir que o médico esteja onde está a população. Setecentos e setenta e um médicos e igual número de enfermeiras prestam já serviço em todo o país neste âmbito, estando previsto que num futuro próximo aquele número atingirá os quarenta mil trabalhadores da saúde

ao serviço da população. Saliante-se que, daqueles, mais de três quartos serão mulheres. Também a educação apresenta um panorama animador. A escolaridade das crianças de 5 anos elevou-se para mais de 80%, atinge quase o 100% entre os 6 e os 12 anos, mais de 87% das idades compreendidas entre os 13 e 16 anos e o analfabetismo é praticamente inexistente. Aqueles números são tanto mais relevantes quando se tem em conta que, aquando do triunfo da revolução, dos seis milhões e meio de habitantes um milhão era de analfabetos.

O esforço para melhorar o nível do corpo docente é igualmente notório. Segundo as previsões, num período não superior a 12 ou 14 anos, todo o ensino primário será ministrado exclusivamente por licenciados, com uma preparação equivalente a 18 anos de estudo, o que colocará Cuba entre os países mais avançados do mundo neste campo. O extraordinário avanço torna-se mais perceptível se se tiver em consideração que em 1970 apenas 30% dos professores primários eram licenciados.

Acrescente-se, para concluir, que tanto a saúde como a educação são gratuitas (além de que a generalidade das escolas, a todos os níveis, fornecem refeições gratuitas ou a preços simbólicos) e que as rendas de casa não podem, por lei, ser superiores a 10% do salário.

O que significa que os cubanos têm uma disponibilidade económica cada vez maior (os transportes não aumentam há mais de 20 anos e a inflação não é uma ameaça que pese sobre os bens de primeira necessidade), o que os torna inevitavelmente mais exigentes.

A justificar as críticas e os alertas que foram feitos no Congresso. ■

Uma provocação à americana

A notícia foi dada por Raul Castro, segundo secretário do PCC, provocando a indignação mas também a hilariedade dos presentes: como sucede com relativa frequência, um avião espia norte-americano violou o espaço aéreo cubano, perturbando os habitantes com o barulho provocado pela passagem da barreira do som.

Tratava-se, evidentemente, de uma provocação bem à americana, de quem os cubanos parecem ser capazes de esperar qualquer coisa, sem perder o bom humor. Tanto assim é que Raul Castro «propôs» aos congressistas que se tomasse o ocorrido como uma forma de saudação ao III Congresso do PCC, não perdendo a oportunidade para salientar que um dia virá em que uma delegação do governo socialista dos Estados Unidos estará presente, como convidada, aos trabalhos de um congresso dos comunistas cubanos.

Os presentes gostaram da perspectiva. Não se conhecem reacções da Casa Branca. ■



... mas não isento de críticas

Feito o balanço positivo do quinquénio, Fidel Castro entrou decididamente no campo das deficiências e das falhas, dando o que não hesito em classificar uma excelente lição de honestidade e consciência revolucionárias. Com uma voz pausada e uma postura informal, mais de quem dialoga do que de quem discursa, Fidel, que começara por pedir paciência aos congressistas para a sua intervenção de seis horas, falou de forma clara e directa dos problemas por resolver na sociedade cubana.

Mais do que uma crítica e de uma auto-crítica do trabalho do Partido e dos órgãos de poder, sociais, económicos, culturais, diria que se tratou de uma reflexão franca e aberta quanto às dificuldades objectivas que se levantam na concretização da opção socialista da revolução cubana, reflexão essa reflexo, passe a expressão, do profundo debate interno realizado no Partido durante a preparação do Congresso.

Reflexão consubstanciada na afirmação de Fidel de que se um dia o nosso trabalho nos parecer bom, devemos lutar por fazê-lo melhor; e quando for melhor, devemos lutar por fazê-lo perfeito, sabendo de antemão que para um comunista nada será nunca suficientemente bom e nenhuma obra humana será jamais suficientemente perfeita.

Durante o último quinquénio Cuba teve de enfrentar uma prolongada seca; cinco tormentas tropicais que afectaram a agricultura, sendo o furacão Kate o que mais danos provocou na economia do país; os inevitáveis reflexos da grave crise económica do capitalismo; a queda dos preços do açúcar ao mais baixo nível do século e o bloqueio imperialista.

Estas condições adversas, se valorizam os resultados positivos conseguidos não justificam, segundo os comunistas cubanos, as deficiências e as falhas.

O problema essencial da economia do país durante o quinquénio 1981/85 — segundo foi afirmado — reside no facto de que, ainda que se tenha registado um crescimento mais do que aceitável, ele foi insuficiente justamente onde mais era necessário, ou seja, na exportação de bens e serviços e na substituição das importações, fundamental para reduzir o défice na balança de pagamentos em moeda convertível.

Deficiente ainda foi o cumprimento dos compromissos assumidos, designadamente com os países socialistas, no que respeita aos prazos de entrega de alguns produtos. Deficiente também o aproveitamento das possibilidades do sector açucareiro em relação aos recursos que nele foram investidos. Outro tanto se verificou noutros sectores da agricultura e da indústria, cujas capacidades não foram devidamente exploradas.

Considerado como um dos problemas mais sérios foi a falta de integra-

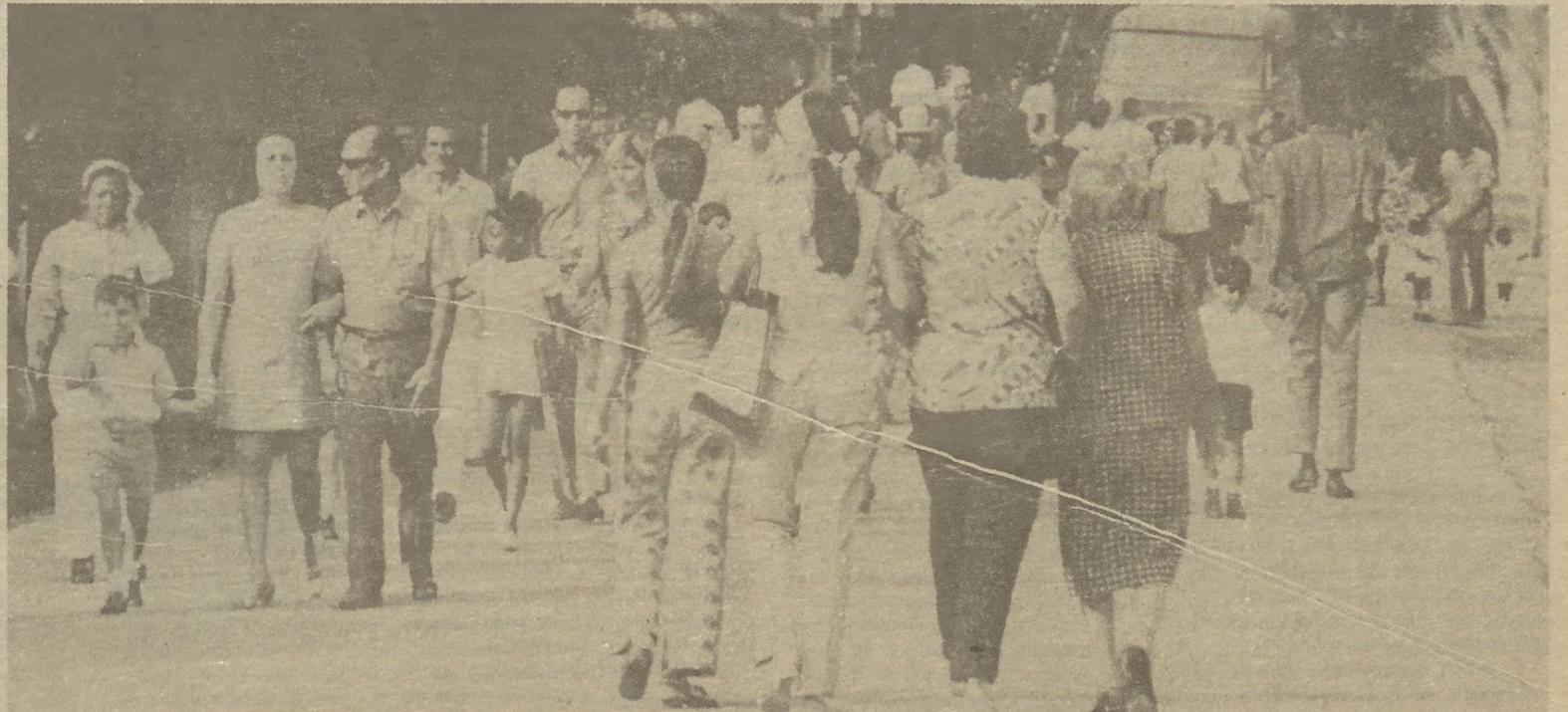
ção dos planos de desenvolvimento económico, dando origem a iniciativas sectoriais a que faltou a adequada direcção centralizada. Exemplo disso, entre os diversos apontados, foi a implantação de indústrias em zonas des-

PCC importa não perder de vista dois aspectos essenciais: primeiro, que se trata de um partido no poder; segundo, que Cuba é um país latino-americano.

Quer isto dizer por um lado que o

que num país onde a abastecimento ainda é deficiente e insuficiente (apesar dos produtos de venda controlada terem baixado para sessenta), a habitação um problema sério, a racionalização dos meios de produção aquém

res, mas sempre em estreita ligação com o objectivo maior de defender os pressupostos que os tornam possíveis de realizar. Porque se entende que os jovens possam querer «jeans» e coisas que tais, mas tudo se faz para



Desenvolver a economia e defender a Revolução são objectivos essenciais para garantir o bem-estar do povo

povoadas sem a construção de habitações necessárias para acolher a força de trabalho.

Congresso foi um debate da actividade partidária e do exercício do poder e, por outro lado, um levantamento das carências próprias de um país da América Latina.

A grande diferença, perceptível em todas as intervenções dos delegados e no que nos foi dado testemunhar, está na estrutura que se desenvolve na sociedade cubana e nas preocupações dos seus obreiros. Assim é

das possibilidades e as desigualdades entre a cidade e o campo bastante sensíveis, entre outros aspectos, se tenha como fundamental a correcção da forma de funcionamento das estruturas sociais.

Não é pois de estranhar que críticas tenham sido feitas às falhas detectadas no que toca aos produtos industriais de consumo pessoal, por exemplo, entre as quais a roupa e o calçado, que tiveram uma oferta insuficiente e instável, com «a falta de variedade, tamanhos e desapropriados, acabamento defeituoso, desenhos obsoletos e repetitivos, agravados por dificuldades na distribuição».

Ou que se apontasse como erro da maior gravidade o facto dos «preços nalguns sectores serem escandalosamente altos», na convicção de que tal «só serve para encobrir a ineficiência» e com a desassomburada afirmação que Cuba não se pode permitir ser aprendiz de feiteiro, ou seja, aprendiz de capitalista!

E tudo isto sem nunca perder de vista os perigos de se cair na tentação da sociedade de consumo. Como afirmaria Fidel Castro, recordando as deliberações tomadas em Dezembro do ano passado durante o Forum Nacional de Energia, o nosso problema é o desenvolvimento, o nosso problema é o futuro. Não podemos hipotecar o futuro por mais 10 metros de tecido per capita.

Ou seja, que a partir dos importantes problemas materiais e sociais já resolvidos, não se pode sacrificar o futuro pelas ânsias de consumo.

E aqui reside muito da diferença de que vimos falando. Porque estas questões, que são de todo o povo, são debatidas com o objectivo de responder aos legítimos anseios popula-

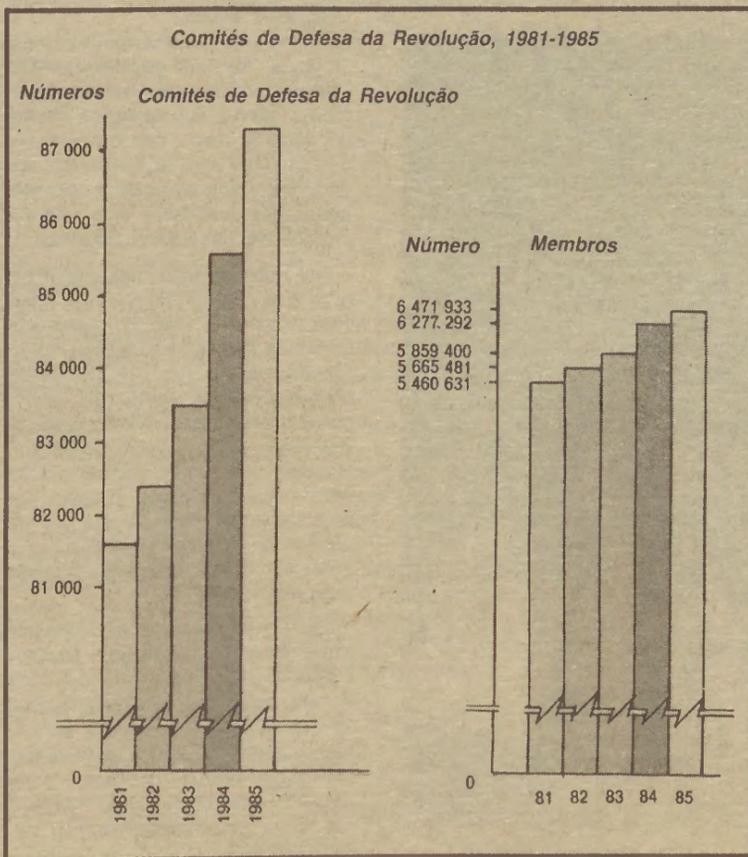
que não percam de vista o valor do essencial de que já dispõem e lhes permitirá no futuro ainda muito mais.

Por isso se afirmou que os resultados obtidos pela revolução das concepções na esfera da defesa vão ser alcançados pela revolução das concepções na esfera da economia, mas para tal é necessário que estas concepções sejam de todo o povo. Aquela era a guerra de todo o povo e esta tem de ser a batalha económica de todo o povo, a guerra económica de todo o povo.

Como se afirma no relatório aprovado pelo III Congresso do PCC, os comunistas tomaram consciência das dificuldades, erros e deficiências que podem ser resolvidos, e em especial da necessidade de um trabalho ágil, enérgico e tenaz. Não haverá pois a menor tolerância com a indolência, a negligência, a incapacidade e a irresponsabilidade. A etapa de aprendizagem deve ficar definitivamente para trás: chegou a hora de aplicar plenamente a enorme experiência acumulada e os conhecimentos adquiridos nos anos da revolução. Isso pressupõe uma consagração e entrega totais! ■

A diferença está no resto

Para se fazer uma ideia aproximada do que foi este III Congresso do



CUBA



Uma palavra para o futuro

A imagem que tentamos dar do III Congresso do PCC ficaria imperdoavelmente incompleta se não nos referíssemos ainda a três aspectos essenciais que, de certa forma, estão interligados. Trata-se do projecto de plano para o próximo quinquénio, a questão da defesa nacional e o papel internacionalista de Cuba.

Do primeiro, o que mais relevante há a dizer é que continua em debate, após aprovação pelo Congresso. Um debate desta vez de todo o povo, nacional, para que o plano quinquenal seja analisado, estudado, criticado e melhorado. Milhares de reuniões terão lugar por todo o país durante o corrente ano, em torno deste importante documento, que só depois será ratificado, numa sessão extraordinária do Congresso a realizar em Dezembro.

No plano para o quinquénio é fixado como objectivo o crescimento anual de 5%, meta considerada viável apesar da desfavorável conjuntura mundial, devido ao carácter das relações económicas de Cuba com os países socialistas, que se pretendem aprofundar ainda mais.

O plano quinquenal insere-se na estratégia de desenvolvimento que

Cuba se propõe até ao ano 2000 e cujo objectivo fundamental, no aspecto económico, é a aceleração do processo de industrialização do país.

A segunda questão, a guerra de todo o povo, é apresentada pelo Congresso de forma que não deixa dúvidas: **garantir a defesa da pátria, sem a qual não poderíamos fazer um encontro de trabalho do nosso Partido e do nosso povo, nem pensar em planos quinquenais e perspectivas, constituiu, nestes últimos cinco anos, um dos esforços mais intensos, heróicos e frutíferos.**

Esforços que permitiram, como foi salientado, **organizar quase 80% do potencial combativo do povo cubano**, ou seja, homens e mulheres com capacidade física para combater, independentemente da idade, dotados dos respectivos meios para a participação activa na defesa.

Uma das realidades mais fáceis de captar em Cuba é que a palavra de ordem: **«Pátria ou Morte, Venceremos!»** não é uma palavra de ordem vazia. Os sentimentos anti-imperialistas são notórios, como notória é a sua imensa capacidade de espanto perante as duras realidades norte-americanas relatadas pelos amigos do norte que visitam Cuba. A provar que no povo cubano existe a consciência cla-

ra que o inimigo principal é o imperialismo, que não se confunde com o povo norte-americano.

Pelo que se compreende plenamente, para quem vive paredes meias com o inimigo, a manutenção de um lema que data do I Congresso do PCC: **Enquanto existir imperialismo, o Partido, o Estado e o povo prestarão aos serviços de defesa a máxima atenção. A guarda revolucionária não se descuidará nunca. A história ensina com demasiada eloquência que os que esquecem este princípio não sobrevivem ao erro.**

Voltado para o futuro, consciente das ameaças e dificuldades a enfrentar, estranho seria que o povo cubano não fosse um exemplo de internacionalismo proletário.

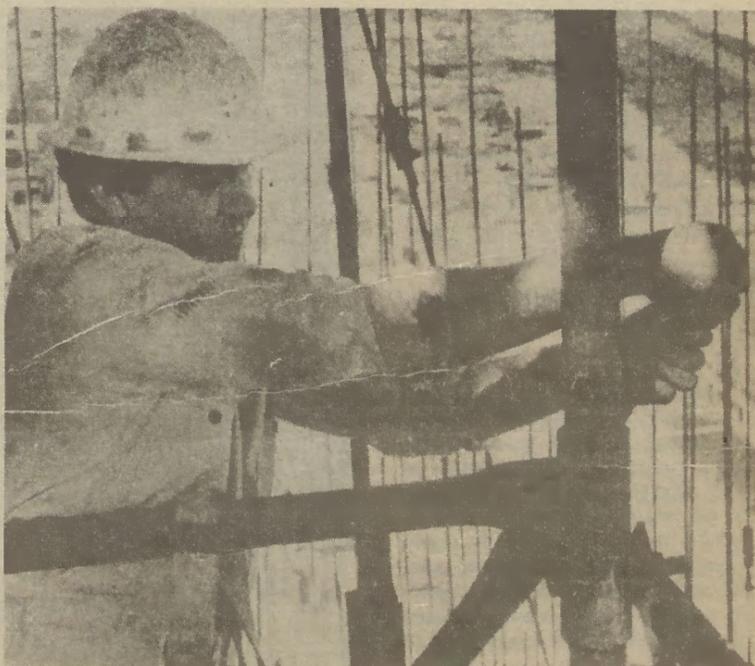
A solidariedade prestada por Cuba aos povos em luta contra o imperialismo, mesmo quando tal implica o sacrifício da vida, tem nos casos de Angola e Nicarágua os seus expoentes máximos.

Numa palavra, diria que o Congresso foi ao rubro com a afirmação - votada depois com as duas mãos no ar, simbolicamente - de que se os EUA intensificarem a sua intervenção contra a Nicarágua também Cuba intensificará o seu auxílio à revolução sandinista, o mesmo sucedendo em Ango-

la, onde os cubanos ficarão os anos que forem necessários para derrotar os planos do imperialismo.

É lindo de ver os povos quebrarem

as fronteiras que os separam através da comunhão dos ideais. Dá para perceber como um dia será bom, o futuro! ■



No quinquénio 1981/85 mais de dez mil milhões de pesos foram investidos para o desenvolvimento de Cuba

E no sábado? La rumba...

Da riqueza e fascínio da actividade cultural cubana fora-nos dado ver uma amostra, numa Gala Artística no Teatro Nacional de Havana dedicada aos convidados e delegados ao III Congresso.

Pese embora a beleza, a qualidade do espectáculo a que nos foi dado as-

sistir, confesso que me senti estranhamente defraudada nas expectativas.

Porque aquele era o tipo de espectáculo que, com uma ou outra nuance, poderia ser visto em qualquer lugar no mundo. Excepção feita à dança afro-cubana, fantástica pelo colorido, pela vida, pelas máscaras, pelo seu quê de

infantilidade, senti que alguma coisa faltava.

E aquela tarde de sábado, nosso dia de despedida de Havana, descobri num bairro da capital cujo nome me escapa que o que estava errado, na Gala, era o público!

Os termómetros deviam marcar uns 28 graus. No quarto do hotel as malas estavam prontas para a viagem de regresso, abertas apenas para a inevitável troca de roupa, que o nosso moderado clima não se assemelha aos gostosos excessos tropicais. No programa dos convidados uma surpresa inesquecível: um sábado de rumba.

Ainda não consegui decidir se o espaço é que era pequeno ou se o público é que era muito; provavelmente seriam as duas coisas. A coisa é que quando chegámos só com dificuldade e na qualidade de convidados estrangeiros conseguimos romper até ao recinto onde começava já a função. Estávamos num centro cultural cubano onde, todos os sábados, artistas e público têm lugar marcado para um encontro com as suas raízes culturais e a sua aposta num futuro cultural ainda mais rico.

Quando a música começa num batuque ritmado e os bailarinos ganham a pista de dança sinto que me é dado ver algo espantoso e arrebatador. É o som da África e a magia dos seus rituais que muitos séculos antes os escravos africanos trouxeram para Cuba, misturando-se, transformando-se e enriquecendo-se com as tradições locais.

As minhas mãos querem escrever cada pormenor mas os olhos recusam desviar-se dos dançarinos. Que demónios exorcita aquele feiticeiro? Que deuses invoca? Que simboliza o bastão que cada um impunha por sua vez? Como pode a música tornar-se tão envolvente? Como é possível que a cor seja aqui mais cor?

Todos cantam, transportados como que por magia para uma dimensão diferente, os corpos movendo-se ao ritmo que se torna cada vez mais apela-dor, até desembocar na dança espontânea de todos. Se alguma vez vi um espectáculo participado foi sem dúvida ali.

Mas as surpresas não tinham ainda acabado. Como imaginar que naquele dia o centro cultural festejava o seu quarto aniversário, com o inevitável bolo de anos distribuído a preceito pelos assistentes mais gulosos, ou ainda que a interpretação de textos do diário de campanha de Martí se poderia converter num momento alto de qualidade artística, como saudação ao III-Congresso?

Tudo ali se faz dançando ou cantando, mesmo quando apenas se diz.

E a rumba, que pequenos e grandes dançam tão bem, com requebros de corpo onde se fala de amor, de raiva, de paz, faz-nos sentir como seria bom que os pés não nos pesassem e os preconceitos não tolhessem os movimentos...

Não fora tudo isso, mais o avião, o horário, o regresso... Um pouco mais de sábado, um pouco mais de Cuba, e seria la rumba! ■



A magia da dança e da música afro-cubana com todo o seu aparato espectacular

a TV

Ter mais para ser melhor

Telejornal noticiou a partida para Moscovo de Álvaro Cunhal, onde vai como convidado ao XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Aproveitou a altura para tecer algumas desconsiderações. O costume lá de casa.

Uma coisa, porém, lhe foi impossível esconder: a admiração pelo projecto das transformações económicas e sociais em curso. De facto, como também o Telejornal referiu, a União Soviética, quando o ano 2000 lhe bater à porta, terá duplicado o volume global da sua produção!

Não há memória, na História da humanidade, de um projecto tão ambicioso quer no aspecto da sua grandeza material, quer no seu significado social.

Repare-se: quando num país capitalista a produção aumenta, a vantagem da sociedade acaba por se tornar ilusória dado que a recessão e o desemprego se tornam consequências imediatas. Veja-se no que se deu a aplicação do taylorismo, nos Estados Unidos; veja-se no que deu o "mitigado da mão"; veja-se no que deu a recuperação económica nos países da Europa Ocidental: a crise, o desemprego, a degradação social.

Pelo contrário, na União Soviética o colossal desenvolvimento económico vai processar-se de tal modo que ele se transforma em alavanca do bem-estar para toda a população. Maior produção, melhor organização, maior esforço da consciência social significarão para todos, viver melhor. A tónica não se põe em ter mas igualmente em ser. Nos próximos quinze anos os povos da União Soviética terão um mais amplo acesso aos bens materiais que se reflectirá num maior acesso à cultura, aos bens espirituais. Viverão melhor, quer dizer: serão melhores.

O homem culto é o homem do seu tempo

Após o breve intervalo produzido pelo 25 de Abril, em que os telespectadores portugueses puderam tomar maior contacto com a arte e com a vida soviéticas, eis que uma densa cortina de cortiça desceu entre o nosso país e o mundo socialista. Com todos os inconvenientes: informativos, culturais, económicos.

Repare-se: depois de não sei quantos anos de ausência, a produção soviética regressa à RTP com a Guerra e Paz...

Mas não é sobre isso que lhes quero falar e sim sobre um pormenor igualmente focado na notícia do XXVII Congresso do PCUS.

Lá se falava do estilo recente da comunicação social da URSS que, segundo o Telejornal, consistiria na mais ampla audição directa das pessoas.

É possível que esse «estilo» se tenha ultimamente desenvolvido na televisão — mas, nos outros meios de comunicação social (com particular incidência na imprensa escrita) a audição pública é uma actividade permanente. As «cartas ao director», por exemplo, transformaram-se numa verdadeira instituição nacional. A crítica social aparece-nos aí exercida com uma violência desconhecida noutros países. Basta dizer que muitos livros escritos no estrangeiro contra a União Soviética são baseados em notícias publicadas na imprensa...

Mas desculpem. Ainda não é disso que eu lhes quero falar...

Durante o encontro Gorbachev-Reagan, em Genebra, a televisão soviética fez inquirições na rua, aos cidadãos comuns. Então pudemos assistir a isto: nenhum cidadão se mostrou alheado do problema; todos estavam conscientes do que se encontrava em jogo, nos mínimos pormenores. Quer dizer: o cidadão comum está de posse de uma informação correcta que lhe permite ser uma pessoa do seu tempo, ou seja, ser uma pessoa culta.

Poderemos nós, dizer o mesmo do telespectador da RTP?...

Há perguntas que não ofendem. Mas esta ofende mesmo.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Internacional em destaque

As honras da semana na imprensa portuguesa vão para dois importantes acontecimentos internacionais: a crise nas Filipinas e a abertura do Congresso do Partido Comunista da União Soviética. São os temas inevitáveis dos nossos recortes de hoje.

PCUS: «Uma luta de 83 anos»

● «O partido que hoje inicia os trabalhos do seu 27.º Congresso é um velho partido, experimentado, forte, numeroso. É, sobretudo, o primeiro partido da classe operária que assumiu os destinos de um país.

O PCUS desbravou caminhos desconhecidos, enfrentou com heroísmo as mais difíceis situações, tão difíceis que a adjectivação se torna desnecessária e talvez até inútil... Em 1917, numa guerra civil, na Segunda Grande Guerra, a «Grande Guerra Pátria» dos soviéticos.

O que foi feito sob a direcção do partido dos comunistas soviéticos foi, sem necessitarmos de grandes frases, muito simplesmente transformar a vida no maior país do nosso planeta e influenciar o desenvolvimento da história da humanidade.

Os homens e mulheres, estejam eles onde estiverem, em Moscovo ou Nova York, na África Equatorial ou nas florestas do Canadá, no mar ou a bordo de uma nova estação espacial, ninguém pode dizer que o nascimento, crescimento e desenvolvimento do primeiro país socialista lhe é e será sempre indiferente.

(...)
Os soviéticos e o PCUS orgulham-se com razão do trabalho imenso que fizeram. Mas sabem que é preciso mais. E dizem-no. Sobre o mais que é necessário fazer — no campo da produção, da modernização e da democratização — tratará o Congresso que hoje começa no Palácio dos Congressos dentro das vetustas muralhas do Kremlin.

(AVC, «o diário», 25. Fevereiro).

● «No início do seu discurso no 27.º Congresso do Partido Comunista Soviético, Gorbachev afirmou que, nos últimos anos, a liderança do partido «ficou aquém das exigências do tempo e da própria vida».

«Os problemas — acrescentou — acumulavam-se mais depressa do que eram resolvidos. A inércia e a rigidez nas formas e métodos de administração, uma falta de dinamismo, o acumular de burocracia, tudo isto infligiu danos que não foram pequenos à nossa sociedade e à nossa causa.»

(...)
«A situação — disse ainda — pedia uma mudança, mas uma psicologia peculiar — como melhorar as coisas sem mudar nada — tornou-se predominantemente nos órgãos centrais e, como tal, alargou-se a nível local.»

Gorbachev frisou que é agora tarefa do país «superar esses factores negativos».

(...)
Pela primeira vez partidos socialistas e sociais-democratas do Ocidente foram convidados a enviar delegações ao Congresso do PCUS e 21 deles estarão presentes como os trabalhistas britânicos, os sociais-democratas suecos e alemães-federais e os socialistas italianos, franceses, espanhóis e gregos».

(«Diário Popular», 25. Fevereiro)

Filipinas: ditadura de Marcos em queda sob controlo «USA»

● «A Assembleia Nacional filipina reúne-se esta tarde em Manila

para proclamar Corazon Aquino presidente do país e anular a anterior designação de Ferdinand Marcos como vencedor das eleições de 7 de Fevereiro — anunciou Ramon Mitra, porta-voz da oposição.

Os líderes do movimento de esquerda radical «Bayan» (luta), com mais de dois milhões de filiados, também apoiaram a candidatura da oposição.

Entretanto, em Manila a situação mantém-se confusa, a bolsa não funcionou e os bancos não abriram, mas alguns supermercados estão a servir a população.

O presidente Ferdinand Marcos, embora as notícias sejam escassas, parece continuar enclausurado no Palácio de Malacanang, com a família e algumas forças fiéis ao general Fabian Ver, «o braço direito do presidente».

Pela primeira vez, os Estados Unidos apelaram hoje formalmente ao presidente filipino para que renunciê ao cargo.

Uma declaração da Casa Branca lida pelo porta-voz do presidente Reagan, Larry Speaks, afirma: «As tentativas para prolongar a vida do actual regime através da violência são fúteis. Uma solução para esta crise só pode ser alcançada através de uma transição pacífica para um novo governo».

(«Diário de Lisboa», 24. Fevereiro)

Quem são os «reformadores» filipinos

● «A revolta contra o regime de Ferdinando Marcos partiu de um movimento de reforma, desencadeado há um ano na instituição militar, que integra cerca de dois mil oficiais.

«Vimos um sistema muito acentuado de compadrio, que sentimos ultrapassar o ambiente político normal e ter efeitos adver-

sos nas forças armadas como um todo» —, afirma o coronel Greg Honasan, de 37 anos, um dos «reformadores» que se revoltou contra Marcos.

Informações sobre repressão iminente contra o grupo de Honasan levaram o ministro da Defesa, Juan Ponce Enrile e o vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Fidel Ramos, a lançar a revolta contra Marcos, acção que deixou o país à beira da guerra civil.

Os chefes da rebelião contra Marcos têm pelo menos uma coisa em comum: foram dois dos mais seguros pilares do chefe de Estado filipino durante os oito anos de lei marcial.

Advogado reformado em Harvard, nos EUA, Enrile foi uma peça-chave na imposição desta lei. Possuía poderes para emitir mandatos de prisão, busca e apreensão e tinha uma linha directa com o palácio presidencial. Mas quando Marcos levantou a lei marcial, em 1981, e nomeou o seu amigo e guarda-costas pessoal, general Fabian Ver para Chefe das Forças Armadas, muita da autoridade de Enrile dissolveu-se e o seu posto tornou-se mais administrativo.

Quanto ao general Fidel Ramos, que recebeu a sua instrução militar em West Point, nos EUA, foi sempre visto como um moderado, um militar profissional desajustado de reformas.

Foi promovido a «número um» da instituição militar durante uma licença de Ver e Washington fez saber a Marcos que gostaria que ele continuasse no lugar, mas o presidente insistiu no lugar de Ver em Dezembro de 1985.

Ramos, que está ligado ao movimento militar reformador, declarou sábado que se demitia das forças armadas, por «já não poder continuar a reconhecer a legitimidade em «Marcos».

(«Correio da Manhã», 25. Fevereiro)

PRISMA

Halley chegou! (pág. 50)

internacional

2/86



À VENDA

De direita... e vigaristas!

Na última edição do «Semanário», escreve em editorial o sr. Victor Cunha Rego, director da folha:

«E para não se dizer que as sondagens são irrealistas, revela-se que a mesma empresa, a Norma, que ao longo do ano forneceu ao Semanário o resultado das suas pesquisas, entregou-nos na antevéspera da eleição uma sondagem nacional com os resultados: Mário Soares 51,5, Freitas do Amaral 48,5, ponderados os respectivos cenários do desdobramento dos indecisos.»

Na semana anterior, no sábado antes da 2.ª volta eleitoral, dizia em lugar de destaque a folha do sr. Cunha Rego:

«Ponderados dados nacionais fidedignos, recolhidos até meados da semana, observadores no Semanário admitem que Diogo Freitas do Amaral pode ser Presidente da República. Segundo eles, menos de 10% de indecisos têm essa hipótese nas mãos.»

Naturalmente que os «dados nacionais fidedignos» de que o Semanário falava em 14 de Fevereiro são a «sondagem nacional» que a Norma entregou «na antevéspera das eleições» e a que o Semanário faz referência em 22 de Fevereiro. Assim sendo, dizendo estes que Soares ia ganhar, porque é que o pasquim escreveu que os seus «observadores» admitiam «que Freitas do Amaral pode ser Presidente da República»?

Pondo piedosamente de parte que o pessoal do Semanário seja analfabeto, urge concluir que é aldrabão.

Os presságios

Uma senhora detentora do muito nacional nome de Maria e do sensivelmente obnoxio apelido de Lygia com ipson discreta em pleno «Correio da Manhã» sobre «Os espinhos da rosa», cuja rosa será a do dr. Mário Soares.

A senhora do ipson observa que «a tranquilidade e o civismo com que, salvo raras excepções, decorreram as presidenciais deu lugar ao mal-estar, ao desassossego social, a seguir ao atentado que abateu com três tiros na nuca, à saída de casa, o director dos Serviços Prisionais». Cheia de espinhos, interroga-se: «Um aviso? Uma mensagem trágica, subtil? Parece, à primeira vista, um mau presságio, uma grande sombra a pairar sobre a eleição de Soares...». Claro que, se tivesse sido

Freitas a ser eleito, o ipson não consideraria tais coisas acerca de um atentado que por tal sinal se verificou umas horas antes de se saber quem era o eleito. Mas o que continua a ser notável é a forma conveniente como estes atentados dão argumentos aos ipsons vários desta terra.

Ele sabia...

Um ornitorrinco escrevente que assina Noé Rodrigues declara categoricamente em «O Diabo» que «o nome de Gaspar Castelo Branco constava de uma lista de eventuais alvos, sobre a qual existiam dúvidas de autenticidade. Era o primeiro nome.» Mas como é que o Noé sabe todas estas coisas acerca de listas e FPs? Não seria melhor perguntar-lhe desde já o que se segue?

Pontos Cardeais

Rigidez mental

O sr. Mira Amaral que está sentado no gabinete do ministro do Trabalho e Segurança Social desde que há governo Cavaco foi num instantinho à FIL participar num simpósio e avançou esta conclusão: a pouca receptividade às recentes medidas do Governo no sentido de atenuar as situações dos trabalhadores com salários em atraso deriva do «sintoma de rigidez mental» de muitos trabalhadores portugueses. É o resultado que dá um ministro do Trabalho andar às turras com os trabalhadores: queixa-se.

Congressos

Está confirmado: o congresso do PSD vai realizar-se no Coliseu dos Recreios em Lisboa. Respeitável público, não se dá o maior espectáculo do mundo, mas é o que se pode arranjar.

Verde

Informam as gazetas que a CEE fixou uma «taxa verde» para o escudo com vista às transacções agrícolas. Escusava-se este desvelo porque, em matéria de escudos, já andamos todos verdes.

As costas

O sr. João Coito, cujo passatempo actual é dirigir uma discreta publicação chamada «O Dia», insurge-se numa das últimas edições da folha contra o facto de alguém o ter apodado de fascista. Delicadamente, sugere ao autor da classificação que vá chamar tal coisa à sua tia. Mas a essencial razão de ser do escrito do inolvidável director do «Diário de Notícias» no tempo do fascismo é o de que os ministros têm hoje guarda-costas, coisa que, naqueles tempos da tia e a seu ver, não havia.

O sr. Coito devia estar extremamente distraído quando, à porta do jornal que dirigiria, numa tarde de 1.º de Maio de 1963, o tipógrafo Agostinho Fineza caiu varado por uma bala disparada pelos «gorilas» que então não havia. Certamente ignorou que numa outra tarde, ali na mesma rua, caiu, ar para as bandas do Largo do Calvário, um escultor chamado José Dias Coelho caiu varado por uma bala disparada pelos gorilas que então não havia. Nunca ninguém lhe contou que, na Rua da Madalena, numa tarde de 1.º de Maio de 1962, o operário Estevão Giro caiu varado por uma bala disparada pelos gorilas que então não havia.

O sr. João Coito acotovelava-se então em grande intimidade com os hierarcas do fascismo. Estará saudosos — mas tenha decoro.

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Não há esquerdas nem direitas era o que dizia o Freitas...

Não há direitas? Perfeitamente. Então onde é que está o antigamente?

Os pides que prenderam, torturaram, ó Diogo, em quem foi que eles votaram?

E os agrários e os banqueiros? Bem, quem foi, quem foi que eles escolheram, quem?

Bufos, legionários, adivinha Freitas, onde puseram eles as cruzinhas?

Se direitas não há, violentas e tristes, como é, Freitas, que tu provas que existes?

II

Veio o Cavaco dizer sorriso fininho e raso, que mandara resolver os salários em atraso.

Tudo, como se veria, era só demagogia...

Disse ele que tinha o gosto de baixar cargas fiscais. Vai a gente a ver o imposto e acaba por pagar mais...

Nisto de impostos, atura a gente cada impostura...

E do IVA o que disse ele? Disse que não tinha mal... Só que nos arranca a pele o IVA, coitadinho, o tal...

Ainda faça mais feia a aldrabice à europeia...

Longe foi o Cavaco então ao dizer com espavento que não iria a inflação mais que a 14 por cento

É governo ou é batota? É discurso ou anedota?

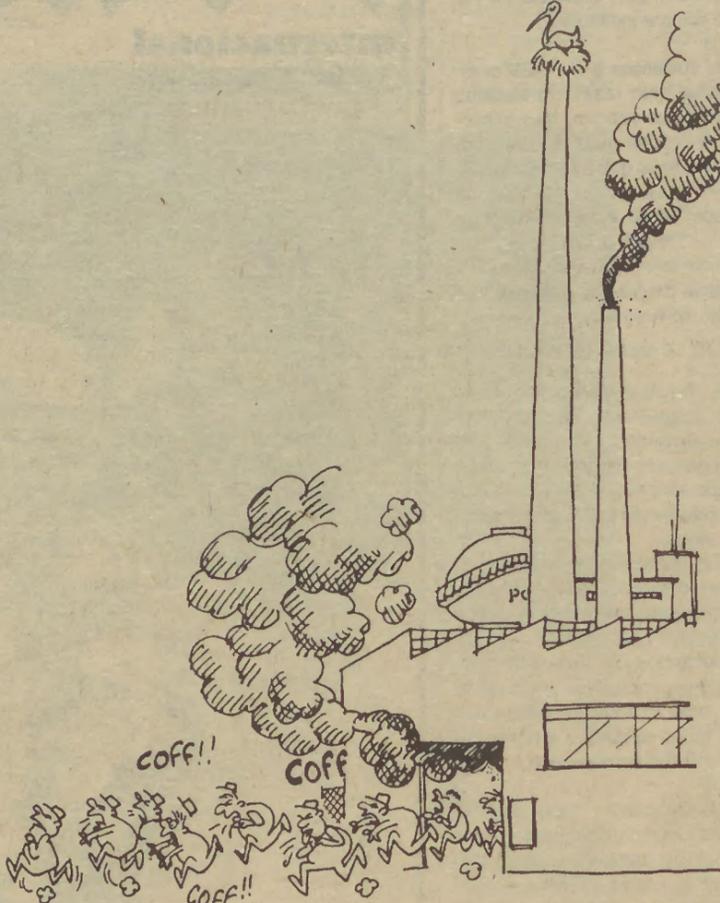
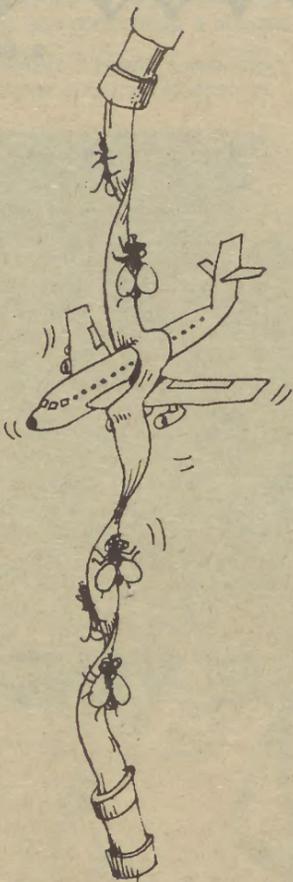
III

Lembrar-se a gente às vezes não faz mal. Quem é que o Salazar, aqui há anos, ajudava na guerra colonial? Eram os amigos dele, americanos...

Contra os povos de Angola e Moçambique vinha a palavra, o fogo, a arma a usar, vinha da CIA o ouro e vinha a clique pra melhor destruir e dominar.

E agora? Agora vê-se a mesma fita. Do mau veneno o Capital abusa. Da América vão armas para a Unita em vez de Salazar, Savimbi as usa...

Tolo, o imperialismo não entende que se perde, traição após traição. Um povo com futuro não se rende. Dólar compra um Savimbi; um povo, não.



Agenda

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 635
27 de Fevereiro de 1986
4.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente



«Direito ao trabalho para o Desenvolvimento»

Seminário organizado pela JCP

aberto a todos os interessados

Que saídas profissionais
para os jovens recém-licenciados?

Faculdade de Ciências de Lisboa

Sábado, das 10 às 18 horas

Quinta

• **NAZARÉ**
Reunião geral de militantes. Às 21.30 no CT.

Sexta

• **CANTANHEDE**
Reunião alargada da Comissão Concelhia do Partido. No CT, às 21.30.

Sábado

• **LISBOA**
Plenário de militantes da Organização Local de Lisboa nas ORT's (delegados sindicais, comissões de trabalhadores e secretariados de células de empresa). Para análise da situação política e da situação social nas empresas, e tarefas decorrentes. Participação do camarada **Octávio Pato**, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC. A partir das 14.30 no Centro de Trabalho de Alcântara.

Plenário de militantes da freguesia da Charneca para análise da situação políti-

ca e preparação da 1.ª Assembleia da Organização da freguesia. Às 15.00 no Centro de Trabalho das Galinheiras.

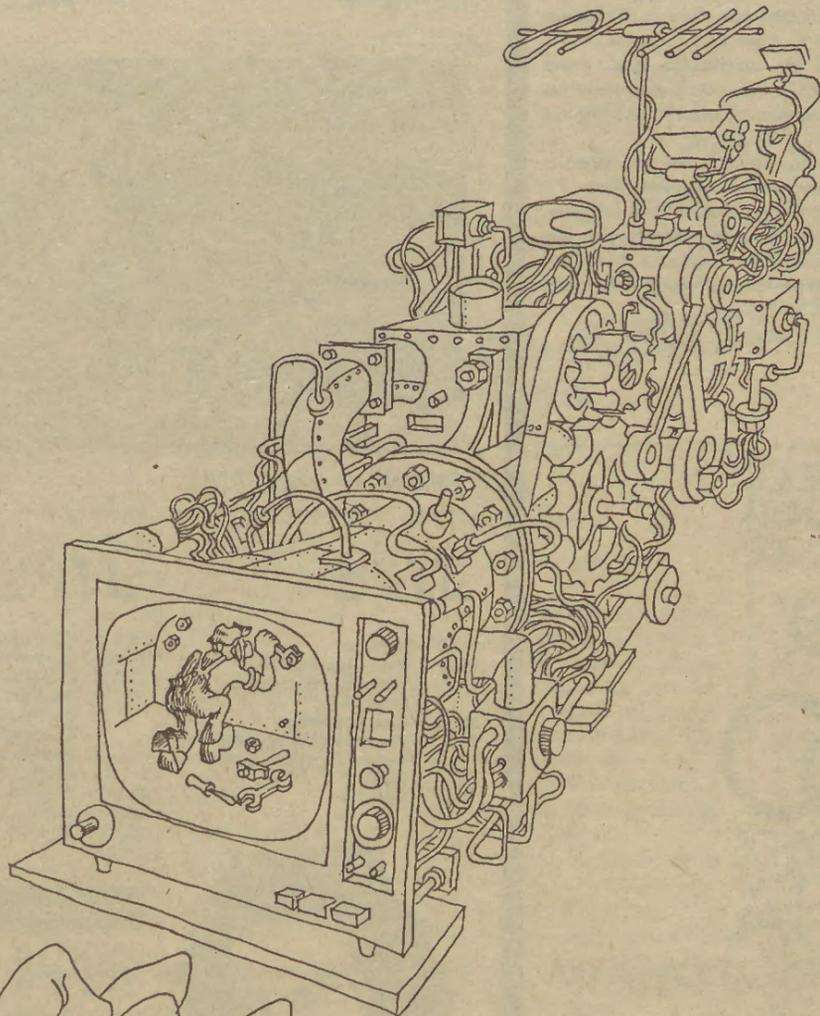
Seminário da JCP sobre saídas profissionais dos jovens recém-licenciados. Aberto a todos os interessados, na Faculdade de Ciências de Lisboa, entre as 10 e as 18 horas.

• **FIGUEIRA DA FOZ**
Plenário de militantes da freguesia de S. Julião, seguido de convívio. Às 21.30, no Centro de Trabalho.

Domingo

• **FIGUEIRA DA FOZ**
Reunião alargada da Comissão Concelhia do PCP. Às 15.00, no Centro de Trabalho.

• **COIMBRA**
Almoço-convívio comemorativo do aniversário do PCP. Com a participação dos camaradas **Carlos Costa** e **Jaime Serra**, da Comissão Política do CC. No Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos.

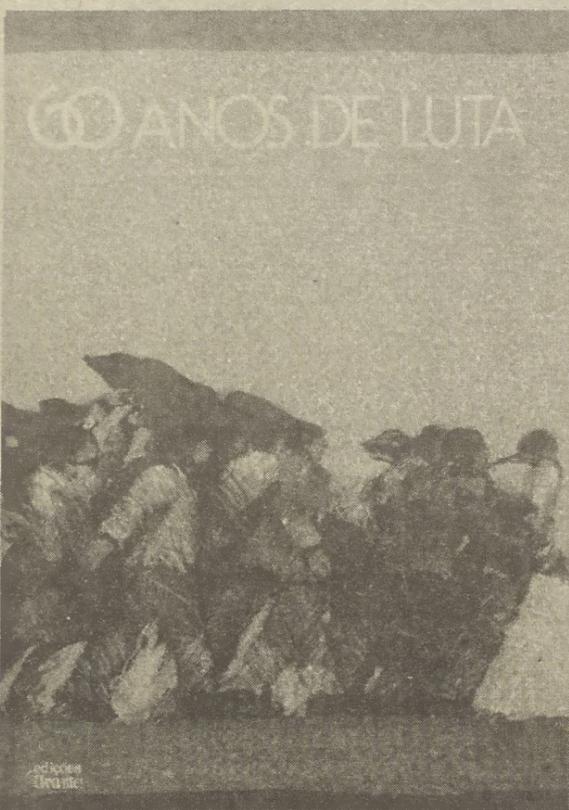


Tempo
de antena
do PCP
na RTP/1

2.ª Feira
3 de Março
às 20.30 h

depois do Telejornal

BARBE-André-François (1936) in «Les Chefs-D'Oeuvre du dessin d'humour». Publicado por «Éditions Planète» 1968.



Uma obra fundamental

edições **Avante!**

Quando o PCP se prepara para comemorar o seu 65.º aniversário, há um livro, publicado por ocasião do sexagésimo aniversário, que vem imediatamente à memória. Nele se condensam os sessenta anos de luta do PCP e, cinco anos passados, a sua actualidade precisaria apenas de um «acrescento» dando conta da história mais recente dos comunistas, cinco anos de vivas batalhas que se orientam pelos mesmos princípios, se integram na mesma luta ao serviço do povo e da Pátria.

O livro «60 Anos de Luta», que resume o essencial da exposição com o mesmo nome que esteve patente ao público entre 7 e 24 de Maio de 1981 — e que depois correu mundo — continua, pois, actual, e de um interesse histórico acrescentado, pois que não se limita a fazer a história do Partido Comunista Português, mas vai mais longe nas raízes no movimento operário de onde, em 1921, surgiria o PCP.

PARTIDO
COMUNISTA
PORTUGUÊS

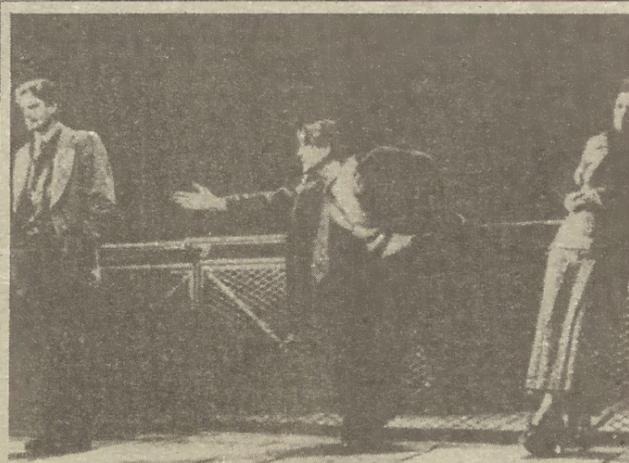


60
ANOS DE
LUTA

AO SERVIÇO DO POVO E DA PÁTRIA

1921
1981

TV O Programa



Teatro para Sempre — «Mephisto» — 2.ª-Feira, 3 — RTP-2



Telenovela «Corpo a Corpo» — 3.ª-Feira, 4 — RTP-1

Quinta

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens», 105.º Epis.
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos — «Peixes na Água», «O Ursinho Teddy»
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Desporto
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor», 167.º Epis.
- 21.15 — Série — «Sherlock Holmes»
- 23.10 — 24 Horas
- 23.35 — Remate.

Sexta

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos — Animação
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Curso de Inglês («Follow Me»)
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — Guerra e Paz, 3.º Epis.
- 22.20 — Série — «Sarielhos com Elias»
- 23.05 — 24 Horas
- 23.30 — Remate.

- 19.15 — Parlamento
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.50 — Série — «Rabo de Saia»
- 21.45 — Aplauso — «A Magia de David Copperfield»
- 23.00 — Série — «Dinastia», 1.º Epis.

RTP2

- 18.30 — Troféu
- 20.00 — Documentário
- 20.30 — RTP/Brasil
- 21.00 — Série — «Raízes», 2.º Epis.
- 22.00 — Documentário — «A Família dos Chimpanzé».

Domingo

RTP1

- 10.30 — Sumário
- 10.35 — Missa Dominical
- 11.30 — 70 Vezes 7
- 12.00 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.05 — TV Rural
- 13.35 — Tempo dos Mais Novos
- 15.30 — Sessão da Tarde — «Que o Diabo Seja Surdo»
- 17.00 — O Novo Mundo Selvagem
- 17.30 — Clube dos Amigos Disney
- 19.00 — Top Disco
- 19.45 — Dar e Receber
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.30 — Crónicas de Bem Dizer
- 21.00 — Série — «George Washington», 4.º Epis.
- 22.00 — Domingo Desportivo
- 23.00 — Últimas Notícias.

RTP2

- 19.40 — Novos Horizontes
- 20.00 — Adágio
- 20.30 — Nós Por Cá
- 21.15 — Cine-Clube — «Uma Marido para Ana», realização de Giuseppe De Santis (Itália/1953).

Segunda

RTP1

- 12.00 — Sumário
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Jornal da Tarde
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — As Origens e os Costumes — A aldeia do Pego em dia de casamento
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor», último episódio
- 21.15 — Concurso 1, 2, 3
- 23.15 — 24 Horas
- 23.40 — Remate.

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.35 — Desenhos Animados
- 20.00 — RTP/Açores
- 20.30 — 2.ª Volta
- 21.00 — Zoom
- 21.25 — Notícias

- 21.30 — Teatro para Sempre — «Mephisto» (I Parte), baseado no romance de Klaus Mann. Encenação de Ariane Mnouchkine para o Théâtre du Soleil (Paris/1979)
- 23.15 — Últimas Notícias.

Terça

RTP1

- 12.00 — Sumário
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Jornal da Tarde
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Trânsito
- 19.50 — Boletim Meteorológico para a Agricultura
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Corpo a Corpo», 1.º episódio (Guião de Gilberto Braga, realização de Denis Carvalho e Jayme M. Matarazzo, produção da TV-Globo/Brasil)
- 21.15 — Programa da Direcção de Informação
- 22.15 — Série «Chefes», último episódio
- 23.15 — 24 Horas
- 23.35 — Remate.

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.35 — Desenhos Animados
- 20.00 — Videopolis
- 20.30 — Falar de Macau
- 21.00 — Sessão das Nove — «Pedro Ovelha Negra»
- 23.00 — Últimas Notícias.

Quarta

RTP1

- 12.00 — Sumário
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Jornal da Tarde
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 15.55 — Futebol — Dukla de Praga-Benfica (transmissão directa)
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Pedro Homem de Melo (no 2.º aniversário da sua morte)
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.25 — Boletim Meteorológico
- 20.30 — Vamos Jogar no Totoloto
- 20.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
- 21.30 — Noite de Cinema — «Hatari!»
- 23.00 — 24 Horas
- 23.20 — Remate.

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.35 — Desenhos Animados
- 20.00 — Mulher a Mulher
- 20.30 — Série — «Holocausto Nuclear», 1.º episódio
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Foi Éxito na TV — «Tempo de Coimbra».



Futebol — 4.ª-Feira, 5 — RTP-1

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.37 — Desenhos Animados — «Robin dos Bosques do Espaço»
- 20.00 — Conheça Melhor
- 20.30 — Voo para a Morte (telefilme realizado por David Lwell Rich)
- 21.40 — Notícias

RTP2

- 19.30 — Notícias
- 19.35 — Desenhos Animados
- 20.00 — Enquanto É Tempo
- 20.30 — Espaço Jazz — Willie Dixon e os «New Generation of Chicago Blues» em programa gravado durante um recente Festival de Jazz de Berlim
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Directo/2
- 22.30 — Notícias.

Sábado

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.05 — Tempo dos Mais Novos
- 14.00 — Sport Billy
- 14.30 — Rugby — País de Gales-França para o Torneio das 5 Nações
- 16.15 — Série — «Fame»
- 17.00 — Século XX — «A China em Marcha», último Epis.
- 18.30 — Vultos da Cultura Portuguesa — Raul Proença (segundo e últ.º programa). Autor António Reis, realizador José Elyseu



21.45 — Da Música — Sinfonia n.º 4, de Beethoven. Orquestra Filarmónica de Berlim, maestro Herbert Von Karajan

22.20 — Notícias.

Cinema

A seleção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Cotton Club	★★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
B	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	—
C	A Floresta Esmeralda	★★★	★★	★★	—	★★
D	A Honra dos Padrinhos	★★★★	★★★	★★★★	★★★★	—
E	Máscara	★★★	★★	—	—	★★★
F	Mishima	★★	★★★	★★★	★★★	—
G	Noites de Lua Cheia	—	★★★★	—	★★★★	—
H	regresso ao Futuro	★★	★★	★★	—	★★
I	Silverado	★★★	★★★	★★★	—	★★★

A — Real. Francis Ford Coppola — Alfa/2 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15, 23.45) — Lisboa.
 B — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00), Mundial (15.00, 21.00), Roma (15.00, 21.00) — Lisboa.
 C — Real. John Boorman — Alfa/Clube (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 D — Real. John Huston — Londres, (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Peter Bogdanovich — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa; S. João (18.45, 21.45) — Porto.
 F — Real. Paul Schrader — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. Eric Rohmer — Estúdio 444 (14.30, 18.30, 21.30); Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Robert Zemeckis — Alfa/3 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), Amoreiras/2 (14, 16.30, 19, 21.30, 24); S. Jorge/2 (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.
 I — Real. Lawrence Kasdan — 7.ª Arte (14.45, 17, 19.10, 21.45) — Lisboa.

Classificação de estrelas

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.ª, 4.ª, 5.ª e dom./10 às 17; 6.ª e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém (até Maio).

Primeira Exposição Nacional de Arquitectura (1975-85 — dez anos de arquitectura em Portugal). Soc. Nac. de Belas-Artes, R. Barata Salgueiro, das 14.00 às 20.00.

Arte Contemporânea Espanhola, das colecções do Museu Espanhol de Arte Contemporânea — pintura, escultura, gravura, desenho. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00 (até 23/3).

Bertrand Gousse, fotografia («Portugal, Rosto de um Povo»). Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 28/2).

I Blnal de Arte dos Açores e Atlântico. Soc. Nac. Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00.

Brinquedos em lata e madeira do arq. Virgílio Coutinho, Museu Nacional do Traje, Lg. Monteiro-Mor. De 3.ª a dom./10.00 às 13.00 e 14.30 às 17.00.

Carlos Barroco, pintura («Fados e Aventuras»). Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 28/2).

Carlos Morais, escultura e pintura. Codilivro, Pç. Dr. Nuno Pinheiro Torres, 2 (até 3/3).

Carlos Nogueira, pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42, 1.ª. De 3.ª a 6.ª/15.00 às 20.00, sáb./15.00 às 20.00, até fim Fev.ª.

Colectiva «A Nossa Lisboa» — desenho, pintura, serigrafia, azulejo. Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª/14.30 às 19.30.

19.30, sáb. e dom./10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 15/3).

Colectiva, Gil Teixeira Lopes, Matilde Marçal, Rogério do Amaral, Rogério Ribeiro, entre outros. Gal. Príncipe Real, R. Príncipe Real, 32. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 5/3).

Colectiva de serigrafia («Homenagem a António Inverno»). Gal. de S. Bento, R. do Machado, 1. De 2.ª a sáb./11.30 às 13.00 e 15.00 às 20.00 (até 1/3).

David de Almeida, pintura. Gal. 111, Campo Grande 113-A. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.30; sáb./10.00 às 13.00 (até 28/2).

Ernesto de Sousa, Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42, 1.ª. De 3.ª a 6.ª/15.00 às 20.00, sáb. e dom./15.00 às 19.00.

Escultura Africana em Portugal. Museu de Etnologia, Av. da Madeira ao Restelo. De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

O Fantástico na Arte Contemporânea, escultura, pintura, desenho. Gal. de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00; dom./10.00 às 17.00 (até 2/3).

Fernando Pessoa, o Último Ano, documental. Biblioteca Nacional de 2.ª a 6.ª, 10 às 20; sab/9 às 13.00, até fim Fev.ª.

Isabel de Sá, pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.ª. 3.ª a 6.ª/17.30 às 20.30, sáb./15.00 às 20.00.

João Victor Costa, pintura. Gal. Paulino Ferreira, R. Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.30 e 14.30 às 19.00, sáb. só até às 13.00.

Joaquim Baltazar, pintura. Atrium da

Casa da Imprensa, R. da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 19/3).

João Viola, pintura. Libris, Lg. Trindade Coelho (até 10/3).

José Pádua, pintura. Gal. Igoper, Av.ª Gomes Pereira, 103.

Maia — «Maia's», cartoons. Gal. Stuart, R. Filipe Folque, 49. Das 17.00 às 24.00 (até 19/3).

Manuel Cargaleiro, Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. De 2.ª a sáb./10.30 às 19.30.

Manuel Tavares, pintura. Espaço Alliance, R. Braancamp, 13, 1.ª. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 20.00 (até 5/3).

Mário Cabrita Gil — «A Idade da Prata», fotografia. Gal. Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 4/3).

Moniz Pereira, pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A. Todos os dias, das 19.30 às 24.00 (até 12/3).

Pedro Calapez, pintura. Gal. Quadrum, Palácio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira (Alvalade).

Pedro Tudela, pintura («Vulcões e Vulcanas»). Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48, de 3.ª a sáb./15.00 às 19.00 (até 7/3).

Sá Nogueira, pintura. Gal. Ana Isabel, R. Emenda, 111, 1.ª. Das 14.30 às 19.30 (até 20/3).

Sérgio Eloy, fotografia. Atelier 15, R. Freitas Gazu, 24-D. De 2.ª a 6.ª/18.00 às 22.00, sáb./15.00 às 19.00.

Victor Hugo, bibliofotográfica. Biblioteca Nacional. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.00; sáb./10.00 às 13.00 (até 28/2).

Alberto Pêssimo e Domingos Pinho. Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 3.ª a



sáb./10.00 às 12.00 e 15.00 às 22.00. PORTO.

Alda Nobre, pintura. Gal. Eg. Rua do Crasto, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 20.00. PORTO.

Armando Alves e João Machado, obras gráficas, e I Blnal de Artes Gráficas do Porto (Grafismo, Cartaz, ilustração de Livro — obras apresentadas a concurso). Museu Nacional Soares dos Reis, Rua D. Manuel II. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00. PORTO.

Ena Berta, pintura. Gal. EG, R. do Crasto, 210. PORTO.

Humberto Marçal, obra gráfica. Cooperativa Árvore, até 2/3, PORTO.

Isabel Vieira e Ivone de Carvalho, cerâmica e pintura. Gal. Vantag, R. Júlio Dinis, 764. De 3.ª a dom./15.30 às 19.00. PORTO.

Pedro Simon (Espanha), pintura. Gal. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00, até 28/2. PORTO.

Carlos Gordilho, «Desenhos Preparatórios para o Projecto Um Sítio Ambiental». Oficina da Cultura, R. Conde Ferreira, ALMADA.

«Colectiva de Cultura e Arte» dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Almada. 3.ª a dom./14.00 às 23.00, Oficina da Cultura, ALMADA.

Pedro Soares — «Palcodcor», fotografias de teatro. Academia Almadense, R. Capitão Leitão, 64. ALMADA.

Graça Costa Cabral, escultura em pedra. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMADA.

João do Carmo, pintura e desenhos. Das 16.30 às 21.00. Gal. Astolfi, Blrre Centro, CASCAIS.

João Rosa Santos, pintura. De 2.ª a sáb./15.00 às 19.30, até 5/3, CASCAIS.

Paulo Osseão, aguarelas. Das 15.00 às 23.00. Gal. Albatroz, CASCAIS.

Américo Ribeiro — «Um Fotógrafo na Cidade». Convento de Jesus — Museu de SETÚBAL.

Ribeiro Farinha — «Luisa Todi», desenhos. Câmara Municipal SETÚBAL.

Terras do Demo, comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro. Até 30/3, Museu Grão Vasco VISEU.

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Casa dos Tabuenses, R. Poais de S. Bento, 75. De 5.ª a sáb./21.45. Tutankamon e a sua Rainha, de Adolfo Gutkin, enc. Isabel Pacheco — Grupo de Teatro Maizum.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. Tchekhov Tchekhov, texto e enc. François Nocher.

Maria Matos, Av. Frei Manuel Contreiras, 58. De 4.ª a sáb./21.30; sáb. e dom.; 16.00. Hedda Gabler, de Ibsen, enc. Carlos Quevedo.

Maria Vitória, Pç. Mayer. Não Batam Mais no Zezinho, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.

Nac. D. Maria II — Sala Garrett. De 3.ª a sáb./21.30, sáb. e dom./16.00. D. João, de Molière, enc. Jean-Marie Villégier. Sala Experimental, de 3.ª a sáb./21.45, sáb. e dom./16.30. Paixão, de Eugene O'Neill, enc. Guilherme Filipe.

Soc. Guilherme Cossoul, Av. D. Carlos I, 61, 1.ª — 6.ª e sáb./21.30. O Rei da Vela de Oswald de Andrade, enc. Hermínio Fernandes — Grupo de Teatro Amador da G. Cossoul.

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00. Tu e Eu, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço (até 2/3).

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. 21.30; Dom/16 h.

O Pai, de August Strindberg, enc. Luís Miguel Cintra e Anne Consigny — Teatro Cornucópia.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, Dom., às 17. **Bodas de Sangue**, de Federico Garcia Lorca, enc. Branco Gil.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. **Pouco Barulho**, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

Variedades, Pç. Mayer. De 3.ª a dom. / 21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos**, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO

Teatro, Casa de Teatro do TEAR, R. do Heroísmo, 86. Sáb. e dom. 17.00 e 22.00. **O Último Balé em Casa do Sr. Cunha**, de Júlio Dinis, adapt. e enc. Castro Guedes.

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom. / 21.45; Dom. e feriados / 16.00. **Os Amorosos da Foz**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca — Seiva Trupe.

Teatro dos Modestos, R. Gonçalo Cristóvão — De 3.ª a sáb./21.30, dom/17.00 e 21.30; **Don Juan de Zorilha**, enc. Moncho Rodrigues — Grupo «Os Comediantes».

TEP — Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4. De 4.ª a sáb./21.30; sáb. e dom/16.00. **Teatro de Cordel**, seis farsas do séc. XVIII, adapt. e enc. Mário Viegas.

• ALMADA

Teatro da Academia Almadense. De 5.ª a dom./21.30, sáb. e dom. também às 16.00. **Menina Júlia**, de August Strindberg, enc. Rogério de Carvalho — Grupo de Campolide/Companhia de Teatro de Almada.

• CASCAIS

Teatro Experimental de Cascais, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3.ª a Sáb / 21.45, Dom/17.00. **No Natal a Gente Vem-te Buscar**, texto e enc. Nbaum Alves de Souza.

• SETÚBAL

TAS — Teatro de Bolso. 6.ª e sáb./21.30, dom./16.30. **Jogo de Loucos**, de Michel Viala, enc. Domingos Semedo.

Para crianças

• LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano. Sáb e dom. 11.00. **As Viagens do Ferro-Velho**, texto e enc. Álvaro Faria — Grupo Pequeno Teatro.

Comuna-Sala 2, Praça de Espanha. Sáb e dom/15.00. **Nós de um Segredo**, sobre

textos tradicionais portugueses. Grupo O Bando.

• PORTO

Audatório da Arvore, R. Azevedo de Albuquerque. 6.ª/21.30, sáb./15.30 e 18.00, dom/15.30. **O Palhaço Verde**, de Matilde Rosa Araújo e Alberto Heinemann, enc. Robert Merino — Grupo Art'Imagem.

Cinema

Em comemoração dos acontecimentos de Fevereiro de 1948, a Associação Portuguesa promove amanhã (sexta-feira) às 18 horas, no Espaço Alvalade, em Lisboa, uma sessão de cinema com a projecção do filme «Três Veteranos». A entrada é livre.

• ABC Cine Clube

A sessão desta semana — como habitualmente na sexta-feira, às 18.45, no Estúdio 444 — é preenchida com Eugénio, Eugénio, de Luigi Comencini (Itália/1980), mais um

...e ainda

Música, debates, etc.

dos «Filmes Mal-Amados» que o ABC Cine Clube de Lisboa tem vindo a exhibir, numa «reescapagem» de filmes injustamente maltratados pela distribuição, pelo público ou mesmo pela crítica. («Eugénio, Eugénio» fora anunciado para uma anterior data mas acabou por não ser exibido por razões a que o ABC é alheio.)

• ABC Cine Clube

A sessão desta semana — como habitualmente na sexta-feira, às 18.45, no Estúdio 444 — é preenchida com Eugénio, Eugénio, de Luigi Comencini (Itália/1980), mais um

Minnelli e de Donen, cujo trabalho é indissociável do de alguns dos seus intérpretes. Caso de Fred Astaire e de Gene Kelly, por muitos ainda hoje considerado «o mais moderno de todos os bailarinos do cinema».

Na Cinemateca:

5.ª, 27, 18.30 — **A Menina da Rádio** (1944), de Artur Duarte; 21.30 — **Quando Danço Contigo**, (1948), de Charles Walters.

6.ª, 28, 18.30 — **Escola de Serelas** (1944), de George Sidney.

2.ª, 3, 18.30 — **Chá para Dois** (1950), de David Butler.

Rubliov, o Magnífico

— um pintor, um filme

Rubliov, figura maior da pintura eslava russa, será o tema de um debate a realizar hoje, dia 27, pelas 21 h, no Centro de Trabalho Vitória. Sobre o pintor e a sua importância no mundo das artes falará Dagoberto Markl; sobre o filme realizado a propósito da obra de Rubliov intervirá Machado da Luz, crítico cinematográfico.

A iniciativa é da Comissão de Dinamização Cultural da SIP-DORL e a entrada é livre.

Música

Temporada Gulbenkian

5.ª, dia 27, 21.30 e 6.ª, dia 28, 18.30 — Concerto pela Orquestra Gulbenkian, maestro Jerzy Semkow, com a pianista Tania Achot: obras de Haydn, Saint-Saens, Chopin, Tchaikowsky — no Grande Auditório.

2.ª, dia 3, 18.30 — Recital de piano por Jean-Philippe Colard: obras de Schumann, Debussy, Ravel. No Grande Auditório.

3.ª, dia 4, 18.30

— Concerto por Soltistas da Orquestra Gulbenkian (violinos, violas, violoncelos e trompa). Obras de Mozart e Brahms. 4.ª, dia 5, 18.30 — Recital de canto pela soprano Jennifer Smith, com Gary Peacock, piano. Obras de Tom Eastwood, Schumann e Schubert.

• PORTO

Sábado, dia 1, 18.00 — Concerto pela Orquestra Sinfónica da RDP-Porto, maestro Álvaro Salazar.

Sérgio Godinho

Hoje, dia 27, às 22.00, «Porto de Abrigo» — Sérgio Godinho com canções inéditas, acompanhado por Tomaz Pimentel, Eduardo Azeu, Jorge Reis, Emanuel Frázio, Rui Castro, Carlos Guerreiro, Paleka. No Coliseu do Porto com o patrocínio e colaboração da Cooperativa Árvore.

Rão Klao

«Oásis ao Vivo» — dois espectáculos programados para esta semana: hoje, às 21.45, no Teatro Gil Vicente de Coimbra; no sábado, às 22 horas, em Aveiro

• ÓPERA

O Rapto no Serralho, de Mozart, nos dias 4 e 6, às 20.30 no Teatro Nacional de S. Carlos. Coro e Orquestra do Teatro de S. Carlos, maestro Ivo Cruz, encenação de Denis Kiref e cenografia de Vasco Eloy.

4.ª, 5, 18.30 — **A Canção Triunfal** (1942), de Michael Curtiz.

Na Gulbenkian 6.ª, 28, 21.30 — **Hello Dolly!** (1969), de Gene Kelly.

Sáb., 1, 15.30 — **Não Há Como a Nossa Casa** (1944) e **lolanda e o Vigarista** (1945), ambos de Vincente Minnelli; 21.30 — **Um Estranho no Paraíso** (1955), e **Gigi** (1958), ambos também de Minnelli.

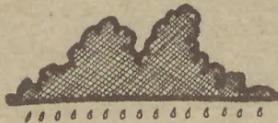
Dom., 2, 15.30 — **A Menina dos Telefones** (1960) e **Melinda** (1970), de Minnelli, 21.30 — **Funny Girl** («Uma Rapariga Endiabrada»), de William Wyler.

2.ª, 3, 21.30 — **Callamity Jane** («Diaburas de Jane»), (1953), de David Butler, e **Cinderela em Paris** (1957), de Stanley Donen.

3.ª, 4, 18.30 — **There Is no Business Like Show Business** («Parada de Estrelas») (1954), de Walter Lang; 21.30 — **Os Homens Preferem as Loiras** — (1953), de Howard Hawks.

4.ª, 5, 21.30 — **Lili** (1953), de Charles Walters.

Tempo Fim de Semana



Períodos de céu muito nublado. Aguaceiros, podendo ser de neve nas terras altas. Vento fraco (antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica).

Variedades & utilidades

Terrorismo e provocação na política da direita

O incêndio do Reichstag⁽¹⁾

Em Lisboa, poucas horas antes de se abrirem as urnas para a 2.ª volta das eleições presidenciais, uma bala disparada à queima-roupa assassinava o director-geral dos Serviços Prisionais e proporcionava à RTP dirigida pelo Governo Cavaco Silva imagens de sangue e violência assacadas a um grupo que as assina com **25 de Abril**.

Poucas horas depois de se fecharem as urnas dessa 2.ª volta das presidenciais e de a direita registar uma estrondosa derrota, uma bomba fazia ir pelos ares nas mais estranhas condições um automóvel da embaixada americana, eventualmente conduzido — segundo a imprensa — por um funcionário da CIA actuando em Portugal. Não houve vítimas, mas de novo a assinatura veio rápida: a ela se juntava novamente um **25 de Abril**.

Nem aos mais desastrosos dos portugueses passava despercebido, face às cruéis imagens de terror que diligentemente a televisão proporcionava na noite de sábado, que toda aquela operação surgia em consonância com a campanha da direita: os apelos à ordem, os discursos sobre a «segurança dos cidadãos». Iguamente a ninguém passava despercebido que a misteriosa explosão da embaixada americana surgia depois de uma vitória da democracia, como que a «demonstrar» que com tal vitória a «insegurança continuava».

Membros do governo minoritário do PSD imediatamente aproveitaram para, a pretexto de tudo isto, anunciarem a sua determinação de desenvolver novas polícias, novos serviços de informações, novas leis e novas medidas.

Entretanto, centenas de dados e factos acumulam-se para dar conta de que uma vitória de Freitas do Amaral não teria tido como imediata continuação a afirmação de alegria e civismo que saudou a sua derrota. Um pouco por todo o País, alinhavam-se os indícios dos assaltos que se preparavam, das provocações planeadas, numa êscalada de violência para que o crime de sábado constituiria uma conveniente justificação.

Provocação: política da direita

As grandes e pequenas operações de provocações não constituem uma novidade na história da acção política da direita — em Portugal ou em qualquer outro ponto do mundo. Essencialmente, dois factores tornam lógico o recurso a tais métodos por parte da reacção.

Por um lado, a impossibilidade de revelar ao nível de massas a realidade dos seus objectivos políticos força a desencadear a sua acção política essencialmente através de grandes operações de propaganda, buscando a criação de estados emocionais pelo recurso a sentimentos, mitologias, medos, a tudo que possa bloquear a opção e

apresentada ao eleitorado que se viu submerso perante a estridência das buzinas de automóvel, os chapelinhos e as luvas de plástico, as bandeiras e a repetição agressiva de slogans vazios de sentido, mas apelando a mitologias patrioteiras e agressivas.

Em segundo lugar, o respeito pela vida humana não faz parte dos padrões éticos ou políticos da direita. Procurando o exercício do poder político para assegurar a perpetuação de um regime de exploração do homem, o

der, não recua evidentemente perante o acto sangrento para assaltar o poder. Sem condições para desencadear por si só essa violência, muito menos recua perante a provocação que possa provocar reacções emocionais que a sua propaganda explore.

O incêndio do Reichstag

Na longa crónica das provocações reacçãoárias, um episó-

vastado por um violento incêndio.

Peça essencial de uma gigantesca operação, o incêndio foi imediatamente atribuído por um nascente poder nazi aos comunistas e serviu de pano de fundo para o início da sangrenta repressão na Alemanha que antecedeu o lançar do mundo na II Guerra Mundial.

No mesmo dia 27 de Fevereiro de 1933, as garantias e direitos individuais eram suspensas, encontrava-se um bode expiatório para encenar um processo para que seria arrastado o dirigente do Komintern George Dimitrov, recrudescia a perseguição aos comunistas, às organizações operárias e a outras forças democráticas.

Os nazis encontravam-se em vésperas de eleições gerais que encaravam com apreensão: meses antes haviam perdido dois milhões de votos e tinham visto o eleitorado aumentar a representação comunista no Reichstag de 80 para 100 deputados. Só a cumplicidade do velho marechal Hindenburgo havia permitido colocar Hitler num poder periclitante.

A denúncia da monstruosa provocação foi feita imediatamente e Goering e Goebbels acusados em todo o mundo de serem os efectivos autores do incêndio. Ainda em 1933, o Comité Internacional de Auxílio às Vítimas do Fascismo Hitleriano publicava o «Livro Castanho Sobre o Incêndio do Reichstag e o Terror Hitleriano» onde centenas de elementos eram revelados para repor a verdade. Anos depois, quando o esmagar da besta fascista custaria à Humanidade milhões e milhões de mortos, os julgamentos de Nuremberg permitiam de vez esclarecer a verdade e demonstrar sem margem para dúvidas que as chamadas de 27 de Fevereiro de 1933 poderiam ficar na experiência dos homens como um brutal exemplo dos métodos da direita fascista.

Para o esclarecimento dos factos contribuiria decisivamente um antigo funcionário dos serviços secretos nazis, H. B. Gisevius, que em 1939 desertara para se instalar na Suíça e em 1947, publicaria as suas memórias. O primeiro capítulo da obra («Jusqu'à la Lie...») no seu título francês, que se poderá traduzir por «Até ao Fundo...») é inteiramente dedicado ao incêndio do Reichstag. É o relato pormenorizado de um homem que acompanhou todo o processo do interior da própria máquina policial nazi.

É na base destes documentos que foi elaborado o dossier que a partir do próximo número «Avante!» publicará.

Para que não esqueça.



a análise inteligentes e lúcida. Repare-se como a campanha freitista destes últimos meses acompanha este tipo de padrões: nem uma ideia coerente

desrespeito pelo homem está na própria essência do seu ideário e da sua prática política. A direita não recua perante a repressão sangrenta para conservar o po-

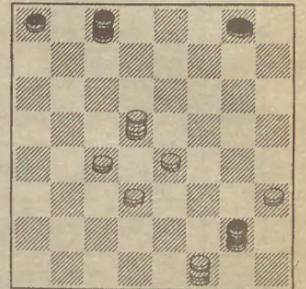
dio ficou na História como símbolo acabado de tais métodos: completam-se hoje 53 anos, o edifício do parlamento alemão em Berlim, o Reichstag, era de-

Damas

XLI - 27 de Fevereiro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 41

Por Luís António David
«Matuto» N.º 17 de 4.VIII.51
Pr. (5)-29-(31)-32



Br. (2)-9-11-14-15-(19)
Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 41

Torneio Zonal-Barreiro 151.83
Br. Verissimo Dias - Pr. Arlindo Roda

1. 12-15; 21-17; 2. 8-12, 23-19; 3. 10-13, 17-10; 4. 5-23, 28-19; 5. 1-5, 25-21; 6. 5-10, 21-18; 7. 10-13, 32-28; 8. 6-10, 19-14; 9. 10-19, 24-20; 10. 15-24, 22-8; 11. 13-22, 27-18; 12. 2-6, 28-23; 13. 6-10, 26-22. 14. 7-12, 29-25; 15. 3-7, 25-21; 16. 12-16, 30-26; 17. 16-20; 23-16; 18. 10-14; 31-27; 19. 24-28, 27-23; 20. 28-31; 23-19; 21. 14-23, 21-17; 22. 31-24, 22-19; 23. 23-28, 19-14; 24. 28-32, 16-12; 25. 7-16, 14-7; 26. 4-11, 18-14; 27. 11-18, 8-4; 28. 18-22, 26-19; 29. 32-10 e as pretas abandonam.

GOLPE N.º 41

De Medalha da Silva/1983

1. 10-14, 21-17; 2. 14-18, 22-13; 3. 9-18, 23-19; 4. 12-15, 19-12; 5. 8-15, 28-23; 6. 11-14, 23-20; 7. 7-11, 20-16; 8. 4-7, 27-23 (Lance Chave?); 9. 5-10, 23-20; 10. 1-5, 31-28; 11. 15-19? Perden! Jogam as pretas e ganham! (Br. 2-3-5-6-7-10-11-14-18-19. Pr. 16-17-20-24-25-26-28-29-30-32, jogam pretas e ganham).

SOLUÇÕES N.º 41 (27.II.86)

N.º 41 (L.A.D.): 9-13, 31-9; 14-18, 5-23 ou 28 (qualidade); 15-19, 9-6 (qualidade); 2-30 ou 31+.

Golpe n.º 41 (H.M. da S.): 11.

17-13; 12. 10-17, 16-12; 13. 7-23, 26-21; 14. 17-26, 29-15; 15. 11-20, 28-1 G. Br.

A. de M. M.

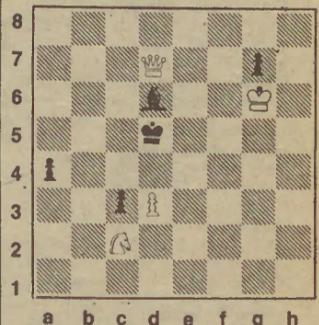
Xadrez

XLI - 27 de Fevereiro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 41

Por A. Servais
«Die Schwalbe», 1952

Pr. (4): Ps. c3,g7-Bd6-Rd5



Br. (5): Ps. a4,d3-Cc2-Dd7-Rg6
Mate em 2 lances

JOGO N.º 41

Campeonato do Mundo/Meia-Final
Tilburg (Holanda), 1986
Br. Timman - Pr. Yusupov

1. d4,d5; 2. c4,e6; 3. Cc3,Cf6; 4. C13,B67; 5. Bg5,h6; 6. Bf6,Bf6; 7. Db3,c6; 8. 0-0-0,d:c4; 9. D:c4,b5; 10. Db3,a5; 11. e4,a4; 12. Dc2,Cd7; 13. d5,c:d5; 14. e:d5,a3; 15. d:e6,a:b2+; 16. Rb1,f:e6; 17. D:e4,B:c3; 18. D:a8,0-0; 19. Dc6,b4; 20. Bc4,Rh8; 21. D:e4,Dc7; 22. Ch4,Ce5; 23. Bd3,C:d3; 24. Cg6+,Rg8; 25. T:d3,Tf2; 26. Tf3,Tf3; 27. g:f3,Dd6; 28. Dc2,e5; 29. Ch4,B:e6; 30. Td1,Bd4; 31. Da4,Dd8; 32. Dc6,Bd5; 33. T:d4,e:d4; 34. Db5,Da8; 35. R:b2,D:a2+; 36. Rg1,Da1+; 37. Rd2,Dc3+; 38. Rd1,Bb3+ e as Br. abandonam, pois que, no lance seguinte, perdem a Dama: 39. R62,Bc4!, atacando R e D.

SOLUÇÃO N.º 41

Chave: 1. d4!
1.Rc4; Db5 mate
1.R64; Df5 mate

A. de M.M.